TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BTCU

Deliberações dos Colegiados do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 7 | nº 11 | Segunda-feira, 29/01/2024

Pautas **1**
Plenário 1
Instruções Normativas **12**
Editais **17**
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos 17
Atas **18**
2ª Câmara 18

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3° a 5° do art. 295 do Regimento Interno do TCU

http://www.tcu.gov.br btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente
BRUNO DANTAS

Vice-Presidente
VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros
WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos
AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU
Procuradora-Geral
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais
LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores
MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Secretário-Geral
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

PAUTAS

PLENÁRIO

PAUTA DO PLENÁRIO
Sessão Ordinária de 31/01/2024, às 14h30

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse https://portal.tcu.gov.br/sessoes.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (https://portal.tcu.gov.br/sessoes/). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

012.956/2022-8 - **Natureza:** DESESTATIZAÇÃO
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento.
Representação legal: não há.

013.642/2015-4 - **Natureza:** Recurso de Revisão (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
Recorrente: Sara Maria Francisca Medeiros Cabral.
Unidade jurisdicionada: Município de Bayeux/PB.
Responsáveis: Sara Maria Francisca Medeiros Cabral; Severino Ramos Guedes.
Representação legal: Carlos Antonio Vieira Fernandes Filho (OAB-DF 34.472), Alexandre Vieira de Queiroz (OAB-DF 18.976) e outros, representando Município de Bayeux/PB; Frederico Rodrigues Viana de Lima e Francisco Eduardo Falconi de Andrade, representando Severino Ramos Guedes; Lincoln Mendes Lima (OAB-PB 14.309), representando Sara Maria Francisca Medeiros Cabral.

Ministro AUGUSTO NARDES

014.196/2021-2 - **Natureza:** Pedido de Reexame (MONITORAMENTO)
Recorrente: Vivacom Comércio e Serviços Ltda.
Unidade Jurisdicionada: Hospital Federal Ipanema.
Representação legal: Felipe Lima Araújo Romero (OAB/RJ 215001), entre outros, representando a Vivacom Comércio e Serviços Ltda.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

020.785/2022-4 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).
Representação legal: não há.

Ministro AROLDO CEDRAZ

041.726/2021-9 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Órgão/Entidade/Unidade: Autoridade Nacional de Proteção de Dados; Secretaria de Governo Digital; Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (extinto); Secretaria Especial de Modernização do Estado (extinto).
Representação legal: não há.

Ministro JORGE OLIVEIRA

003.602/2022-2 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal.
Representação legal: não há.

014.981/2010-6 - **Natureza:** RELATÓRIO DE AUDITORIA
Responsáveis: Joaquim Guedes Martins Neto; Josidan Gois Cunha; José Wanks Meireles Sales; Marcílio de Sá Batista.
Interessado: Congresso Nacional
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Representação legal: Lucas Brendo Correia Bezerra (OAB-CE 37.863) e Sergio Rebouças (OAB-CE 18.383), representando Josidan Gois Cunha.

033.659/2023-0 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.
Interessada: Maia Melo Engenharia Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Pernambuco
Representação legal: Humberto Pinto Silva (OAB/PE 47.125), representando a Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.

040.359/2023-9 - **Natureza:** DENÚNCIA
Responsável/ Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev.
Representação legal: não há.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

000.156/2024-8 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Arremata Brasil Consultoria
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

002.461/2023-4 - **Natureza:** DENÚNCIA
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Órgão/Entidade/Unidade: Gabinete do Ministro da Saúde.
Representação legal: Debora Lubke Carneiro (OAB-SP 325588), Gustavo Henrique de Souza (OSB/PR 70127), Jose Emiliano Ribeiro Filho (OAB-DF 14503), Laercio Ninelli Filho (OAB-SP 233747), Luciana Montenegro de Castro Cadeu (OAB-CE 14188), Mathews Araujo de Oliveira Pereira (OAB-SP 273646), Mychelli de Oliveira Pereira Fernandez (OAB-SP 335151), Tatiana Beatriz Calleri Tuono (OAB-RJ 146136), Welton Charles Brito Macedo (OAB-TO 1351-B), Eliza Gomes Morais Akiyama (OAB-SP 335254), Gilberto de Souza Pinheiro (OAB-DF 23463) e Eric Diniz Casimiro (OAB-DF 63071), representando Associacao das Testemunhas Cristas de Jeova.

013.702/2019-0 - **Natureza:** Representação
Representante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Órgãos/Entidades: BNDES Participações S.A.; Fundacao dos Economiarios Federais Funcef; Fundacao Petrobras de Seguridade Social Petros; Postalis Instituto de Previdência Complementar; Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Representantes legais: Ana Claudia Vieira Da Costa (OAB/DF 45084) e outros representando Fundacao Chesf de Assistencia e Seguridade Social Fachesf.

036.782/2023-8 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Dep. Julia Zanatta
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Administração da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República.
Representação legal: não há.

039.242/2023-4 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: La Greca Ferreira Construtora Eireli (CNPJ: 36.100.907/0001-70)
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar.
Representação legal: Maria Gabrielle da Fonseca Furtado Xavier (OAB-RJ 241699), representando La Greca Ferreira Construtora Eireli.

040.155/2023-4 - **Natureza:** DENÚNCIA
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect.
Representação legal: não há.

Ministro JHONATAN DE JESUS

033.823/2023-5 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU)
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA, em substituição ao Ministro VITAL DO RÊGO

031.486/2022-3 - **Natureza:** CONSULTA
Consulente: Paulo Roberto Galvão da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

008.885/2022-2 - **Natureza:** DENÚNCIA
Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Órgão/Entidade/Unidade: Comitê Brasileiro de Clubes - CBC.
Representação legal: Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42884), representando Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

008.885/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Teresinha Izabel Ramos da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Economia (extinto); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
Representação legal: não há.

036.684/2019-8 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Responsáveis: Mario Luis Frias; Sergio Henrique Sa Leitão Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cidadania (extinto); Ministério da Cultura; Ministério do Turismo; Secretaria Especial de Cultura (extinto).
Representação legal: Vanessa Affonso Rocha (OAB-DF 39.069), representando Ministério do Turismo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

036.771/2019-8 - Recursos de reconsideração contra acórdão que, entre outras medidas, julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os ao pagamento de débito e aplicou-lhes multa e sanção de inabilitação no âmbito de tomada de contas especial constituída para apurar a responsabilidade de dirigentes do INSS em face de atos antieconômicos identificados na execução de contrato cujo objeto foi a aquisição de quatro licenças do software Safeval, doze meses de suporte para cada licença, treinamento na solução em uma turma e operação assistida de 14.950 UST.
Recorrentes: Francisco Paulo Soares Lopes; Ilton José Fernandes Filho; Ornon de Vasconcelos Mota Júnior.
Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional do Seguro Social.
Responsáveis: Francisco Paulo Soares Lopes; Ilton José Fernandes Filho; Lawrence Leite Gomes Barbosa; Ornon de Vasconcelos Mota Júnior; RSX Informática Ltda.
Representação legal: Daniela da Conceição (OAB-DF 58.554), representando Ornon de Vasconcelos Mota Júnior; Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB-DF 28.361), Samara Silva Pinto (OAB-DF 49.439) e outros, representando José Ferreira de Sousa Junior; Daniela da Conceição (OAB-DF 58.554), representando Ilton José Fernandes Filho; Fernando José Gonçalves Acunha (OAB-DF 21.184) e outros, representando Francisco Paulo Soares Lopes.

Interesse em sustentação oral:

- Fernando José Gonçalves Acunha (OAB/DF nº 21.184) e Tarley Max da Silva (OAB/DF nº 19.960), em nome de FRANCISCO PAULO SOARES LOPES

Ministro JHONATAN DE JESUS

001.272/2015-2 - Recurso de revisão contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento de débito e aplicou-lhe multa, em sede de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na prestação de contas de convênio destinado ao apoio à realização do evento "Festejos Juninos 2009".
Recorrente: Domingos Sávio da Costa Torres, Ministério do Turismo.
Unidade jurisdicionada: Município de Tuparetama/PE.
Representação legal: Eduardo de Paula Cavalcanti Carolino (OAB-PE 35.693), Napoleão Manoel Filho (OAB-PE 20.238) e outros, representando Domingos Sávio da Costa Torres.

Interesse em sustentação oral:

- Heffren Nascimento da Silva (OAB/DF nº 59.173), em nome de DOMINGOS SÁVIO DA COSTA TORRES

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

001.302/2020-5 - Pedido de reexame contra acórdão que, em revisão de ofício, considerou ilegal o ato de aposentadoria da recorrente.
Recorrente: Júlia Vergara da Silva, Júlia Vergara da Silva; Débora Suely Pereira de Araújo Bez; João Batista Estanislau; José Pereira Rêgo; Marcos Teixeira da Silva; Maria do Rócio Mazanek; Marinaldo Barbosa de Moura; Ritalice Ribeiro de Medeiros; Roraima Ferreira Moura de Souza; Vera Maria Lopes.
Unidade jurisdicionada: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: Vítor Candido Soares (OAB-DF 60.733), representando Júlia Vergara da Silva.

Interesse em sustentação oral:

- Fabio Jose Silva de Assis (OAB/DF nº 77.237), em nome de JULIA VERGARA DA SILVA

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

007.970/2016-1 - Embargos de declaração contra acórdão que não conheceu pedido de reexame interposto pelo embargante contra acórdão que lhe aplicou multa no âmbito de representação acerca de inconformidades ocorridas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), na gestão de 2012 a 2016.
Embargante: Francisco Yutaka Kurimori
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
Representação legal: Silvia Carolina Pereira Camargo Faria (OAB-GO 30.327), João de Carvalho Leite Neto (OAB-DF 19.914); Raul da Rocha Passos Neto, Luiz Antônio Tavolaro (OAB-SP 35.377)

008.076/2017-0 - Recurso de revisão interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento de débito e aplicou-lhe multa no âmbito de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidade na execução de despesas com recursos do SUS nos exercícios de 2005, 2006 e 2013.
Recorrente: José Irlan Souza Serra (CPF 645.812.503-82).
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário - MA
Responsáveis: Adailton Martins; Jose Irlan Souza Serra; Lucenita Pereira Costa; Lucivaldo Barros da Cruz; Suely Maria Verde Machado
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação Legal: David Neves dos Santos (OAB-MA 11016)

026.427/2015-0 - Recurso de revisão contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento de débito e aplicou-lhe multa em sede de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução física e financeira de convênio que tinha por objeto apoiar a implementação do Projeto denominado "São João de Boqueirão/PB de 2008".
Recorrente: Carlos José Castro Marques (CPF 929.964.424-15)
Unidade jurisdicionada: Município de Boqueirão/PB.
Representação legal: Alysson Cássio Barbosa da Silva (OAB-PB 14.233), John Anderson Lucena de Queiroz (OAB-PB 25.316).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

037.201/2023-9 - Solicitação do Congresso Nacional em que são requeridas informações acerca da aplicabilidade do art. 2º, §2º, VII, da Lei nº 8001/1990, que trata da distribuição da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) aos municípios afetados, até o período da adoção previsto no art. 14, §2º, da Lei 14.514/2022.
Solicitante: Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados
Unidade Técnica: Secretaria-Geral de Administração (SEGEDAM)
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

017.027/2022-5 - Embargos de declaração em face de acórdão que expediu determinações à embargante no âmbito de representação acerca de subsídios concedidos referentes à redução de 50% a ser aplicado à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para as fontes incentivadas de empreendimentos com potência entre 30 MW e 300 MW, nos termos do § 1º-A, do art. 26, da Lei 9.427/1996.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Agência Nacional de Energia Elétrica.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
Representação legal: não há.

Ministro AUGUSTO NARDES

036.751/2018-9 - Pedido de reexame contra acórdão que apreciou auditoria operacional realizada com objetivo de analisar o processo de decisão de retomada das obras da Usina Termonuclear (UTN) de Angra 3.
Recorrente: Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Eletrobras Termonuclear S.A.; Ministério de Minas e Energia.
Representação legal:Daniel de Araújo Marquez e outros, representando Eletrobras Termonuclear S.A.

037.125/2023-0 - Solicitação do Congresso Nacional em que se requer ato de fiscalização para investigar a ocorrência de possíveis irregularidades sobre atuação do Presidente da República em operação de empréstimo à Argentina, no montante de US$ 1 bilhão, realizada pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), da Câmara dos Deputados.
Unidade Jurisdicionada: não há.
Representação legal: não há.

Ministro AROLDO CEDRAZ

020.977/2023-9 - Processo de solicitação em que são requeridas informações sobre existência de procedimento no TCU a respeito de gastos do Presidente da República com viagens.
Solicitante: Senador Eduardo Girão.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

022.085/2023-8 - Representação sobre possíveis irregularidades em concorrência cujo objeto é a contratação de agência de publicidade e propaganda.
Representantes: Fabiano Augusto Martins Silveira, Maria Aline Soares de Souza Ribeiro, Maria Fernanda Gregio Ronchesel.
Interessado: NOVI Comunicacao Estrategica Ltda.
Órgão/Entidade: Senat Servico Nacional de Aprendizagem do Transporte - Aracaju/SE - Jose Lauro Menezes Silva - Unidade B N 49
Representantes legais: Maria Aline Soares de Souza Ribeiro (OAB/SE 7577), representando NOVI Comunicacao Estrategica Ltda.

037.158/2023-6 - Solicitação do Congresso Nacional em que são requeridas informações acerca da eventual renovação e/ou licitação de concessões de distribuição de energia elétrica que estão com seus prazos vencendo nos próximos quatro anos.
Interessados: Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica e Ministério de Minas e Energia.
Representação legal: não há

Ministro JORGE OLIVEIRA

010.977/2018-0 - Auditoria de conformidade, no âmbito do Fiscobras 2018, que teve por objeto fiscalizar as obras de manutenção e modernização da Barragem Castanhão, localizada no leito do rio Jaguaribe, abrangendo os municípios de Alto Santo/CE, Jaguaribara/CE, Jaguaretama/CE e Jaguaribe/CE.
Responsáveis: Getúlio Peixoto Maia; José Wanderlei Oliveira; José Augusto Tostes Guerra; George Luiz Saraiva Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

020.885/2023-7 - Embargos de declaração em face de acórdão que expediu recomendações e comunicação à embargante em sede de acompanhamento da elaboração da proposta de Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027.
Embargante: Casa Civil da Presidência da República
Interessados: Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento; Secretaria Nacional de Planejamento; Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria-executiva do Ministério do Planejamento e Orçamento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento e Orçamento
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

028.797/2022-1 - Acompanhamento com o objetivo de examinar, no âmbito do exercício de 2022, a conformidade das medidas normativas de criação de despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCCs), de concessão e aplicação das renúncias de receitas tributárias, bem como o acompanhamento, a avaliação e a transparência destes benefícios, no que concerne às disposições da Constituição Federal (CF/1988), da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de demais legislações relacionadas aos temas.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Orçamento Federal; Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; Secretaria Especial de Relações Governamentais (extinto); Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República; Secretaria -Executiva do Ministério da Economia (Extinto) e Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

032.110/2023-5 - Representação a respeito de possíveis irregularidades em contratações para fornecimento, nos anos de 2023 e 2024, do medicamento Dolutegravir 50 mg, utilizado no tratamento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids).
Representante: Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: Raul Murad Ribeiro de Castro (OAB-RJ 162.384) Bernardo Guitton Brauer (OAB-RJ 177.473) e outros, representando Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A.; João Vianey Veras Filho (OAB-PE 30.346), representando Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes

037.453/2023-8 - Solicitação do Congresso Nacional em que são solicitadas informações sobre a possibilidade de acompanhar e instar o Poder Executivo Federal quanto ao processo de implementação da Comissão Binacional de Contas, órgão cuja proposta de criação foi formalizada em 2021 e que teria competência para fiscalizar a gestão da Usina Binacional de Itaipu.
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Representação legal: não há

039.301/2023-0 - Representação a respeito de possíveis irregularidades referentes a pregão eletrônico cujo objeto é o fornecimento, transporte, carga e descarga de Caminhões e Caminhonetes, por sistema de registro de preços (SRP), destinados ao atendimento de diversos municípios na área de atuação da Codevasf no Pará, visando apoiar ações de inclusão produtiva e proteção hidroambiental.
Representante: Forza Distribuidora de Máquinas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Representação legal: Leidimar Fernandes Alves da Silva Trigueiro, representando Forza Distribuidora de Máquinas Ltda.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

003.534/2017-0 - Pedidos de reexame contra acórdão que aplicou multa às pessoas físicas recorrente e expediu determinações e ciências à pessoa jurídica recorrente, no bojo de representação acerca de indícios de irregularidades verificados em quinze contratos.
Recorrentes: Américo Martins dos Santos, Braulio Costa Ribeiro, Pedro Henrique Varoni de Carvalho e Empresa Brasil de Comunicação S.A
Unidade Jurisdicionada: Empresa Brasil de Comunicação S.A
Representação legal: Francisco de Assis Lima Filho (OAB-DF 25521), Mariangela de Deus e Costa (OAB-DF 7881) e outros, representando Nereide Lacerda Beirão; Natália Cota de Miranda (OAB-RJ 178243), Suênia Bêssoni Paz (OAB-DF 30.904) e outros, representando Empresa Brasil de Comunicação S.A.; Nara Vieira Bucar (OAB-DF 17.791), representando Pedro Henrique Varoni de Carvalho; Igor Renato Bernardes Silva (OAB-MG 99.180), representando Jr-comunicacao e Marketing Ltda; Breno Costa Ribeiro (OAB-MA 9360), representando Braulio Costa Ribeiro; Nara Vieira Bucar (OAB-DF 17.791), representando Américo Martins dos Santos.

039.353/2018-4 - Recurso de revisão contra acórdão que julgou irregulares as contas da recorrente, condenou-a ao pagamento de débito e aplicou-lhe multa em sede de tomada de contas especial instaurada em virtude de irregularidades identificadas em convênio que teve por objeto a execução do Projeto "Modernização da Rede Amapaense de Meteorologia para a Previsão de Clima, Tempo e Recursos Hídricos".
Recorrente: Telma Lucia de Azevedo Gurgel
Unidade jurisdicionada: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amapá.
Responsáveis: Instituto Euvaldo Lodi - núcleo Regional do Amapá; Telma Lucia de Azevedo Gurgel
Representação legal: Hercílio de Azevedo Aquino (OAB/DF 31.483), representando Telma Lucia de Azevedo Gurgel.

Ministro JHONATAN DE JESUS

007.455/2023-2 - Atos de aposentadoria.
Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
Interessados: Eva Cristina Euzebio; Keila Correa Cerviglieri; Marcos Serafim Rodrigues; Maria Rita Oliveira de Toledo; Sonival Correia Mandu.
Representação legal: não há.

014.905/2018-3 - Pedido de reexame contra acórdão que aplicou multa ao recorrente em sede de auditoria de conformidade, no âmbito do Fiscobras 2018, com o objetivo de fiscalizar as ações de melhoramentos no canal de navegação da hidrovia do rio São Francisco.
Recorrente: Reynaldo Araújo da Silva Soares.
Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Responsável: Reynaldo Araújo da Silva Soares.
Interessados: Consórcio Eclusa de Sobradinho; Laghi Engenharia Ltda.
Representação legal: Carlos José Guimarães Cova (OAB-RJ 166.889), representando Reynaldo Araújo da Silva Soares; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

034.858/2023-7 - Agravo interposto contra despacho que determinou medida cautelar em sede de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico cujo objeto é a aplicação de até 100.000 pré-testes e questionários na modalidade digital.
Recorrente: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira , Fundação Cesgranrio .
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Representação legal: Daniel Gustavo Santos Roque (OAB-SP 311.195), representando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Igor Folena Dias da Silva (OAB-DF 52.120), Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB-MG 56.543) e outros, representando a Fundação Getúlio Vargas.

037.455/2023-0 - Solicitação do Congresso Nacional em que são requeridas informações sobre eventuais irregularidades em patrocínio do Governo Federal e da Caixa Econômica Federal com o evento "O Grito".
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

006.464/2022-0 - Auditoria Integrada, com aspectos operacionais e de conformidade, com o objetivo de verificar a eficiência e a regularidade dos pagamentos do seguro-desemprego, referentes ao período de janeiro de 2018 e junho de 2022.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (Strab/MTP)
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

010.613/2022-6 - Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades na concessão de contratos de crédito.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsável: Silvia Renata da Cunha Alonso
Interessado: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA - TCU Nº 93, DE 17 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, de recursos alocados aos estados, Distrito Federal e municípios por meio de transferências especiais, conforme previsto no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

considerando que assiste ao Tribunal, no âmbito de sua competência e jurisdição, o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019, que instituiu o mecanismo de transferências especiais, conforme inciso I do art. 166-A da Constituição Federal;

considerando o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, que dispõe sobre a prestação de contas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária;

considerando o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência do Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

considerando que compete ao Tribunal de Contas da União criar, no âmbito federal, mecanismos adequados à fiscalização das transferências referidas no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal, podendo, ainda, realizar auditorias e inspeções nos órgãos estaduais, distrital e municipais incumbidos da aplicação desses recursos, nos termos da Lei nº 8.443, de 1992;

considerando que é de competência federal, incluindo o Tribunal de Contas da União, a fiscalização sobre o cumprimento, pelo ente federado beneficiado das transferências especiais, das condicionantes previstas nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do

art. 166-A da Constituição Federal, nos termos do Acórdão 518/2023-TCU-Plenário; e considerando o disposto no processo administrativo TC nº 020.958/2023-4, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta instrução normativa estabelece normas para a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, das emendas individuais impositivas alocadas por meio das transferências especiais previstas no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal, para fins de verificação do atendimento das condicionantes impostas nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A do mencionado dispositivo constitucional.

§ 1º As disposições desta instrução normativa são vinculantes para os entes federados beneficiados das referidas transferências especiais.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

§ 2º Cabe ao sistema de controle local, incluindo o respectivo tribunal de contas, a cuja jurisdição estiver vinculado o ente federado beneficiado com transferências especiais, no âmbito de suas competências e atribuições, a fiscalização sobre a regularidade das despesas efetuadas na aplicação de recursos recebidos, inclusive com a devida instauração do competente processo de tomada de contas especial, quando for o caso.

CAPÍTULO II
DA TRANSPARÊNCIA E VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS CONDICIONANTES CONSTITUCIONAIS

Art. 2º O ente federado beneficiado das transferências especiais deverá realizar a inserção de informações e documentos sobre a execução desses recursos na plataforma Transferegov.br (ou sistema/plataforma que vier a substituí-la), instituída pelo Decreto 11.271, de 5 dezembro de 2022, na forma e nos prazos estabelecidos nesta instrução normativa, para fins de transparência e controle social, assim como para possibilitar a verificação do cumprimento das condicionantes estabelecidas nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal.

§ 1º A plataforma Transferegov.br deverá notificar, eletronicamente, via e-mail, o autor da emenda e o Poder Legislativo vinculado ao ente federado beneficiado sobre o envio dos recursos.

§ 2º Cabe ao ente federado beneficiado indicar, na plataforma Transferegov.br, o e-mail institucional da Assembleia Legislativa, Câmara Municipal ou Câmara Legislativa do Distrital Federal para fins do disposto no parágrafo anterior.

§ 3º O ente federado beneficiado, no prazo de trinta dias, a contar da data do recebimento dos recursos, deverá notificar o conselho local ou instância de controle social da área finalística na qual os recursos serão aplicados, onde houver, sobre o recebimento de recursos decorrentes de transferências especiais.

§ 4º As receitas decorrentes das transferências especiais serão registradas conforme classificação definida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal para fins de consolidação das contas públicas, devendo ser observada a classificação orçamentária por natureza da receita e por fonte ou destinação de recursos.

§ 5º Os recursos recebidos por meio de transferências especiais deverão ser

movimentados em uma conta corrente específica para cada transferência, em agência bancária de instituição financeira oficial, onde houver, vedada a transferência financeira para outras contas correntes.

§ 6º Em até sessenta dias após o recebimento dos recursos, o ente federado beneficiado fará a inserção, na plataforma Transferegov.br, de informações e documentos sobre a programação finalística da área na qual os recursos serão aplicados, observado o disposto no inciso III do § 2º e no § 5º do art. 166-A da Constituição Federal, contendo, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser executado, com as metas a serem alcançadas;

II - estimativa dos recursos financeiros necessários à consecução do objeto, discriminando os valores provenientes de transferências especiais e os oriundos de outras fontes de recursos, se for o caso;

III - classificação orçamentária da despesa, informando o valor aplicado em despesas correntes e em despesas de capital;

IV - previsão de prazo para conclusão do objeto a ser executado; e

V - notificação a que se refere o § 3º do art. 2º.

Art. 3º O ente federado beneficiado das transferências especiais deverá elaborar relatório de gestão, que será inserido na plataforma Transferegov.br, contendo informações e documentos relacionados aos recursos recebidos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

§ 1º O relatório de gestão referido no *caput* deverá ser inserido na plataforma Transferegov.br até o dia 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos, devendo ser atualizado, anualmente, a cada dia 30 de junho, até o final da execução do objeto da aplicação dos recursos, quando será inserido o relatório de gestão final.

§ 2º O relatório de gestão deverá conter o detalhamento do objeto, assim como detalhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos recebidos, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal, e será acompanhado das seguintes informações e documentos:

I - documentação relacionada aos procedimentos administrativos vinculados às contratações do objeto, de modo a evidenciar a correção dos procedimentos legais;

II - contratos celebrados, notas de empenho, notas fiscais, recibos, ordens bancárias, extratos da conta corrente de movimentação dos recursos e termos de recebimento de obras, fornecimento e serviços;

III - justificativa para os casos em que houver prorrogação do prazo de execução dos recursos, conforme incisos I e II do art. 5º;

IV - instauração de processo administrativo de apuração, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do objeto ou gestão financeira da transferência especial, comunicando tal fato ao sistema de controle local; e

V - declaração expressa, assinada pelo responsável do órgão ou entidade pública encarregada da execução do objeto, de que cumpriu as condicionantes estabelecidas nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal.

§ 3º Os documentos relacionados à execução das transferências especiais deverão ser guardados pelo ente federado beneficiado pelo prazo de cinco anos, contados da data de inserção do relatório de gestão final na plataforma Transferegov.br.

Art. 4º Os recursos recebidos por meio das transferências especiais de que trata o inciso I do art. 166-A da Constituição Federal deverão ter a execução de seu objeto finalizada nos seguintes prazos:

I - 36 meses, para transferências até R$ 2.500.000,00;

II - 48 meses, para transferências acima de R$ 2.500.000,00 até R$ 5.000.000,00;

ou

III - 60 meses, para transferências acima de R$ 5.000.000,00.

Parágrafo único. Os prazos previstos nos incisos I a III começarão a correr a partir

do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao recebimento dos recursos.

Art. 5º Os prazos de execução dispostos no artigo anterior poderão ser prorrogados, excepcionalmente, nos seguintes casos:

I - atraso na liberação dos recursos, caso em que a prorrogação será equivalente ao período de atraso; ou

II - paralisação da execução do objeto, por determinação judicial, recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior, devidamente fundamentadas, pelo período correspondente à paralisação.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

CAPÍTULO III
DA FISCALIZAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Art. 6º A fiscalização do Tribunal de Contas da União sobre o cumprimento das condicionantes orçamentárias e financeiras que as legitimam, previstas nos incisos I e II do §1º, no inciso III do §2º e no §5º do art. 166-A da Constituição Federal, poderá ser realizada por meio de instrumentos de iniciativa própria ou de terceiros, como inspeções, auditorias, representações e denúncias, bem como a partir da análise de demonstrativos, relatórios, sistemas e demais fontes de dados e informações pertinentes, em especial mediante acompanhamento e análise de documentos e informações inseridos na plataforma Transferegov.br ou outra que a suceder.

§ 1º A fiscalização poderá ser exercida, inclusive, diretamente junto aos órgãos estaduais, distrital e municipais incumbidos da aplicação dos recursos das transferências especiais, em conformidade com os planos de fiscalização do Tribunal de Contas da União ou por determinação dos seus colegiados ou relatores.

§ 2º Os órgãos e entidades dos entes federados beneficiados das transferências especiais deverão providenciar livre acesso aos servidores do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União e dos sistemas de controle interno e externo local, aos processos, documentos, sistemas e demais fontes de informações referentes às transferências de que trata esta instrução normativa, assim como ao local de execução dos correspondentes objetos.

§ 3º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades na execução das transferências especiais perante

o Tribunal de Contas da União.

§ 4º Se a irregularidade denunciada não se referir ao atendimento das condicionantes, o Tribunal remeterá cópia da documentação correspondente ao respectivo Tribunal de Contas Estadual, Distrital ou Municipal, bem como aos Ministérios Públicos da União e dos Estados, para conhecimento e adoção das providências que entenderem cabíveis.

Art. 7º Constatados o descumprimento de qualquer condicionante e/ou a omissão no dever de disponibilizar elementos e/ou adotar procedimentos necessários à sua verificação conforme prazos e formas estabelecidos nesta instrução normativa e, ainda, a não finalização da execução do objeto nos prazos definidos no art. 4º, o Tribunal de Contas da União fixará prazo para que o ente federado beneficiado regularize as pendências.

§ 1º Caso o ente federado beneficiado não regularize as pendências, o Tribunal instaurará processo de tomada de contas especial, com vistas à responsabilização do ente federado beneficiado pelo débito decorrente do desvio de finalidade irregular ou da não comprovação da regularidade, a ser recolhido aos cofres da União, bem como para eventual aplicação de sanções ao gestor que praticou o ato infringente, comissivo ou omissivo.

§ 2º Ao decidir, o Tribunal remeterá cópia da documentação pertinente ao respectivo tribunal de contas estadual, municipal ou distrital, bem como aos ministérios públicos da União e dos estados, para conhecimento e adoção das providências que entenderem cabíveis.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As disposições dos §§ 1º e 2º do art. 3º e incisos I a III do art. 4º desta instrução normativa aplicam-se às transferências especiais cujos recursos já tenham sido transferidos aos entes federados beneficiados, mas cujo objeto ainda não tenha sido totalmente concluído.

Parágrafo único. Para os entes federados beneficiados que se enquadrem no *caput*, o prazo para a adoção das providências previstas nos §§ 1º e 2º do art. 3º e nos incisos I a III do art. 4º começará a contar a partir do primeiro dia útil do ano subsequente ao ano de publicação desta instrução normativa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Art. 9º O ente federado beneficiado com transferências especiais a partir de 2022, cujo objeto tenha sido concluído até a data da publicação desta instrução normativa, deverá inserir na plataforma Transferegov.br, no prazo de sessenta dias, declaração expressa atestando essa circunstância.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TCU, Sala das Sessões, em 17 de janeiro de 2024.

BRUNO DANTAS
Presidente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

EDITAIS

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL 0113/2024-TCU/SEPROC, DE 23 DE JANEIRO DE 2024.

Processo TC 034.621/2016-4- Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Patrick Jonatha Costa Gomes, CPF: 618.204.903-00 do Acórdão 755/2022-TCU-Plenário, Rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Sessão de 6/4/2022, proferido no processo TC 034.621/2016-4, por meio do qual o Tribunal o condenou a, no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação, recolher aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, multa aplicada por este Tribunal no valor de R$ 10.000,00 (art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992), que será atualizada monetariamente desde a data do Acórdão 755/2022-TCU-Plenário, Rel. Weder de Oliveira, Sessão de 6/4/2022, até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial. Notifico-o, também, do Acórdão 1815/2023-TCU-Plenário.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba “Carta de Serviços” e, em seguida, no link “Emissão de GRU”.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo e da(s) irregularidade(s) acima indicada(s) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

MARCELO DE ANDRADE FERNANDES PEREIRA
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1, Substituto

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 2/2023)

(Publicado no DOU Edição nº 20 de 29/01/2024, Seção 3, p. 124)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ATAS

2ª CÂMARA

ATA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 2024
(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro Vital do Rêgo
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes (participação de forma telepresencial), Aroldo Cedraz (participação de forma telepresencial) e Antonio Anastasia; do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA
A Segunda Câmara homologou a ata nº 43, referente à sessão realizada em 5 de dezembro de 2023.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET
Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

INÍCIO DAS ATIVIDADES DA SEGUNDA CÂMARA
- Manifestação do Presidente, Ministro Vital do Rêgo

Hoje iniciamos os trabalhos da 2ª Câmara em 2024, com a primeira Sessão Ordinária. Faço votos de que possamos, juntos, com dedicação, zelo e respeito pela coisa pública, entregar à sociedade um trabalho de excelência, com o apoio de todos os ministros, ministros-substitutos, membros do Ministério Público, servidores e demais colaboradores.

Na oportunidade, os Ministros presentes e o Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado aderiram à manifestação do Presidente.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA
Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:
- TC-024.291/2020-0 e TC-029.792/2017-7, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;
- TC-033.563/2020-9, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz;
- TC-004.638/2021-2, cujo Relator é o Ministro Antonio Anastasia; e
- TC-005.497/2017-5, de relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO
A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 88 a 572.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA
Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 1 a 87, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS
Na apreciação do processo TC-000.038/2022-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Uanderson Ferreira da Silva não compareceu para produzir sustentação oral em nome de Fábio de Carvalho Macedo. Acórdão nº 78.

Na apreciação do processo TC-031.947/2015-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Sérgio Gurgel Carlos da Silva não compareceu para produzir sustentação oral em nome de Wilebaldo Melo Aguiar. Acórdão nº 1.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº 007.027/2016-8 (Ata nº 40/2023) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2/2024 - 2C, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 031.947/2015-8.

2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Manoel Gomes de Lima (053.392.783-87); Wilebaldo Melo Aguiar (258.622.513-91); Carlos Pablo Lopes Patrício - ME (08.730.067/0001-93); e José Inácio da Silva Produções (08.797.112/0001-27).

4. Entidade: Município de Mucambo/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (OAB-CE 18971), Sergio Gurgel Carlos da Silva (OAB-CE 2799) e outros, representando Wilebaldo Melo Aguiar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão da não aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio 204/2008 (Siafi 628538), firmado entre aquele órgão e o Município de Mucambo/CE, para a realização de Festival de Quadrilhas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do rol de responsáveis desta Tomada de Contas Especial o nome das empresas Carlos Pablo Lopes Patrício - ME e José Inácio da Silva Produções, bem como do Sr. Manoel Gomes de Lima;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Wilebaldo Melo Aguiar, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até o dia da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores ressarcidos, nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência/TCU:

Débito/Crédito	Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
D	21/7/2008	150.000,00
C	15/4/2009	4.702,83

9.3. aplicar ao Sr. Wilebaldo Melo Aguiar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.2 e 9.3 acima, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.6. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e no art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das providências que entender cabíveis, bem como ao Ministério do Turismo, para conhecimento.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0001-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.027/2016-8.

1.1. Apensos: 003.377/2017-2; 015.959/2014-7; 028.449/2016-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná.

3.2. Responsáveis: Adalmyr Morais Borges (CPF 485.046.456-49), Claudinei Benetti (CPF 766.797.489-68), Eliane Moreira Machado (CPF 151.521.461-34), Eloy de Sousa Araújo (CPF 092.976.852-34); Jackson Luiz da Cruz Pinelli CPF (434.273.249-15), Jorge Francisco da Silva Junior (CPF 406.004.087-87), João Paulo Pinto Fernandes (CPF 868.359.121-20), Maria Fernanda Nince Ferreira (CPF 296.680.181-68), Thiago Pavanelli Mendes (CPF 296.143.888-89) e Wilson José Rodrigues Abreu (CPF 410.692.857-49).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Pinhalão - PR.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Marcus Vinicius Fernandes Ramos (178714/OAB-PR), representando Jorge Francisco da Silva Junior; Fábio Augusto de Mesquita Porto (26.567/OAB-DF) e Arthur Henrique de Pontes Regis (27251/OAB-DF), representando Maria Fernanda Nince Ferreira; Karina Correa de Freitas Chaves (33670/OAB-PR), representando Prefeitura Municipal de Pinhalão - PR; Guilherme Gonçalves Martin (42989/OAB-DF), Bruno Silva Campos (17509/OAB-DF) e outros, representando Adalmyr Morais Borges; Maria Abadia Alves (13.363/OAB-DF), representando Eloy de Sousa Araújo; Rene Leal Bueno (56.180/OAB-PR), representando Claudinei Benetti; Rachel Pinheiro de Andrade Mendonca (42.489/OAB-DF), representando Eliane Moreira Machado.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial convertida de processo de Representação, por força do Acórdão 261/2016-TCU-Plenário, para averiguar irregularidades identificadas no Convênio 2/2012, Siconv 770708, celebrado entre o então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Município de Pinhalão-PR, tendo como responsáveis os Srs. Claudinei Beneti, Prefeito Municipal de Pinhalão-PR, gestões 2009/2012 e 2013/2016; Thiago Pavanelli Mendes, Fiscal Federal Agropecuário; Jackson Luiz da Cruz Pinelli, Coordenador-Geral de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Estabelecimentos Rurais; Adalmyr Morais Borges, Diretor de Planejamento e Ordenamento de Aquicultura em Estabelecimentos Rurais; Maria Fernanda Nince Ferreira, Secretária de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura; Wilson José Rodrigues Abreu, Coordenador-Geral da Coinf/Dilog-Substituto; Jorge Francisco da Silva Júnior, Diretor do Dilog/Seif; Eloy de Sousa Araújo, Secretário de Infraestrutura e Fomento da Pesca; João Paulo Pinto Fernandes, Técnico Administrativo e Eliane Moreira Machado, Coordenadora-Geral de Prestação de Contas; todos servidores do Mapa.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e III, alínea “b”,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

17, 19, parágrafo único; 23, incisos I e III; da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207, 209, incisos II e III e 214, inciso I e III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas por Adalmyr Morais Borges, Maria Fernanda Nince Ferreira, Jackson Luiz da Cruz Pinelli e Elaine Moreira Machado, para excluir seus nomes do polo passivo desta TCE;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Claudinei Benetti e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor Histórico (R$)	D/C
6/7/2012	168.000,00	D
23/8/2013	1.964.952,54	D
6/9/2013	2.000.000,00	D
14/3/2014	313.329,78	D
14/3/2014	880.033,00	D
14/3/2014	825.770,27	D
31/7/2014	1.144.753,55	D

9.3. aplicar ao Sr. Claudinei Benetti a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão proferido até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Claudinei Benetti a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.7. julgar regulares as contas dos Srs. Thiago Pavanelli Mendes, Wilson José Rodrigues Abreu, Jorge Francisco da Silva Junior, Eloy de Sousa Araújo e João Paulo Pinto Fernandes, dando-lhes quitação plena;

9.8. informar à Prefeitura Municipal de Pinhalão-PR e ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) que o Tribunal não possui competência para desafetar bens vinculados a convênios e/ou para realizar a doação dos mesmos, cabendo o entendimento de que, caso haja a utilização dos bens em outra atividade, devem ser observados os seguintes critérios: I) utilização com fundamento legal, para atividade legítima e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

em benefício da comunidade local; II) reverter quaisquer valores arrecadados para amortizar os prejuízos da União no âmbito do Convênio 002/2012 (Siafi 770708);

9.9. enviar cópia do Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.10. enviar cópia do Acórdão ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e aos responsáveis, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.11. informar ao Município de Pinhalão-PR que o aproveitamento de equipamentos adquiridos com recursos do Convênio 2/2012 (Siconv 770708) necessita de prévio acordo com o órgão concedente, e, caso essa tentativa seja bem sucedida, o valor dos bens aproveitados, ainda que só o residual de possíveis perdas por obsoletismo ou amortização, deve ser abatido de eventual débito imputado pelo Tribunal, no âmbito deste processo TC 007.027/2016-8, em decorrência das irregularidades consignadas na matriz de responsabilidade anexa a este feito.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0002-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 3/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.621/2023-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Admissão.

3. Interessada: Valdirene Lourenco de Sa Matias (508.789.801-72).

4. Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo em que se analisa ato de admissão cadastrado pela Caixa Econômica Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de Valdirene Lourenco de Sa Matias, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer à Caixa Econômica Federal que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de decisão judicial transitada em julgado; e

9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal, orientando-lhe que dê ciência deste acórdão à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, nos termos do art. 21 da IN-TCU 78/2018.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0003-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.964/2023-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessada: Edinalda Maria Carneiro da Costa (921.363.623-72).
4. Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este processo em que se analisa ato de admissão cadastrado pela Caixa Econômica Federal;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal o ato de admissão de Edinalda Maria Carneiro da Costa, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;
9.2. esclarecer à Caixa Econômica Federal que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de decisão judicial transitada em julgado; e
9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0004-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 5/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.403/2023-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Derli Kemmerich (240.087.290-20).
4. Unidade jurisdicionada: Departamento de Polícia Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento de Polícia Federal em favor de Derli Kemmerich.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar legal, concedendo-lhe registro, o ato de aposentadoria de Derli Kemmerich; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.2. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0005-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 6/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.881/2023-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Ivonete do Nascimento (277.808.723-00).
4. Unidade jurisdicionada: Ministério da Fazenda.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Fazenda em favor de Maria Ivonete do Nascimento;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar legal, concedendo-lhe registro, o ato de aposentadoria de Maria Ivonete do Nascimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0006-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 7/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.908/2023-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Paulo Roberto da Silva (536.829.477-87).
4. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Comando da Marinha em favor de Paulo Roberto da Silva.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar legal, concedendo-lhe registro, o ato de aposentadoria de Paulo Roberto da Silva; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0007-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 8/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.027/2023-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Virgilio de Castro (046.495.321-91).
4. Unidade jurisdicionada: Supremo Tribunal Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Supremo Tribunal Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RITCU, e art. 7°, inciso II, da Resolução TCU 353/2023, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal, concedendo-lhe, excepcionalmente, registro, o ato de aposentadoria de Virgilio de Castro, visto possuir amparo em decisão judicial definitiva; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0008-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.586/2023-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Edvaldo Alves de Santana (085.532.035-49).
4. Unidade jurisdicionada: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Santa Catarina;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RITCU, e art. 7°, inciso II, da Resolução TCU 353/2023, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.1. considerar ilegal, concedendo-lhe, excepcionalmente, registro, o ato de aposentadoria de Edvaldo Alves de Santana, visto possuir amparo em decisão judicial definitiva; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0009-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 10/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.735/2022-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Kenia Guimarães (333.627.771-04).

4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que trata de ato de aposentadoria de ex-servidora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, e no art. 7º, inciso II, da Resolução- TCU 353/2023, em:

9.1. considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro do ato de aposentadoria de Kenia Guimarães, visto possuir amparo em decisão judicial definitiva; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0010-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 11/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.460/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessada/Recorrente:

3.1. Interessada: Gedalva Inácio da Silva (210.383.174-87).

3.2. Recorrente: Universidade Federal de Alagoas.

4. Unidade jurisdicionada: Universidade Federal de Alagoas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 1.964/2022-TCU-2ª Câmara.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. comunicar esta decisão ao recorrente.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0011-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 12/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.710/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Francisca das Chagas Lima Barreto (154.075.513-49).

4. Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame em face do Acórdão 4.514/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no com fulcro nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à recorrente.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0012-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 13/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.845/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Luís Mota Santos (177.485.774-04).

4. Unidade jurisdicionada: Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Luiz Virgínio da Silva Filho (OAB/AL 9.385), entre outros, representando Luís Mota Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 7.092/2022-TCU-2ª Câmara;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. comunicar esta decisão ao recorrente.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0013-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 14/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.777/2022-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Câmara dos Deputados.

4. Unidade jurisdicionada: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que trata de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados em face do Acórdão 4.613/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. comunicar esta decisão à recorrente.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0014-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 15/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.800/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Militar).

3. Recorrente: Comando da Aeronáutica.

4. Unidade Jurisdicionada: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de pensão militar, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 2.695/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. comunicar esta decisão ao recorrente.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0015-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 16/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.453/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Militar).
3. Recorrente: Elielba Assunção dos Santos (639.845.714-53).
4. Unidade jurisdicionada: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: Almir Marcos Mendes de Souza (OAB-PE 56.293), representando Elielba Assunção dos Santos.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este processo de pensão militar, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 2.072/2023-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. comunicar esta decisão à recorrente.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0016-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 17/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.165/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Maria de Fátima Maciel Bezerra (234.735.413-20).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Orós-CE.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Orós/CE, para construção de sistema de abastecimento de água,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.1. considerar revel a Sra. Maria de Fátima Maciel Bezerra, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas de Maria de Fátima Maciel Bezerra, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/4/2009	248.000,00
21/9/2009	496.000,00
14/7/2010	124.000,00
2/12/2011	372.000,00

9.3. aplicar a Maria de Fátima Maciel Bezerra a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.6. dar ciência desta decisão à responsável, à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0017-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 18/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.194/2023-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Wekisley Teixeira Silva (803.423.105-34).
4. Unidade jurisdicionada: Município de Encruzilhada-BA.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especiais - AudTCE.
8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos do Contrato de repasse de registro Siafi 869532, que tinha por objeto a "Construção de mercado para produtos agropecuários";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar, para todos os efeitos, revel Wekisley Teixeira Silva, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Wekisley Teixeira Silva, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/5/2021	102.239,82
24/12/2021	156.875,96

9.3. aplicar ao responsável Wekisley Teixeira Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data da prolação deste acórdão por este Tribunal até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido por Wekisley Teixeira Silva, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação deste Acórdão, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Caixa e ao responsável, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0018-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 19/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.244/2022-2.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Interessado/Embargante:
3.1. Interessado: Ronaldo Luiz Legora (658.467.707-97).
3.2. Embargante: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria em que, nesta fase processual, são apreciados embargos de declaração contra o Acórdão 3.668/2023-TCU-Segunda Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los, de forma a esclarecer ao embargante que, no caso de comprovação junto ao órgão de origem da existência de decisão judicial, e não subsistindo, de fato, outras irregularidades, o novo ato, a ser remetido ao Tribunal pelo órgão de origem, nos termos do Acórdão 1.675/2023-TCU-2ª Câmara, deverá ser registrado, conforme previsto na Resolução TCU 353/2023; e

9.2. enviar cópia desta deliberação ao embargante.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0019-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 20/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: 004.930/2016-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Jackson de Araújo Lucena (141.322.304-49); Marcelo Rodrigues da Costa (726.523.494-49).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Alhandra-PB.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos - AudRecursos.
8. Representação legal: Janaina Lima Lugo (OAB-PB 14313), representando Marcelo Rodrigues da Costa.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que, nesta fase processual, são apreciados recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 814/2020-TCU-2ª Câmara, confirmado em sede de embargos pelo Acórdão 9.257/2021-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos;

9.2. dar provimento ao recurso de Jackson de Araújo Lucena, tornando insubsistente a multa aplicada a esse responsável por meio do item 9.7 do Acórdão 814/2020-TCU-2ª Câmara;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3. estender os efeitos do provimento do recurso de Jackson de Araújo Lucena a José Inácio da Silva Filho, com base no art. 281 do Regimento Interno do TCU, tornando insubsistente a multa aplicada a esse responsável por meio do item 9.7 do Acórdão 814/2020-TCU-2ª Câmara;

9.4. excluir Jackson de Araújo Lucena e José Inácio da Silva Filho da presente relação processual;

9.5. negar provimento ao recurso de Marcelo Rodrigues da Costa; e

9.6. dar ciência desta decisão aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0020-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 21/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.476/2022-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Gilzânia Ribeiro Azevedo (970.830.463-87).

4. Unidade jurisdicionada: Município de Sucupira do Riachão-MA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, mandatária na Secretaria Executiva do Ministério das Cidades (extinta), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos do Contrato de Repasse 0312920-26/2009,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente processo, sem julgamento do mérito, com fundamento nos arts. 5º, inciso II, e 7º, inciso II, da IN TCU 71/2012 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, ante a ausência de pressupostos para sua constituição e desenvolvimento válido e regular; e

9.2. enviar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0021-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 22/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.808/2021-4.

1.1. Apenso: TC 004.881/2023-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Marco Antônio Lacerda Brito (115.709.545-34) e Arco Arquitetura & Construção Ltda. (14.905.319/0001-70).

4. Unidade jurisdicionada: Município de Itororó-BA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especiais - AudTCE.

8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa na Bahia, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 0064/2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Marco Antônio Lacerda Brito e Arco Arquitetura & Construção Ltda., para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da presente relação processual a empresa Arco Arquitetura & Construção Ltda.;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Marco Antônio Lacerda Brito, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
13/5/2013	18.670,04	Débito
18/6/2014	46.879,11	Débito
30/10/2014	31.422,00	Débito
16/1/2015	24.624,00	Débito
24/7/2017	15.758,66	Crédito

9.4. aplicar a Antônio Lacerda Brito a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão à Superintendência Estadual da Funasa na Bahia e aos responsáveis, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0022-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 23/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 019.157/2020-7.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Marco de Oliveira (287.979.652-00), Elias Marinho de Azevedo (107.359.841-15), Iran Cardoso Bilheiro (432.194.381-72) e Município de Alto Paraíso-RO (63.762.025/0001-42).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Alto Paraíso-RO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão da não demonstração da regular aplicação dos recursos transferidos ao Município de Alto Paraíso-RO no exercício de 2013, na modalidade fundo a fundo, ante a não comprovação da prestação de serviços por profissionais de saúde (médicos) contratados no âmbito do programa Estratégia Saúde da Família (ESF),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Antônio Marco de Oliveira, Elias Marinho de Azevedo e o Município de Alto Paraíso/RO, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Iran Cardoso Bilheiro;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de Antônio Marco de Oliveira, Elias Marinho de Azevedo e Iran Cardoso Bilheiro;

9.4. aplicar aos responsáveis abaixo listados, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores indicados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R$)
Antônio Marco de Oliveira	4.000,00
Iran Cardoso Bilheiro	6.000,00
Elias Marinho de Azevedo	8.000,00

9.5. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

9.7. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, ao Município de Alto Paraíso/RO, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, para que efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data	Valor (R$)
19/2/2013	7.130,00
19/2/2013	7.130,00
19/3/2013	7.130,00
19/3/2013	7.130,00
19/3/2013	10.695,00
19/3/2013	10.695,00
22/5/2013	10.695,00
22/5/2013	10.695,00
21/6/2013	10.695,00
21/6/2013	10.695,00
23/7/2013	10.695,00
23/7/2013	10.695,00
21/8/2013	21.390,00
20/9/2013	21.390,00
22/10/2013	21.390,00
26/11/2013	21.390,00
20/12/2013	21.390,00

9.8. informar ao Município de Alto Paraíso-RO que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992; e

9.9. dar ciência desta decisão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado de Rondônia, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0023-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 24/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.149/2019-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Conceição de Maria Soares Madeira (053.484.803-63) e Arnaldo de Alencar da Costa e Silva (076.047.503 20).

4. Unidade jurisdicionada: Munícipio de Imperatriz-MA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Ana Valéria Bezerra Sodré (OAB/MA 4856), entre outros, representando Conceição de Maria Soares Madeira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados ao Fundo Municipal de Saúde, no exercício de 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa de Arnaldo de Alencar da Costa e Silva, de forma a excluí-lo da presente relação processual;

9.2 julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas de Conceição de Maria Soares Madeira, para condená-la ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
15.000,00	19/2/2014
40.000,00	20/2/2014
6.825,00	20/2/2014
14.675,00	20/2/2014
999,67	30/4/2014
5.510,33	30/4/2014
14.224,50	30/4/2014
140.000,00	30/4/2014
115.000,00	23/5/2014
39.549,16	30/5/2014
16.818,70	6/6/2014
5.000,00	9/6/2014
555,00	16/6/2014
8.160,00	18/6/2014
445,44	8/7/2014
21.756,41	10/07/2014
4.000,00	23/7/2014
100,76	28/7/2014
1.079,84	18/8/2014
1.079,84	18/8/2014
445,44	12/9/2014
445,44	12/9/2014
1.455,89	3/10/2014
1.455,89	3/10/2014
10.000,00	14/10/2014
445,44	14/10/2014
445,44	14/10/2014
1.079,84	17/11/2014
3.449,31	24/11/2014
3.570,23	18/12/2014

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3. aplicar à Sra. Conceição de Maria Soares Madeira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, caso seja de interesse da responsável, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0024-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 25/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.240/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Claubert Pereira de Oliveira (781.259.366-53).

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Thatiane Rodrigues Leite (OAB-DF 48457), entre outros, representando Claubert Pereira de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que, nesta fase processual, são apreciados embargos de declaração opostos contra o Acórdão 3.343/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta decisão ao embargante.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0025-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 26/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.242/2020-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio da Silva Barbosa (345.602.031-72), Mário Luís Pires de Souza (452.214.721-04); Ivanilson Domingos de Alencar (481.822.571-15); Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Campo Verde-MT (06.320.650/0001-09).

4. Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especiais - AudTCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Incra, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 3/2004, que tinha por objeto a "Execução de Plano de Consolidação de Assentamento (PCA) em vários Projetos de Assentamentos (PAS) a 212 famílias, com investimentos em obras de infraestrutura, capacitação e assistência técnica no município de Campo Verde-MT";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Campo Verde-MT, Antônio da Silva Barbosa, Mário Luís Pires de Souza e Ivanilson Domingos de Alencar, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da presente relação processual o Sr. Ivanilson Domingos de Alencar;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Campo Verde-MT, Antônio da Silva Barbosa e Mário Luis Pires de Souza, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.3.1. Débitos relacionados aos responsáveis solidários Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Campo Verde-MT e Antônio da Silva Barbosa:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
7/7/2005	45.000,00
30/8/2005	30.000,00
26/9/2005	3.423,71
07/11/2005	502,41

9.3.2. Débito relacionado, individualmente, à Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Campo Verde-MT:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/1/2006	20.000,00
30/12/2011	8.283,73
30/12/2011	811,64
30/12/2011	35.763,60
30/12/2011	26.359,22

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3.3. Débito relacionado aos responsáveis solidários Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Campo Verde-MT e Mário Luís Pires de Souza:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/3/2006	27.700,00
15/3/2006	25.198,53
7/8/2006	14.472,96
14/11/2006	6.164,00
26/10/2006	17.136,25
27/2/2007	6.589,60
23/4/2007	8.500,00

9.4. aplicar, individualmente, à Central de Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Campo Verde/MT e aos Srs. Antônio da Silva Barbosa e Mário Luís Pires de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, respectivamente, nos valores de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), R$ 8.000,00 (oito mil reais) e R$ 11.000,00 (onze mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e aos responsáveis, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0026-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 27/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.975/2019-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Embargante: Vitor Sérgio Couto dos Santos (231.650.657-72).
4. Unidade Jurisdicionada: Fundo Nacional de Saúde (FNS).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Cláudio Luiz Narciso Lourenco (OAB-SP 265630), representando Vitor Sergio Couto dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que são apreciados, nesta fase processual, embargos de declaração opostos contra o Acórdão 10.167/2023-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0027-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 28/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 042.928/2021-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: João Bezerra Cavalcanti Filho (463.619.604-04), Altair Bezerra da Silva Junior (488.363.384-53) e Município de Palmares-PE (10.212.447/0001-88).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Palmares-PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Termo de Compromisso 4311/2013, o qual tinha por objeto o instrumento descrito como "Construção de 01 (uma) Quadra Escolar Coberta com Vestiário - Projeto FNDE, localizada à Praça da Luz, s/nº, Centro - Palmares/PE",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, Altair Bezerra da Silva Junior e o Município de Palmares-PE, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, ao Município de Palmares/PE, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, para que efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir especificadas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)	Tipo da parcela
1º/1/2017	31.496,34	Débito
16/12/2020	2.952,08	Crédito

9.3. informar ao Município de Palmares-PE que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

dando-se-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0028-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 29/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.343/2015-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: José Sérgio Pinheiro Diógenes (141.275.393-72).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Jaguaribe-CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB-CE 3183), entre outros, representando José Sérgio Pinheiro Diógenes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que, nesta fase processual, é apreciado recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 45/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com base nos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/92, c/c o art. 285, caput, do RITCU, em:

9.1. conhecer do presente recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, de forma a tornar insubsistente o Acórdão 45/2022-TCU-2ª Câmara;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de José Sérgio Pinheiro Diógenes, nos termos dos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, dando-lhe quitação; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0029-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 30/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.675/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Renato Coelho Baumann das Neves (059.583.771-91).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1916/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. informar aos recorrentes e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0030-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 31/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.963/2023-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Maria Luiza Pinho Pereira (056.337.025-49).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 4568/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. informar aos recorrentes e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0031-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 32/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.181/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Jurandir Ferreira Massena (675.603.937-72).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Bruno Conti Gomes da Silva (OAB-DF 44.300), Elaine Lourenço da Silva (OAB-DF 30.670) e outros, representando Jurandir Ferreira Massena.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 3.580/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. informar aos recorrentes e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0032-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 33/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.840/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Wladimir da Cunha Barros (225.526.181-20).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Bruno Conti Gomes da Silva (OAB-DF 44.300), Elaine Lourenço da Silva (OAB-DF 30.670) e outros, representando Wladimir da Cunha Barros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 3.262/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. informar aos recorrentes e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0033-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 34/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.854/2023-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Ana Lourdes Maciel Amorim Agra Ferreira (386.300.522-87); Sandra Carvalho Agra (181.647.492-49); Selma Carvalho Agra (161.885.002-49); Silvana Dantas da Silva Agra (001.442.522-01); Silvia Dantas da Silva Carvalho (807.023.502-06); Sueli Carvalho Agra (084.660.762-04).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de pensão militar, e negar-lhe o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.3. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo órgão de origem; e

9.3.4. comunique às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0034-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 35/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.708/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Auditoria do Senado Federal; Francisco Mauricio da Paz (081.419.593-87); Francisco Mauricio da Paz (081.419.593-87).

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Larissa Duarte Testolin (OAB-DF 33.815), Talitha Grazielle Silva Kitamura (OAB-DF 31.258) e outros, representando Francisco Mauricio da Paz.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal em face do Acórdão 5.861/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 44 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, com efeitos modificativos, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 1.7.b.1 do Acórdão recorrido, e determinar ao órgão emissor que promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, desde a vigência da lei 13.302/2016, no prazo 15 (quinze) dias contados da ciência, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-1ª Câmara;

9.2. informar ao recorrente e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0035-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 36/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.811/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Abel Sousa Soares (225.596.711-15); Auditoria do Senado Federal.

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB-DF 19.233), representando Senado Federal; Luis Maximiliano Leal Telesca Mota (OAB-DF 14.848), representando Abel Sousa Soares.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal em face do Acórdão 3.977/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 44 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, com efeitos modificativos, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 1.7.1.3 do Acórdão recorrido, e determinar ao órgão emissor que promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, desde a vigência da lei 13.302/2016, no prazo 15 (quinze) dias contados da ciência, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-1ª Câmara;

9.2. informar ao recorrente e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0036-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 37/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.456/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Edinaldo Eufrausio da Silva (214.689.581-00).
4. Órgão/Entidade: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB-DF 19.233), representando Senado Federal.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal em face do Acórdão 3.618/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 44 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, com efeitos modificativos, dar-lhe provimento parcial, tornando sem efeito o subitem 9.3.1 do Acórdão recorrido, e determinar ao órgão emissor que promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, desde a vigência da lei 13.302/2016, no prazo 15 (quinze) dias contados da ciência, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-1ª Câmara;

9.2. informar ao recorrente e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0037-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 38/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.536/2015-6.
1.1. Apenso: 036.013/2019-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsáveis: Giovani Paulo Zortea (888.889.080-72); Instituto Ecopólis (07.664.851/0001-88).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Giovani Paulo Zortea, presidente do então Grupo Interdisciplinar Ecopólis - ECOPÓLIS, em razão da omissão do dever de prestar contas do Convênio 703559/2009, celebrado em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

22/7/2009, que teve por objeto o "Apoio à iniciativa de turismo de base comunitária no Município de Santo Antônio da Patrulha/RS";

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Giovani Paulo Zortea e Instituto Ecopólis;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Giovani Paulo Zortea e do Instituto Ecopólis, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da importância a seguir especificada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar da data indicada até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
10/9/2009	150.000,00

9.3. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, ao Sr. Giovani Paulo Zortea e ao Instituto Ecopólis, no valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, aos demais interessados e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0038-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 39/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.752/2023-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Viviane Ritta (498.501.480-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Viviane Ritta (498.501.480-04), vinculada ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria, concedendo-lhe registro; e

9.2. comunicar a prolação deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor da deliberação pode ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0039-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 40/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.006/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60).

3.2. Responsável: Delmar Barros da Silveira Sobrinho (522.678.903-30).

4. Órgão/Entidade: Município de Nova Olinda do Maranhão - MA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pelo Incra em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Nova Olinda do Maranhão/MA por meio do Convênio Siafi 733.699, tendo como objeto a recuperação da malha vicinal com obras de arte na referida municipalidade.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Delmar Barros da Silveira Sobrinho (522.678.903-30);

9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, caput, e 23, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do responsável Delmar Barros da Silveira Sobrinho (522.678.903-30) e condená-lo ao pagamento das quantias especificadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do presente acórdão, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Incra, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/7/2010	800.000,00
30/12/2011	800.000,00
26/8/2013	400.000,00

9.3. aplicar ao responsável Delmar Barros da Silveira Sobrinho (522.678.903-30) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar o pagamento parcelado da dívida, se requerido, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.7. remeter cópia da presente deliberação à Procuradoria Regional da República no Estado do Maranhão, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0040-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 41/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.667/2023-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Edilson Rodrigues da Silva (857.592.878-34).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Edilson Rodrigues da Silva (857.592.878-34), vinculado ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria, concedendo-lhe registro; e

9.2. comunicar a prolação deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor da deliberação pode ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0041-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 42/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.786/2023-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Nilzo da Silva Bueno (323.341.259-20).
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria de Nilzo da Silva Bueno (323.341.259-20), vinculado à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

9.1. considerar ilegal o ato, ordenando, excepcionalmente, o seu registro, mantendo o pagamento da parcela denominada GDIBGE aos inativos na mesma proporção que é paga aos servidores em atividade, em razão de haver decisão judicial transitada em julgado que a ampara.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0042-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 43/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.586/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (29.510.575/0001-36); Rodrigo Lopes Rocha (086.759.857-38).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria Nacional do Esporte, em desfavor da Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro e de Rodrigo Lopes Rocha, presidente da entidade, tendo em vista a omissão inicial no dever de prestar contas dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac, intitulado “Passeio Ciclístico Ponte Rio - Niterói - Bike Tour Eco Ponte”.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Rodrigo Lopes Rocha e Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.2. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Rodrigo Lopes Rocha (086.759.857-38) e da Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (29.510.575/0001-36), condenando-os solidariamente ao pagamento da quantia especificada a seguir, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada, até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do presente acórdão, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/5/2017	20.000,00

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis indicados no item anterior, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar o pagamento parcelado das dívidas, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.7. remeter cópia da presente deliberação à Procuradoria Regional da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno do TCU;

9.8. dar ciência da presente deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Esporte.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0043-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 44/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.964/2018-6.

1.1. Apenso: 009.557/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Centro de Atendimento Ao Trabalhador - Ceat (06.209.497/0001-39); Gleide Santos Costa (224.187.921-53); Ivana Lucia Zillig de Paiva (373.450.601-87); Jorgette Maria de Oliveira (246.149.397-91); Licio de Araújo Vale (877.126.608-91); Luiz Fernando de Souza Emediato (125.420.676-00); Wallyson Figueredo Silva (990.323.331-00).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

8. Representação legal: Gilson Gomes da Silva (370.055/OAB-SP), representando Licio de Araújo Vale; Pierre Tramontini (16.231/OAB-DF) e Jéssica Meireles Barcelos (46.496/OAB-DF), representando Wallyson Figueredo Silva; Reilos Monteiro (22.612/OAB-DF), representando Gleide Santos Costa; Eric Minoru Nakumo (272.280/OAB-SP), representando Jorgette Maria de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial originado da conversão de processo de auditoria, consoante determinado no Acórdão 1017/2016-TCU-Plenário, alterado pelos Acórdãos 1835/2016-TCU-Plenário e 2626/2016-TCU-Plenário (TC 009.557/2013-0), em razão de irregularidades verificadas na execução do Convênio 102/2008, celebrado entre o então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Centro de Atendimento ao Trabalhador - CEAT/SP, cujo objeto era a execução de ações de qualificação social e profissional que visavam a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "c" e "d"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, 210 e 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. acatar parcialmente as alegações de defesas apresentadas pelos responsáveis Ivana Lúcia Zillig de Paiva; Luiz Fernando de Souza Emediato; Wallyson Figueredo Silva, excluindo-os do rol de responsáveis;

9.2. considerar revéis os responsáveis Jorgette Maria de Oliveira; Licio de Araújo Vale; e Centro de Atendimento ao Trabalhador, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Gleide Santos Costa;

9.4. julgar irregulares as contas dos responsáveis Gleide Santos Costa; Jorgette Maria de Oliveira; Lício de Araújo Vale; e Centro de Atendimento ao Trabalhador, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, a, do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a contar da data indicada até o dia do efetivo recolhimento do débito, na forma prevista na legislação em vigor:

Débito solidário referente aos responsáveis Jorgette Maria de Oliveira; Lício de Araújo Vale; e Centro de Atendimento ao Trabalhador:

Valor (R$)	Data
600.005,00	19/5/2009
1.573.888,49	19/5/2009
524.629,20	19/5/2009
600.005,00	20/11/2009
271.173,40	20/11/2009
1.573.888,49	20/11/2009
253.455,80	20/11/2009
3.020.234,54	12/3/2010
1.841.164,69	12/3/2010
535.646,13	6/4/2010
321.711,86	6/4/2010
187,00	25/6/2010
2.698.522,68	18/10/2010
4.080.286,92	24/1/2011
2.491.619,09	21/7/2011

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Valor (R$)	Data
988.295,84	21/7/2011
2.783.932,00	16/2/2012

Débito solidário referente aos responsáveis Jorgette Maria de Oliveira; Licio de Araújo Vale; Gleide Santos Costa; e Centro de Atendimento ao Trabalhador:

Valor (R$)	Data
1.391.961,35	31/05/2012
1.391.964,45	25/07/2012
395.312,20	28/09/2012
996.647,60	28/09/2012
4,65	28/09/2012
3.557.434,79	18/01/2013
3.557.434,78	21/06/2013

9.5. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, aos responsáveis Gleide Santos Costa; Jorgette Maria de Oliveira; Lício de Araújo Vale; e Centro de Atendimento ao Trabalhador, nos valores a seguir discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor da Multa (R$)
Jorgette Maria de Oliveira	400.000,00
Licio de Araújo Vale	400.000,00
Centro de Atendimento ao Trabalhador	400.000,00
Gleide Santos Costa	50.000,00

9.6. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.6.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, aos demais interessados e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo para as providências que entender cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0044-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 45/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.745/2023-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Teresinha Ferreira da Silva (068.858.704-63).
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Teresinha Ferreira da Silva (068.858.704-63), vinculada à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, concedendo-lhe, todavia, o respectivo registro, em conformidade com o art. 7º, II, da Resolução 353/2023;

9.2. determinar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado;

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0045-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 46/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.015/2023-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Marilene de Jesus Silva Pereira Correa (043.940.892-04).
4. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil instituída por Cristiano Jorge Correa (006.918.522-00), vinculado à Superintendência da Zona Franca de Manaus, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar, excepcionalmente, legal o presente ato de concessão de aposentadoria, concedendo-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada citada acima, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira apontada e promova o recálculo do valor atualmente pago relativo à rubrica apontada;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.4. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Unidade Jurisdicionada e ao interessado, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0046-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 47/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.160/2023-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Renata Marques Teixeira (075.422.617-46); Roberta Marques Teixeira (111.078.857-60).

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de pensão militar, e negar-lhe o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.3. informe à(s) interessada(s) que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo órgão de origem; e

9.3.4. comunique à(s) interessada(s) o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0047-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 48/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.055/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal (CNPJ 00.360.305/0001-04).
3.2. Responsáveis: Allysson Silva Lima (CPF 001.290.491-07), Maria Aparecida Gomes Lima (CPF 330.259.081-49) e Ronaldo Fernandes de Queiroz (CPF 197.767.131-49).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Alexânia - GO.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Renato Oliveira dos Reis (OAB-GO 34.896), representando Ronaldo Fernandes de Queiroz; João Paulo Martins Lima (OAB-GO 40.868), representando Allysson Silva Lima.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (mandatária da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - extinta), em desfavor de Ronaldo Fernandes de Queiroz, Maria Aparecida Gomes Lima e Allysson Silva Lima, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Contrato de Repasse de registro Siafi 627182, firmado entre o Ministério e o Município de Alexânia - GO, que tinha por objeto obras de pavimentação asfáltica, construção de galerias pluviais e meio-fio naquela municipalidade;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, I; 12, § 3º; 16, II e III, b, c e § 3º; 19, 23, III; 26, 28, II; e 57 da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 214, III, "a"; e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1 considerar revel a responsável Maria Aparecida Gomes Lima para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acatar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Allysson Silva Lima e julgar regulares com ressalva as suas contas, dando-lhe quitação;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Ronaldo Fernandes de Queiro;

9.4. julgar irregulares as contas da Sra. Maria Aparecida Gomes Lima e do Sr. Ronaldo Fernandes de Queiroz, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
9/2/2012	185.988,64

9.5. aplicar, individualmente, à Sra. Maria Aparecida Gomes Lima e ao Sr. Ronaldo Fernandes de Queiroz a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, e com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, devendo incidir, sobre cada uma, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, e 59, da Lei

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia do presente Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis, para ciência, e informar-lhes que a deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado de Goiás e à Caixa Econômica Federal que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.10. informar à Procuradoria da República no Estado de Goiás que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0048-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 49/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.168/2023-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militr.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Gerlane Gomes da Silva (722.811.464-72); Girlene Gomes da Silva (011.192.804-43).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de pensão militar, e negar-lhe o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3.3. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo órgão de origem; e

9.3.4. comunique às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0049-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 50/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.326/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Aspam - Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 83.337.014/0001-22), José Leonaldo dos Santos Arruda (CPF 329.674.382-00) e Maria Alda Aires Costa (CPF 560.264.392-34).

4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Cássio Murilo Silveira Castro (OAB-PA 22.474) e Bruno Pinheiro de Moraes (OAB-PA 24.247), representando José Leonaldo dos Santos Arruda; Edimar de Souza Gonçalves (OAB-PA 16.456), Vanderson Quaresma da Silva (OAB-PA 17.266) e outros, representando Aspam -Construções e Serviços Ltda; Jose Fernando Santos dos Santos (OAB-PA 14.671), representando Maria Alda Aires Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em desfavor do Sr. José Leonaldo dos Santos Arruda, ex-prefeito de Curralinho - PA na gestão 2013 a 2016, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos provenientes do Convênio 19/2019, que tinha como objeto a "Recuperação de 45 km de estradas vicinais, localizadas na Reserva Extrativista Marinha Terra Grande de Pracuúba, no Município de Curralinho, Estado do Pará.",

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, I; 12, § 3º; 16, II e III, b e c 3º; 19, 23, III; 26, 28, II; e 57 da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 214, III, "a"; e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1 considerar revel a responsável Maria Alda Aires Costa para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Leonaldo dos Santos Arruda e pela empresa Aspam Construções e Serviços Ltda.;

9.3. julgar irregulares as contas da Sra. Maria Alda Aires Costa, do Sr. José Leonaldo dos Santos Arruda e da empresa Aspam Construções e Serviços Ltda., e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

9.3.1. débito sob a responsabilidade solidária do Sr. José Leonaldo dos Santos Arruda e da empresa Aspam Construções e Serviços Ltda.:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
8/11/2016	120.278,01
23/9/2016	101.270,56

9.3.2. débito sob a responsabilidade de Maria Alda Aires Costa:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/2/2019	48.034,91
Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
9/2/2012	185.988,64

9.4. aplicar, individualmente, à Sra. Maria Alda Aires Costa, ao Sr. José Leonaldo dos Santos Arruda e à empresa Aspam Construções e Serviços Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores abaixo, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R$)
Maria Alda Aires Costa	6.300,00
José Leonaldo dos Santos Arruda	31.000,00
Aspam Construções e Serviços Ltda.	31.000,00

9.5. autorizar, desde logo, e com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, devendo incidir, sobre cada uma, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, e 59, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia do presente Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e aos responsáveis, para ciência, e informar-lhes que a deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.8. informar à Procuradoria da República no Estado do Pará e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado do Pará que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0050-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 51/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 035.066/2023-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Valdeli Neves do Amaral (029.992.691-53).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de reforma militar.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de reforma militar, e negar-lhe o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. emita novo ato de reforma militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.3. informe ao interessado que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo órgão de origem; e

9.3.4. comunique ao interessado o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0051-01/24-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 52/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.713/2023-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Ormandina Zanezi Lopes (783.892.591-68).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de pensão militar, e negar-lhe o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.3. informe à interessada que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo órgão de origem; e

9.3.4. comunique à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0052-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 53/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.173/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Luciana Lopes da Silva Oliveira (030.340.057-92); Patricia Lopes da Silva dos Santos (009.259.327-52); Simone Lopes da Silva (032.563.457-27); Veronica Lopes da Silva (009.340.807-20).

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 considerar ilegal o ato de concessão da pensão de Luciana Lopes da Silva Oliveira (030.340.057-92); Patricia Lopes da Silva dos Santos (009.259.327-52); Simone Lopes da Silva (032.563.457-27); Veronica Lopes da Silva (009.340.807-20), recusando-lhes o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. emita, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de concessão da pensão de Luciana Lopes da Silva Oliveira (030.340.057-92); Patricia Lopes da Silva dos Santos (009.259.327-52); Simone Lopes da Silva (032.563.457-27); Veronica Lopes da Silva (009.340.807-20), com fulcro no art. 19, §3º, da Instrução Normativa 78/2018, escoimado da irregularidade verificada;

9.3.3. comunique aos interessados sobre o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;

9.4. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal que monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3., representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0053-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 54/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.584/2023-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Angela Gonçalves Leão (408.257.797-15).

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 considerar ilegal o ato de concessão da pensão de Angela Goncalves Leao (408.257.797-15), recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. emita, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de concessão da pensão de Angela Gonçalves Leão (408.257.797-15), com fulcro no art. 19, §3º, da Instrução Normativa 78/2018, escoimado da irregularidade verificada;

9.3.3. comunique à interessada sobre o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.4. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal que monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3., representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0054-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 55/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 042.908/2021-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinto).

3.2. Responsável: Milton Dias Rocha Filho (064.939.043-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Barreirinhas/MA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Cidadania, em desfavor do Sr. Milton Dias Rocha Filho (CPF 064.939.043-15), ex-Prefeito de Barreirinhas/MA (Gestões 2005-2008 e 2009-2012), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Milton Dias Rocha Filho (CPF 064.939.043-15), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do Sr. Milton Dias Rocha Filho (CPF 064.939.043-15), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU.

Débitos relacionados ao responsável Sr. Milton Dias Rocha Filho (CPF 064.939.043-15):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
2/2/2012	9.326,88
2/2/2012	2.540,00
2/2/2012	10.566,40
2/2/2012	7.416,80
10/2/2012	50,00
10/2/2012	950,00
17/2/2012	9.326,88
17/2/2012	1.905,00
17/2/2012	11.864,34

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/3/2012	27,50
9/3/2012	50,00
9/3/2012	950,00
26/3/2012	50,00
26/3/2012	950,00
28/3/2012	14.684,54
28/3/2012	3.810,00
28/3/2012	11.638,28
28/3/2012	7.416,80
30/4/2012	10.679,70
30/4/2012	8.536,94
30/4/2012	3.810,00
30/4/2012	13.472,16
30/4/2012	7.416,80
2/5/2012	4.853,94
25/5/2012	7.494,54
25/5/2012	4.104,64
25/5/2012	6.350,00
25/5/2012	13.472,16
25/5/2012	7.416,80
6/6/2012	9.806,94
6/6/2012	2.557,80
26/6/2012	2.557,80
27/6/2012	7.200,00
27/6/2012	3.493,10
28/6/2012	7.494,54
28/6/2012	9.806,94
28/6/2012	2.694,94
28/6/2012	5.715,00
28/6/2012	13.639,80
28/6/2012	7.388,86
30/7/2012	7.494,54
30/7/2012	9.806,94
30/7/2012	2.694,94
30/7/2012	5.715,00
30/7/2012	7.388,86
2/8/2012	14.524,50
2/8/2012	13.639,80
2/8/2012	9.018,80
30/8/2012	9.399,54

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/8/2012	9.806,94
30/8/2012	2.694,94
30/8/2012	5.715,00
30/8/2012	13.639,80
30/8/2012	7.388,86
26/9/2012	2.694,94
26/9/2012	5.715,00
26/9/2012	1.947,22
26/9/2012	13.639,80
26/9/2012	7.388,86
27/9/2012	8.447,04
27/9/2012	9.806,94
24/10/2012	14.974,85
24/10/2012	2.692,85
30/10/2012	9.399,54
30/10/2012	9.806,94
30/10/2012	2.694,94
30/10/2012	5.715,00
30/10/2012	13.639,80
30/10/2012	7.388,86
28/11/2012	9.399,54
28/11/2012	2.694,94
28/11/2012	5.715,00
29/11/2012	9.806,94
29/11/2012	11.338,56
5/12/2012	13.639,80
13/12/2012	890,00
19/12/2012	4.035,00
19/12/2012	12.035,00
27/12/2012	9.399,54
27/12/2012	9.806,94
27/12/2012	2.694,94
27/12/2012	5.715,00
27/12/2012	13.639,80
27/12/2012	11.338,56
28/12/2012	15.436,25
28/12/2012	25.681,00

Valor atualizado do débito (com juros) em 14/7/2023: R$ 1.266.579,13.

9.3. aplicar ao Sr. Milton Dias Rocha Filho (CPF 064.939.043-15), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer das responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e ao responsável, para ciência, assim como à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.6. informar à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.7. informar à Procuradoria da República no Estado do Maranhão que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0055-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 56/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 045.738/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessada/Responsável:

3.1. Interessada: Caixa Econômica Federal.

3.2. Responsável: Clysmer Ferreira Bastos (044.308.585-43).

4. Órgão/Entidade: Município de Brejo Grande/SE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos objeto do Contrato de Repasse 1022408-78/2014 (Siafi 815831), firmado entre o Ministério do Esporte e o município de Brejo Grande - SE, para a construção de quadra de esporte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Clysmer Ferreira Bastos (044.308.585-43), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual Fernanda Tenorio Ribeiro Machado (005.810.635-97);

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19 e 23, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Clysmer Ferreira Bastos (044.308.585-43), condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
4/7/2016	182.508,30	Débito
3/1/2017	182.508,30	Débito
21/10/2016	175,00	Crédito
30/8/2016	200,00	Crédito
10/8/2021	220.170,74	Crédito
11/8/2021	24,17	Crédito

9.4. aplicar ao responsável Clysmer Ferreira Bastos (044.308.585-43) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.6. autorizar o pagamento parcelado das dívidas, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação do acórdão, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os respectivos encargos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.8. remeter cópia da presente deliberação à Procuradoria Regional da República no Estado de Sergipe, para as providências cabíveis, nos termos do § 7º, in fine, do art. 209 do Regimento Interno/TCU, informando-lhe que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal;

9.9. dar ciência da presente deliberação ao responsável e demais interessados.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0056-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 57/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.349/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Edson Luiz de Oliveira (110.139.232-00); João Nelson Pereira Magalhães (371.363.212-04).
3.2. Recorrente: Edson Luiz de Oliveira (110.139.232-00).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Edimar de Souza Gonçalves (OAB-PA 016456), André Ramy Pereira Bassalo (OAB-PA 007930) e outros, representando Edson Luiz de Oliveira.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Edson Luiz de Oliveira contra o Acórdão 2.069/2023-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno-TCU, em:
9.1. conhecer do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. notificar o recorrente e demais interessados a respeito desta deliberação, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0057-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 58/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.667/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinto).
3.2. Responsável: José Barbosa de Andrade (005.492.664-53).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande - PE.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Marco Antonio Frazao Negromonte (OAB-PE 33196), representando José Barbosa de Andrade.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, em desfavor de José Barbosa de Andrade, ex-Prefeito de São José da Coroa Grande/PE, gestão 2009 a 2012, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para o cofinanciamento de ações e programas que integraram o Sistema Único

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

de Assistência Social - SUAS no exercício de 2012, em especial dos programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Barbosa de Andrade;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas de José Barbosa de Andrade, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
9/7/2012	9,07
9/7/2012	0,55
18/1/2012	133,50
1/2/2012	589,00
15/2/2012	31,00
16/2/2012	90,25
22/2/2012	319,20
23/2/2012	285,00
1/3/2012	1.944,00
1/3/2012	2.181,00
2/3/2012	500,00
5/3/2012	99,75
5/3/2012	171,00
6/3/2012	1.632,15
7/3/2012	532,00
7/3/2012	190,00
8/3/2012	201,90
12/3/2012	152,00
12/3/2012	403,90
12/3/2012	99,50
13/3/2012	285,00
16/3/2012	99,75
16/3/2012	370,50
16/3/2012	399,00
16/3/2012	209,00
16/3/2012	377,70
16/3/2012	399,00
16/3/2012	959,70
16/3/2012	1.336,20
19/3/2012	649,80

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/3/2012	152,00
21/3/2012	446,50
23/3/2012	95,00
23/3/2012	95,00
29/3/2012	598,50
2/4/2012	798,00
12/4/2012	541,20
12/4/2012	541,96
13/4/2012	151,50
13/4/2012	376,10
16/4/2012	229,70
24/4/2012	285,00
2/6/2012	417,32
3/5/2012	342,00
3/5/2012	101,00
7/6/2012	33,00
9/5/2012	325,05
10/5/2012	221,50
10/5/2012	289,50
10/5/2012	929,27
10/5/2012	2.850,00
11/5/2012	152,00
11/5/2012	306,00
11/5/2012	291,00
11/5/2012	291,00
11/5/2012	151,05
15/5/2012	285,00
15/5/2012	285,00
15/5/2012	475,00
15/5/2012	285,00
18/5/2012	228,00
18/5/2012	81,45
18/5/2012	598,90
24/5/2012	598,50
31/5/2012	1.000,00
11/6/2012	1.113,05
11/6/2012	364,33
11/6/2012	700,00
11/6/2012	380,00
13/6/2012	272,40

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/6/2012	61,75
15/6/2012	285,00
15/6/2012	209,00
18/6/2012	654,50
18/6/2012	570,00
18/6/2012	190,00
18/6/2012	328,00
18/6/2012	560,00
18/6/2012	1.534,80
19/6/2012	228,00
19/6/2012	570,00
19/6/2012	380,00
19/6/2012	228,00
19/6/2012	199,50
21/6/2012	300,00
28/6/2012	1.599,88
2/7/2012	2.153,48
10/7/2012	103,46
10/7/2012	180,00
11/7/2012	236,20
11/7/2012	101,00
6/8/2012	5,44
6/8/2012	89,79
18/5/2012	29,49
11/1/2012	232,75
18/1/2012	214,75
10/2/2012	167,20
8/8/2012	8,80
4/6/2012	1.861,65
11/6/2012	195,61
11/6/2012	1.963,50
13/6/2012	1.734,00
11/7/2012	164,85
11/7/2012	285,00
13/7/2012	138,84
6/8/2012	15,00
6/8/2012	1.318,47
18/10/2012	1.697,78
28/12/2012	1.067,79
30/5/2012	13.793,94

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
17/9/2012	1.257,00
11/10/2012	789,53
9/11/2012	292,61
13/11/2012	502,21
10/12/2012	555,39
28/12/2012	595,52

9.3. aplicar ao responsável José Barbosa de Andrade a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 14.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, conforme o disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. enviar cópia do presente acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas cabíveis;

9.7. informar à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, ao Fundo Nacional de Assistência Social e ao responsável que a presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamenta, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.8. informar à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0058-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 59/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.912/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Militar)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Centro de Controle Interno do Exército.

3.2. Recorrente: Yvone Maria de Barros Weber Prieto (139.849.851-34).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Rodrigo Marques Moreira (OAB-SP 105210), Aldivino Antonio de Souza Neto (OAB-MS 7828) e outros, representando Yvone Maria de Barros Weber Prieto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedido de Reexame interposto pela Sra. Yvone Maria de Barros Weber Prieto, beneficiária da pensão militar instituída pelo Sr. Walter Ruben Weber, por intermédio do qual se insurge contra o Acórdão 2.515/2023-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/92 c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de considerar legal o ato de pensão militar instituída pelo Sr. Walter Ruben Weber (Ato 69399/2020 - peça 3), determinando o seu registro;

9.2. tornar insubsistentes os itens 9.2 a 9.4 do Acórdão 2.515/2023-TCU-2ª Câmara; e

9.3. dar ciência do presente Acórdão à recorrente e ao Comando do Exército, informando-lhes que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0059-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 60/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.623/2023-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Aline Maria Casagrande Esteves (036.879.607-81).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão militar instituída por Jaime Roberto Barbosa Esteves em favor da Sra. Aline Maria Casagrande Esteves, e submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos art. 71, inciso III, da Constituição Federal; do art. 1º, inciso V, e do art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; do art. 1º, inciso VIII, do art. 259, inciso II, do art. 260 e do art. 262 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao Ato e-Pessoal nº 155396/2021 - Inicial;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias contados da ciência deste Acórdão, o pagamento dos proventos excedentes ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, retificando os proventos para a base de cálculo no soldo de General de Divisão, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na INTCU 78/2018;

9.3.3. dê ciência deste Acórdão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, no prazo de trinta dias contados da ciência desta deliberação, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Comando do Exército, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0060-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 61/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.387/2020-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Andresa Santos Oliveira (704.641.202-25); Maria Rosilene Coelho Melo de Sousa (209.588.113-34); Prefeitura Municipal de Japurá - AM (04.505.509/0001-47).

4. Órgão/Entidade: Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de Japurá.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Rafael Reis Pereira (OAB-AM 7219), Luiz Antonio de Araujo Cruz (OAB-AM 8611) e outros, representando Prefeitura Municipal de Japurá - AM.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), em desfavor do Município de Japurá/AM, em razão de recebimento irregular de recursos federais do Sistema Único de Saúde, relativo ao incentivo financeiro da Estratégia Saúde da Família;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Japurá/AM;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, com fundamento no art. 202, § 3º, do Regimento Interno do TCU, a contar da notificação, para que o Município de Japurá/AM efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias a seguir indicadas, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
12/4/2011	9.600,00
12/4/2011	9.600,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
18/5/2011	9.600,00
18/5/2011	9.600,00
18/5/2011	9.600,00
17/6/2011	9.600,00
17/6/2011	9.600,00
17/6/2011	9.600,00
19/7/2011	9.600,00
19/7/2011	9.600,00
19/7/2011	9.600,00
17/8/2011	9.600,00
17/8/2011	9.600,00
17/8/2011	9.600,00
20/9/2011	9.600,00
20/9/2011	9.600,00
20/9/2011	9.600,00
13/10/2011	9.600,00
13/10/2011	9.600,00
13/10/2011	9.600,00
17/11/2011	9.600,00
17/11/2011	9.600,00
17/11/2011	9.600,00
15/12/2011	9.600,00
15/12/2011	9.600,00
15/12/2011	9.600,00
5/1/2012	9.600,00
5/1/2012	9.600,00
5/1/2012	9.600,00
29/2/2012	9.600,00
29/2/2012	9.600,00
29/2/2012	9.600,00
15/3/2012	9.600,00
15/3/2012	9.600,00
15/3/2012	9.600,00
16/4/2012	9.600,00
16/4/2012	9.600,00
16/4/2012	9.600,00
18/5/2012	9.600,00
18/5/2012	9.600,00
18/5/2012	9.600,00
15/6/2012	9.600,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
15/6/2012	9.600,00
15/6/2012	9.600,00
18/7/2012	9.600,00
18/7/2012	9.600,00
18/7/2012	9.600,00
15/8/2012	9.600,00
17/8/2012	9.600,00
17/8/2012	9.600,00
14/9/2012	9.600,00
14/9/2012	9.600,00
14/9/2012	9.600,00
18/10/2012	9.600,00
18/10/2012	9.600,00
18/10/2012	9.600,00
21/11/2012	9.600,00
21/11/2012	9.600,00
21/11/2012	9.600,00
14/12/2012	9.600,00
14/12/2012	9.600,00
14/12/2012	9.600,00
18/1/2011	9.600,00
18/1/2011	9.600,00
18/1/2011	9.600,00
15/2/2011	9.600,00
15/2/2011	9.600,00
15/2/2011	9.600,00
15/3/2011	9.600,00
15/3/2011	9.600,00
15/3/2011	9.600,00
12/4/2011	9.600,00

9.3. autorizar, caso seja de interesse do Município de Japurá/AM, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, atualizadas monetariamente, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. informar ao Município de Japurá/AM que a liquidação tempestiva do débito saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva e lhe seja dada quitação, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva acarretará o julgamento pela irregularidade das contas do ente federado, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios; e

9.5. dar ciência ao Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS) e aos responsáveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0061-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 62/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.276/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Pensão Militar)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Adelina Olivia Cabral Cavalcante (739.169.514-91); Ana Claudia Cavalcante de Lucena (021.460.874-39).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: Diego Nunes de Souza (OAB-PB 14004), representando Adelina Olivia Cabral Cavalcante e Ana Claudia Cavalcante de Lucena.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal pelo Comando do Exército, em que se aprecia pedido de reexame interposto pelas Sras. Adelina Olivia Cabral Cavalcante e Ana Claudia Cavalcante de Lucena, beneficiárias de pensão militar instituída pelo Sr. Luiz de Hollanda Cavalcante, contra o Acórdão 283/2023-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro Augusto Nardes;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 e do art. 286, c/c o art. 285, ambos do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência do presente Acórdão às recorrentes e à unidade jurisdicionada.
10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0062-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 63/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.138/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Armando Tavares Filho (098.263.435-87); Mamoru Nakashima (969.874.308-10).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Rafael Yamashita Alves de Mello (OAB-SP 391.370), Jorge Fontanesi Junior (OAB-SP 291.320) e outros, representando Mamoru Nakashima.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, mandatária do Ministério da Saúde - MS, em desfavor de Armando Tavares Filho, gestão de 1º/1/2005 a 31/12/2012, e Mamoru Nakashima, gestão de 1º/1/2013 a 31/12/2020, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Contrato de Repasse 0315.924-39/2009, registro Siafi 720846, firmado entre o MS e município de Itaquaquecetuba/SP, que tinha por objeto a "Construção de 3 Unidades Básica de Saúde e ampliação de 1 Unidade Básica de Saúde", no valor original de R$ 3.335.000,00, sendo R$ 3.000.000,00 de responsabilidade do concedente e R$ 335.000,00 a título de contrapartida do município, posteriormente alterada para R$ 479.463,84, vigência de 31/12/2009 a 30/6/2019 e prazo para prestação de contas até 30/7/2019.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Armando Tavares Filho, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Mamoru Nakashima;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Armando Tavares Filho e Mamoru Nakashima, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
7/7/2011	125.921,64
25/8/2011	247.796,01
20/10/2011	188.890,40
22/11/2011	274.891,95
21/12/2011	112.262,55
23/1/2012	181.362,93
9/5/2012	328.818,53
10/9/2012	334.124,75
11/9/2014	14.510,13

9.4. aplicar, individualmente, aos responsáveis Armando Tavares Filho e Mamoru Nakashima a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 300.000,00, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, conforme o disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando as responsáveis de que a falta

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. enviar cópia do presente acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia do presente acórdão à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis, para ciência;

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa; e

9.10. informar à Procuradoria da República no Estado de São Paulo que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0063-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 64/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.194/2018-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Revisão de ofício (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Matheus da Costa e Silva Medeiros (013.952.892-04).

4. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão No Amapá (extinta).

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Matheus da Costa e Silva Medeiros, exarado pela Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá (extinta) e submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. rever de ofício o Acórdão 364/2019-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, tão somente em relação ao ato de concessão de aposentadoria do servidor Matheus da Costa e Silva Medeiros, para considerá-lo ilegal, negando-lhe registro, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, amparada no Acórdão 1.874/2021-TCU-Plenário;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0064-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 65/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-005.593/2023-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Delma Nogueira de Souza Gurgel (CPF 520.577.046-53)

4. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: AudPessoal

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria em favor de Delma Nogueira de Souza Gurgel no cargo de encadernadora na Universidade Federal de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, VIII, 259, II, 260, §§ 1º, 3º e 4º, Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Delma Nogueira de Souza Gurgel;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.3.1. caso deixe de subsistir decisão favorável ao pagamento das parcelas atinentes a horas extras à interessada no âmbito do processo em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, adote as seguintes medidas:

9.3.1.1. providencie, logo em seguida, as medidas administrativas necessárias à supressão das rubricas, sob pena de responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.1.2. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN TCU 78/2018;

9.3.2. notifique a interessada a respeito da presente deliberação, encaminhando ao Tribunal o comprovante da data em que a inativa tomou a devida ciência.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0065-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 66/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.071/2023-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Elizeu de Souza (701.682.537-04).
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em favor de Elizeu de Souza e submetido a este Tribunal para exame de legalidade e registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 260 e 262 do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de concessão de aposentadoria emitido em favor de Elizeu de Souza (ato 4291/2019), recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé nos termos do Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que:

9.3.1. faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU.

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

9.3.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento desta deliberação, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência deste Acórdão à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0066-01/24-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 67/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.966/2023-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Edivaldo Gomes Arantes (032.584.911-00).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria, em favor de Edivaldo Gomes Arantes, emitido pela Câmara dos Deputados, submetido a este Tribunal para exame de legalidade e registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 260 e 262 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. julgar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Edivaldo Gomes Arantes (e-Pessoal 44478/2021), negando-lhe registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao órgão responsável pela concessão que:

9.3.1. no prazo de quinze dias contados da ciência, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.3.1.1 promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a totalidade da VPNI de décimos de função comissionada, desde a vigência das Leis 12.777/2012 e 13.323/2016, transformando-o em parcela compensatória, sujeita a absorção pelos reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11833/2020-TCU-Primeira Câmara;

9.3.1.2. promova o destaque dos décimos excedentes (1/10 de FC-4), transformando-os em parcela compensatória, sujeita à absorção pelos reajustes futuros, nos termos definidos pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE;

9.3.2. no prazo de trinta dias contados da ciência, disponibilize a este Tribunal comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.3.3. nos termos art. 7º, §8º, da Resolução TCU 353/2023, cadastre novo ato no Sistema e-Pessoal após a completa absorção das parcelas compensatórias referidas nos subitens 9.3.1.1 e 9.3.1.2, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-o a este Tribunal, nos termos e prazos previstos na Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0067-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 68/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.995/2020-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Márcio Juliano de Oliveira (968.676.630-87); MOP Produtora Cultural Ltda. (12.497.683/0001-13); e Otacília Quadros de Oliveira (511.228.980-53).

4. Órgão: Secretaria Especial de Cultura (extinta).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela então Secretaria Especial da Cultura contra o Sr. Márcio Juliano de Oliveira e a Sra. Otacília Quadros de Oliveira, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados mediante o projeto cultural 'Brasil: nossa cultura é show' (Pronac 12-5050).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. com fundamento nos arts, 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, MOP Produtora Cultural Ltda., Sr. Márcio Juliano de Oliveira e Sra. Otacília Quadros de Oliveira, dando-lhes quitação;

9.2. enviar cópia desta deliberação ao Ministério da Cultura e aos responsáveis, para ciência; e

9.3. arquivar os autos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0068-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 69/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 034.007/2023-7.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Floriano de Oliveira (808.003.607-10).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria de ex-servidor vinculado ao Comando da Marinha.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar legal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Floriano de Oliveira e determinar o registro do correspondente ato.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0069-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 70/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 045.508/2021-6.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Elisangela Moraes Pastre (325.253.098-80); e Logística Planejamento Cultural Ltda. (47.107.958/0001-40).

4. Entidade: Secretaria Especial de Cultura (extinta).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Renato Pires de Campos Sormani (OAB/SP 298.513).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela extinta Secretaria Especial de Cultura, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos captados mediante incentivo fiscal da Lei 8.313/1991 (Lei Rouanet), para implementação do projeto cultural intitulado "Minha Cidade" (Pronac 15-2405).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, determinando o arquivamento dos presentes autos; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, bem como ao Ministério da Cultura.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0070-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 71/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.038/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Fabio de Carvalho Macedo (958.995.023-04); Jose Evangelista da Rocha (883.871.864-49); Mirante Engenharia Ltda. (02.230.709/0001-09).

4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Érika Araújo Rocha (OAB/PI 5.384), Francisco Teixeira Leal Júnior (OAB/PI 9.457) e Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5.456).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor dos Srs. Fábio de Carvalho Macedo e Jose Evangelista da Rocha, prefeitos nas gestões 2017-2024 e 2009-2016, respectivamente, e da empresa Mirante Engenharia Ltda. (CNPJ: 02.230.709/0001-09), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Termo de Compromisso 155/2009, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o município de Betânia do Piauí/PI e que tinha por objeto a execução de Sistemas de Abastecimento de Água, no âmbito do PAC/2009;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Fábio de Carvalho Macedo (CPF: 958.995.023-04) e Jose Evangelista da Rocha (CPF: 883.871.864-49), dando-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.2. excluir da relação processual a empresa Mirante Engenharia Ltda. (CNPJ: 02.230.709/0001-09);

9.3. dar ciência à Fundação Nacional de Saúde acerca da existência de pendências em relação ao Termo de Compromisso 155/2009, firmado com o município de Betânia do Piauí/PI, e da necessidade do acompanhamento da entidade, no âmbito de sua competência de fiscalização primária, quanto aos seguintes aspectos: desfecho de regularização das áreas pendentes (Laranjeiras e Baixão) do processo de licenciamento de todos os sistemas junto ao órgão ambiental competente, bem como dos respectivos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

resultados dos laudos de funcionalidade e de qualidade físico-química da água, e verificação do efetivo uso pela população alvo nas localidades de Emparedado, Silvino e Quixadá, adotando as providências a seu encargo em caso de verificação de irregularidade;

9.4. notificar a prolação deste acórdão à Fundação Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0071-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 72/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.424/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia (26.989.350/0017-83).

3.2. Responsáveis: Cláudio da Silva Neves (091.485.155-15); Município de Itaparica/BA (13.882.949/0001-04).

4. Entidade: Munícipio de Itaparica/BA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Marcus Vinícius Leal Gonçalves (OAB/BA 26.271).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada originalmente em desfavor dos Srs. Vicente Gonçalves da Silva e Raimundo Nonato da Hora Filho, ex-prefeitos de Itaparica/BA, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais no Convênio 2141/2005;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento do mérito, em relação ao Sr. Vicente Gonçalves da Silva (falecido) e à empresa Gmec - Engenharia e Construções Ltda., ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 212 do RI/TCU;

9.2. excluir o município de Itaparica/BA (13.882.949/0001-04) do rol de responsáveis;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Cláudio da Silva Neves (CPF: 091.485.155-15), na condição de prefeito de Itaparica/BA entre 2005 e 2008, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;

9.4. condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
182.186,40	28/11/2006
10.891,57	28/11/2006
4.950,71	6/12/2006

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
166.780,53	21/12/2006
8.566,92	6/2/2007
143.301,26	7/2/2007
162.063,61	16/4/2007
9.688,58	18/4/2007
4.403,90	18/4/2007
132.000,07	6/9/2007
7.891,31	13/9/2007
11.901,59	25/9/2007

9.5. aplicar ao Sr. Cláudio da Silva Neves (CPF: 091.485.155-15) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.8. notificar o interessado e os responsáveis sobre o teor desta deliberação, além da Procuradoria da República no estado da Bahia, este último em atenção ao § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0072-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 73/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.034/2023-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessada: Maria Raimunda Ferreira Cardoso (119.350.491-00).
3.2. Embargante: Fundação Universidade de Brasília.
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos pela Fundação Universidade de Brasília em face do Acórdão 11.073/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia desta decisão à Fundação Universidade de Brasília.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0073-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 74/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.742/2023-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Embargante: Marta Helena de Sousa Costa Silva (281.076.831-53).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: José Luís Wagner (OAB/DF 17.183) e outros.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos pela Sra. Marta Helena de Sousa Costa Silva em face do Acórdão 10.738/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia desta decisão à Fundação Universidade de Brasília e à embargante.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0074-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 75/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 020.310/2022-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Embargante: Sandra Romero Studart (153.367.861-87).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Jose Luís Wagner (OAB/DF 17.183) e outros.
9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos pela Sra. Sandra Romero Studart em face do Acórdão 11.250/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia desta decisão à Fundação Universidade de Brasília e à embargante.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0075-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 76/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 029.065/2018-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Focus - Comercio de Medicamentos Ltda (12.989.241/0001-94).

4. Entidade: Município de Casa Nova/BA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Rutílio Torres Augusto Júnior (OAB/DF 18.352) e Marcos Rogério Cipriano da Silva (OAB/BA 21.895).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela empresa Focus - Comércio de Medicamentos Ltda. (CNPJ: 12.989.241/0001-94) contra o Acórdão 2.386/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento.

9.2. notificar acerca desta deliberação o recorrente.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0076-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 77/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.903/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Celio Evangelista Salgado (472.574.231-72); Ricardo Martins Lobão Barbosa (023.336.016-63); Sirley Pedro Ferreira Evangelista (955.202.951-15); W Pharma Remédios Populares do Brasil Eireli (10.697.409/0001-62).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde/MS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Rafael Alves Silva Fernandes (OAB/GO 35.046) e Driele Alves dos Santos (OAB/GO 63.357).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor do estabelecimento comercial W Pharma Remédios Populares do Brasil Eireli, solidariamente com o Sr. Celio Evangelista Salgado, o Sr. Ricardo Martins Lobao Barbosa e a Sra. Sirley Pedro Ferreira Evangelista, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual a Sra. Sirley Pedro Ferreira Evangelista (CPF: 955.202.951-15);

9.2. julgar irregulares as contas do estabelecimento comercial W Pharma Remédios Populares do Brasil Eireli (CNPJ: 10.697.409/0001-62) e dos Srs. Celio Evangelista Salgado (CPF: 472.574.231-72) e Ricardo Martins Lobão Barbosa (CPF: 023.336.016-63), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do RI/TCU;

9.3. condenar, solidariamente, os responsáveis mencionados no item 9.2, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

9.3.1. responsáveis solidários W Pharma Remédios Populares do Brasil Eireli (CNPJ: 10.697.409/0001-62) e Celio Evangelista Salgado (CPF: 472.574.231-72):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
30/12/2013	100,20
07/02/2014	201,60
31/03/2014	218,40
16/04/2014	280,80
30/05/2014	316,80
02/06/2014	462,40
04/07/2014	279,20
31/07/2014	299,20
09/09/2014	411,60
09/09/2014	26,73
02/10/2014	282,90
03/10/2014	106,92
03/11/2014	53,46
03/11/2014	389,40

9.3.2. responsáveis solidários W Pharma Remédios Populares do Brasil Eireli (CNPJ: 10.697.409/0001-62) e Ricardo Martins Lobão Barbosa (CPF: 023.336.016-63):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
28/11/2014	214,80
28/11/2014	26,73

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
14/01/2015	78,00
14/01/2015	20.753,00
14/01/2015	4.353,96
09/02/2015	24.221,35
09/02/2015	4.979,39
09/02/2015	69,12
03/03/2015	4.979,39
03/03/2015	69,12
03/03/2015	24.502,70
22/05/2015	20.909,25
22/05/2015	4.450,18
22/05/2015	69,12

9.4. aplicar ao estabelecimento comercial W Pharma Remédios Populares do Brasil Eireli (CNPJ: 10.697.409/0001-62) e ao Srs. Celio Evangelista Salgado (CPF: 472.574.231-72) e Ricardo Martins Lobão Barbosa (CPF: 023.336.016-63) a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores respectivos de R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 1.000,00 (mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. notificar a prolação deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, bem assim aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0077-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 78/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.011/2023-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Cláudia Valeria Vieira Nunes Farias (802.282.327-91).
4. Órgão: Colégio Pedro II.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Colégio Pedro II em favor da ex-servidora Cláudia Valeria Vieira Nunes Farias;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Cláudia Valeria Vieira Nunes Farias (802.282.327-91), concedendo o respectivo registro;

9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0078-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 79/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.007/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessadas: Ieda dos Santos Ramos Freitas (538.916.515-20); Ilma dos Santos Ramos (615.727.805-68); Iolanda dos Santos Ramos (377.659.225-72); Ivone dos Santos Ramos (483.427.425-04).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Marinha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por Manoel da Paixão Ramos (039.738.085-20), negando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal, fazendo constar proventos com base na graduação de 2º Sargento;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe às interessadas que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Marinha;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3.5. comunique imediatamente às interessadas o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0079-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 80/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.018/2023-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Maria dos Aflitos Caldas Silva (238.783.801-78).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Marinha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por Nilo Pereira da Silva (007.195.443-00), negando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal, fazendo constar proventos com base no posto de 2º Tenente;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Marinha;

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0080-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 81/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.030/2023-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessada: Rita de Cacia Lopes Goncalves (365.765.493-34).
4. Órgão: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Marinha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por Djalma Rodrigues Gonçalves (024.766.813-34), negando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal, fazendo constar proventos com base na graduação de 3º Sargento;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Marinha;

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0081-01/24-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 82/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.578/2023-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessada: Rute Maria de Araujo Bruno (008.783.137-61).
4. Órgão: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Marinha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por Romeu Silva Bruno (075.715.504-91), negando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal, fazendo constar proventos com base no posto de 2º Tenente;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Marinha;

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0082-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 83/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.588/2023-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessada: Maria Vitoria da Silva (629.946.547-68).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Marinha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por José Gonçalves da Silva (066.193.987-15), negando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar considerada ilegal, fazendo constar proventos com base na graduação de 1º Sargento;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando da Marinha;

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0083-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 84/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.737/2020-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Julio Cesar Gomes Pedro (932.821.847-00); Orlando Santos Diniz (793.078.767-20); Oscar Roberto de Souza (377.311.658-68); Rodolfo Bernardes Roquette (354.805.131-68); Rodolfo Vieira da Silva Neto (374.213.795-68); Rosane Farinha Candiota Masiero (797.008.707-82); Rosineide Tinoco Bandeira (971.454.167-00); Sergio Augusto Sadok Menna Barreto de Figueiredo (592.370.317-34); Vania Lucia Ribeiro de Carvalho (531.391.867-20); Vera Maria Nepomuceno Acucena (754.482.117-04); Wander Paulo Gomes de Miranda (260.035.897-87).

3.2. Recorrentes: Oscar Roberto de Souza (377.311.658-68); Rodolfo Bernardes Roquette (354.805.131-68); Rodolfo Vieira da Silva Neto (374.213.795-68); Rosineide Tinoco Bandeira (971.454.167-00); Sergio Augusto Sadok Menna Barreto de Figueiredo (592.370.317-34); Vania Lucia Ribeiro de Carvalho (531.391.867-20); Wander Paulo Gomes de Miranda (260.035.897-87).

4. Entidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Claudio Renato do Canto Farag (OAB/DF 14.005), Felipe Teixeira Vieira (OAB/DF 31.718), Fabio Paulo Reis de Santana (OAB/RJ 172.730), Ana Paula Henriques de Santana (OAB/RJ 243.356), José Roberto Borges (OAB/RJ 56.635), Aline Alves Ferreira (OAB/RJ 131.694), Flavia Santopietro Pousa Machado (OAB/RJ 128.118), Marialda Fernandes Santos (OAB/RJ 74.915).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Oscar Roberto de Souza, Rodolfo Bernardes Roquette, Rodolfo Vieira da Silva Neto, Rosineide Tinoco Bandeira, Sérgio Augusto Sadok Nemma Barreto de Figueiredo, Vânia Lucia Ribeiro de Carvalho (peça 297) e Wander Paulo Gomes de Miranda (peça 316) em face do Acórdão 10.230/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.1. conhecer dos embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar os embargantes acerca desta deliberação.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0084-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 85/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.435/2023-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Antônio Teixeira Soares de Alcantara (078.256.765-72).

4. Órgão: Ministério da Agricultura e Pecuária.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária em favor do ex-servidor Antônio Teixeira Soares de Alcantara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Antônio Teixeira Soares de Alcantara (078.256.765-72), concedendo o respectivo registro;

9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0085-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 86/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 038.345/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: João Nelson Pereira Magalhães (371.363.212-04).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. João Nelson Pereira Magalhães, ex-prefeito de Bragança/PA, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Contrato de Repasse 233.368-55/2007;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. João Nelson Pereira Magalhães (371.363.212-04), na condição de prefeito de Bragança/PA entre 2013 e 2016, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2 condenar o responsável identificado no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
202.880,62	3/8/2010
358.651,05	2/9/2011
136.448,47	3/5/2012

9.3. aplicar ao Sr. João Nelson Pereira Magalhães (CPF: 371.363.212-04) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. notificar a Caixa e o responsável sobre o teor desta deliberação, além da Procuradoria da República no estado do Pará, este último em atenção ao § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0086-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 87/2024 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 038.454/2018-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Felipe Vaz Amorim (692.735.101-91).
4. Entidade: Master Projetos e Empreendimentos Culturais Ltda. (CNPJ: 04.750.630/0001-34).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: Filipe da Silva Vieira (OAB/SP 356.924).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Felipe Vaz Amorim (CPF: 692.735.101-91) contra o Acórdão 3.567/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito negar-lhe provimento.

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 1/2024 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/1/2024 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0087-01/24-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Antonio Anastasia (na Presidência), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 88/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato aposentadoria de Maria Paula Candia Soares, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998 em proporção indevida, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);

Considerando que a irregularidade de incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998 é objeto de jurisprudência firme do TCU, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a servidora deveria ter incorporado, pelas funções exercidas entre 1990 e abril de 1997, 1/5 da função FC-5, no valor de R$ 686,88, e 4/5 da função CJ-2, no valor de R$ 4.856,93, perfazendo o total de R$ 5.543,81;

Considerando que houve incorporação irregular de 1/5 de função CJ-2, visto que o tempo restante de 348 dias, entre 25/4/1997 até 7/4/1998, no exercício da função CJ-2, não é suficiente para incorporar mais 1/5 de função;

Considerando que, em virtude da referida incorporação indevida, o pagamento da rubrica de incorporação de quintos totaliza o valor de R$6.071,16, superando o valor devido em R$ 527,35, diferença que deverá ser suprimida por falta de amparo legal para o seu pagamento;

Considerando os pareceres convergentes da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro aos atos de aposentadoria em favor de Maria Paula Candia Soares, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-002.719/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Paula Candia Soares (958.117.708-63).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, o recálculo da vantagem de quintos na forma concedida, devido a incorporação de parcelas em proporção indevida;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018.

1.8. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 89/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de aposentadoria de Claudia Luciana de Carvalho emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcela decorrente da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada poderia ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando, neste caso concreto, a existência de decisão judicial transitado em julgado favorável à continuidade do pagamento dos "quintos".

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e conceder, excepcionalmente, registro ao ato de aposentadoria de Claudia Luciana de Carvalho, nos termos do art. 7°, inciso II, da recém-editada Resolução TCU 353/2023; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-002.741/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Claudia Luciana de Carvalho (105.343.638-65).

1.2. Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. Dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 90/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria de Monica Wolf Cadilhe emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (Rel. Min. Adylson Motta), confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundo de sentenças judiciais cujo suporte fático já tenha se exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como do Supremo Tribunal Federal (STF), não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (Rel. Min. Ana Arraes); da 1ª Câmara, 49/2022 (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), 3.036/2022 (Rel. Min. Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (Rel. Min. Jorge Oliveira); e da 2ª Câmara, 1.991/2022 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (Rel. Min. Bruno Dantas), 2.656/2022 (Rel. Min. Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (Rel. Min. Aroldo Cedraz);

Considerando, no entanto, que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao STF, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando, por esse motivo, que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da 1ª Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da 2ª Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando que a medida liminar deferida pelo STF, no âmbito do MS 26.156, impetrado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes, assegurou aos servidores substituídos, até o julgamento do mérito do mandamus, tão somente a manutenção do valor percebido a título de URP/1989. Com isso, restou assegurado a cada servidor substituído o direito de conservar em sua remuneração o quantum percebido em decorrência da URP, em 14/11/2006, data da concessão da referida medida liminar;

Considerando que a Fundação Universidade de Brasília extrapolou os limites da liminar deferida pela Ministra Carmen Lúcia, elevando substancialmente o valor da parcela sub judice, e que os administradores da Fundação continuaram a pagar a vantagem sob a forma de percentual (26,05%) incidente sobre as demais rubricas integrantes da remuneração do inativo;

Considerando que verifico que, na data em que houve a concessão da medida liminar, 14/11/2006, a URP era paga ao interessado no valor de R$ 856,00 conforme dados da folha de pagamento, e que o valor que está sendo pago atualmente é de R$ 2.753,66, referência 10/2023, muito superior ao que restou garantido pela liminar referida;

Considerando, em acréscimo às análises dos pareceres técnicos, que, embora não se possa determinar a supressão da URP/1989, em face da liminar concedida pelo STF, deve ser determinado à Fundação Universidade de Brasília que proceda à imediata correção do seu valor, restabelecendo aquele devido ao interessado em novembro de 2006;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Monica Wolf Cadilhe; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7 a seguir.

1. Processo TC-007.182/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Monica Wolf Cadilhe (922.118.527-34).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:

1.7.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga à interessada, restabelecendo o valor verificado na data em que a decisão liminar, 14/11/2006, que assegurou a sua irredutibilidade, foi proferida (Mandado de Segurança 26.156-DF);

1.7.2. comunique à interessada a presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. acompanhe a tramitação do MS 26.156-DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração da interessada, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

1.7.4. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de concessão de aposentadoria para a interessada, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;

1.7.5. disponibilize a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 91/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria de Maria Risolene Paiva da Silva emitido pela Fundação Universidade Federal do Acre e submetido a este Tribunal para fins de registro em 9/5/2020.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectaram, no ato em questão, vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa); 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes e reestruturações futuras;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando, no entanto, que a transformação da parcela de quintos/décimos em parcela compensatória, como no caso presente, não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que a Lei 14.673/2023, que reajustou a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do Poder Executivo federal, entrou em vigor, recentemente, o órgão de origem deve adotar as providências para a imediata absorção dos valores pagos indevidamente a título de "quintos", até o limite do aumento concedido;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, em face da irregularidade apontada nos autos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Risolene Paiva da Silva, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-009.028/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Risolene Paiva da Silva (091.369.672-20).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Acre que:

1.7.1. absorva a parcela compensatória por quaisquer reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.673/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.8. esclarecer à Fundação Universidade Federal do Acre que:

1.8.1. não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, enquanto a parcela compensatória constante dos proventos da inativa não tiver sido integralmente absorvida pelos reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.673/2023, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

1.8.2. após a absorção completa da parcela compensatória (subitem 1.7.1), nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 92/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria de Marcos Vinicio Magalhaes Catunda emitido pela Fundação Universidade Federal do Maranhão e submetido a este Tribunal para fins de registro em 11/10/2022.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectaram, no ato em questão, vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa); 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes e reestruturações futuras;

Considerando, no entanto, que a transformação da parcela de quintos/décimos em parcela compensatória, como no caso presente, não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que a Lei 14.673/2023, que reajustou a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do Poder Executivo federal, entrou em vigor, recentemente, o órgão de origem deve adotar as providências para a imediata absorção dos valores pagos indevidamente a título de "quintos", até o limite do aumento concedido;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, em face da irregularidade apontada nos autos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Marcos Vinicio Magalhaes Catunda, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-009.068/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcos Vinicio Magalhaes Catunda (033.896.343-04).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

1.7.1. absorva a parcela compensatória por quaisquer reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.673/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.8. esclarecer ao Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

1.8.1. não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, enquanto a parcela compensatória constante dos proventos do inativo não tiver sido integralmente absorvida pelos reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.673/2023, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

1.8.2. após a absorção completa da parcela compensatória (subitem 1.7.1), nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 93/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais de 15 dias a contar do dia útil seguinte a juntada do pedido, peça 16, em 11/9/2023, o prazo solicitado pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica para atendimento das determinações exaradas no Acórdão nº 8447/2023-TCU-2ª Câmara, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-015.714/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Roberto dos Santos (003.979.558-63); Centro de Controle Interno da Aeronáutica ().

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 94/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Ingrid Rocha Brito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.604/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ingrid Rocha Brito (632.889.235-72).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 95/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União.

Considerando que a interessada, neste momento processual, apresenta expediente nominado de "pedido de reconsideração", fundamentado no art. 48 da Lei 8.443/1992 (pedido de reexame), peça 41, em face do Acórdão 2.813/2022-TCU-2ª Câmara;

Considerando que a ora recorrente já ingressou anteriormente com pedido de reexame (peça 17), o qual foi apreciado pelo Acórdão 3.220/2023-TCU-2ª Câmara, que negou provimento ao apelo recursal;

Considerando que o art. 278, § 4º, do RITCU, determina que não se conhecerá de recurso da mesma espécie, exceto embargos de declaração, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao TCU, contra deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto;

Considerando que a peça não se enquadra em nenhuma das hipóteses recursais previstas na Lei 8.443/1992 e no Regimento Interno do TCU para recursos em processos de ato de pessoal;

Considerando os pareceres convergentes da Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos) e do representante do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), peças 43-45 e 48, no sentido de não conhecer do presente pedido de reexame, em razão da preclusão consumativa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso IV, alínea "b", do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso interposto por Salvadora Maldonado, em razão da preclusão consumativa, nos termos do art. 278, § 3º, do RITCU, e determinar o seu arquivamento, após comunicação à recorrente do teor deste acórdão.

1. Processo TC-022.857/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Salvadora Maldonado (075.114.648-07).
1.2. Interessada: Salvadora Maldonado (075.114.648-07).
1.3. Unidade jurisdicionada: Ministério Público Federal.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
1.8. Representação legal: Fabio Fontes Estillac Gomez (34163/OAB-DF), representando Salvadora Maldonado.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 96/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados, em favor de José Rui Carneiro, e submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro em 28/10/2021;

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectaram, no ato em questão, vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa); 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes e reestruturações futuras;

Considerando, no entanto, que a transformação da parcela de quintos/décimos em parcela compensatória, não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que esta Corte de Contas alinhou sua jurisprudência, por meio do Acórdão 2.719/2022-TCU-Plenário (rel. Min. Antonio Anastasia), para modular a data inicial, a ser observada pela Câmara dos Deputados no caso de absorção da parcela referente ao reajuste indevido, para 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-1ª Câmara (rel. Min. Vital do Rêgo), o que, na prática, permitiu que a absorção de tal parcela ocorresse a partir da Lei 14.528 de 9/1/2023, com efeitos financeiros a partir de 10/1/2023;

Considerando, outrossim, que a parcela compensatória foi indevidamente reajustada pelas Leis 12.777/2012 e 13.323/2016, as quais não se caracterizam como leis de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, tais como o foram as Leis 10.331/2001 e 10.697/2003, contrariando o estabecido no art. 15, §1º, da Lei 9.527/1997 e a jurisprudência desta Corte (Acórdãos 661/2023, rel. Min. Vital do Rêgo, do Plenário, 3.545/2023 (Rel. Min. Jorge Oliveira); 2.964/2023 (Rel. Min. Subst. Augusto Sherman Cavalcanti); 2.131/2023 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 1.956/2023 (Rel. Min. Vital do Rêgo) - todos da 1ª Câmara, 3.290/2023 (Rel. Min. Jhonatan de Jesus) - da 2ª Câmara);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, em face da irregularidade apontada nos autos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato concessão de aposentadoria emitido em favor de Jose Rui Carneiro, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado n.º 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7. a seguir:

1. Processo TC-033.999/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Rui Carneiro (403.290.387-53).

1.2. Unidade jurisdicionada: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. absorva a parcela compensatória por quaisquer reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.528/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Extraordinário 638.115, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre as parcelas de VPNI ("quintos" e "décimos") concedidos entre 2013 e 2015 (Lei 12.777/2012) e entre 2016 e 2019 (Lei 13.323/2016), sujeitando a parcela destacada à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020;

1.7.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.8. esclarecer à Câmara dos Deputados que:

1.8.1. não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, enquanto a parcela compensatória constante dos proventos do inativo não tiver sido integralmente absorvida pelos reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.528/2023, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

1.8.2. após a absorção completa das parcelas compensatórias (subitens 1.7.1. e 1.7.2.), nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 97/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.038/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clemilton Galvao Silva Junior (078.082.673-68); Jose do Nascimento Silva (101.015.353-68); Juscelino Pereira Nogueira (078.218.832-04).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 98/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.129/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Calixto da Silva Mota (119.682.651-04); Zilma Flores Filardi Miranda (225.154.101-20).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Educação.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 99/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Antonio Arlindo Augusto de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.145/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Arlindo Augusto de Souza (205.859.187-91).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 100/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Paulo Jorge Menezes de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.215/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Jorge Menezes de Oliveira (526.464.247-87).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 101/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rosa Goldstein Alheira Rocha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.310/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosa Goldstein Alheira Rocha (606.985.277-04).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 102/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.321/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cecilio de Oliveira Cardoso (067.257.671-68); Walteci Araujo dos Santos (068.758.231-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 103/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Gustavo Cerdeira Figueira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.340/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gustavo Cerdeira Figueira (180.630.042-72).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 104/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.389/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aguinaldo Elizio Ramos de Andrade (032.354.404-53); Ana Lucia Esteves Dias (137.475.502-82); Dogival Domingos de Oliveira (101.595.684-04); Jose Alberto Marsola (104.763.422-87); Marcia Ferreira Monteiro Gomes (169.137.282-04).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 105/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.431/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Barbosa (201.017.249-34); Eni Paizanti de Laia (762.113.807-63); Gilberto Carlos Rodrigues de Castro Lima (234.433.409-20); Ivete Maciel Lima Maia (059.257.382-68); Osvaldo Felix Albini (392.088.269-53).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Fazenda (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 106/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.482/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cleusa Maria Blanco Rocha (272.374.510-49); Getulio Rodrigues da Costa (195.728.759-49); Maria Regina de Souza Marques (237.227.030-34); Maria Salete Mocelin (196.903.980-91); Marilise Soares de Zotti (362.555.130-68).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 107/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.497/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Isis Machado de Carvalho Pereira (267.079.851-91); Lucio Flavio Arantes Esteves (318.676.939-68); Marcelo de Albuquerque Lins (163.973.806-10); Marcos Almeida Tavares (323.114.006-49); Silvia Virginia Ribeiro Machado (234.513.943-91).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 108/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.526/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Alcaide Serra (710.071.308-06); Benedita Rosany Juquita (054.834.268-78); Carlos Alberto Sapucci (069.863.698-83); Fernando da Cunha Canto Filho (016.252.918-09); Ronaldo Assuncao Jacomini (176.757.826-15).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 109/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.356/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joana Belarmino de Sousa (098.297.254-72); Jose Paulo Ferreira (176.949.494-49); Jose Vicente de Lima (109.094.354-72); Josefa Carlos Cardoso de Lima (086.535.504-53); Madalena Maria dos Santos Paula (112.256.024-91).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 110/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.435/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agenor Pantoja Balieiro (051.134.662-04); Jose Getulio Pantaleao de Oliveira (112.838.402-78); Jose Gregorio de Araujo (125.928.114-00); Maria das Gracas Ferreira Neri (047.483.442-53); Nelma do Socorro Pereira Goes de Araujo (209.026.202-82).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 111/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.454/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Almiro Geraldo Albino (461.885.339-53); Antonio Manoel Bernardo (457.783.299-20); Isabel Ascindina de Sousa Mayer (290.729.139-49); Margareth Feiten Cisne (674.723.979-20); Norberto Crema Hermenegildo (465.848.709-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 112/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.498/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 113/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.539/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celiane Perpetua dos Santos Souza (365.098.925-53); Jose Augusto do Rosario Lima (123.429.715-91); Manoel Messias Ferreira Nunes (210.499.555-87); Maria Aparecida Alves da Cruz (351.936.895-15); Marly Santana Reis (169.056.015-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 114/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

§§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.572/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adriana Maria Tenuta de Azevedo (456.437.256-49); Laura Goncalves (624.481.616-15); Leoncio Jose Gomes Soares (198.547.906-06); Ludmila Moraes Prado (470.357.066-15); Silvania Sousa do Nascimento (247.060.606-30).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 115/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.659/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adaci Santos de Andrade (123.437.574-53); Adalberto Franca de Macedo (162.317.324-87); Maria de Oliveira Ferreira Filha (203.304.484-04); Maria do Socorro da Cunha Lima Pedrosa (273.269.934-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 116/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.695/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela de Fatima Ramos Santos (295.897.387-53); Nilson Costa Pedroso (673.081.047-53); Raul Simoes da Costa (648.569.097-20); Roberto Pujol de Vasconcellos (254.116.677-04); Silvia Regina de Moura Calixto Sequeira (330.723.967-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 117/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.762/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abraao de Souza (508.351.909-78); Eliodoria de Fatima Eleuterio Ventura (647.068.939-68); Elisete Ferreira (579.273.839-49).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 118/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Normando Peixoto de Albuquerque, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.893/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Normando Peixoto de Albuquerque (305.531.804-87).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 119/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.959/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luzia de Lima Beserra Leite (447.685.324-20); Marcio Candido Guimaraes (051.376.808-42).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 120/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.974/2023-8 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Carlos Adilson Pinto Lapa (031.871.104-44); Francisco Quadros Filho (089.339.368-15); Geraldo Nakamura (334.531.528-91); Maria Inez Roma Brito (101.248.884-53); Maria do Carmo Costa Pimentel (070.044.351-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 121/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.998/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Graciano da Silva (332.174.161-04); Cezar dos Santos Goncalves (663.742.947-34); Fernando Jose Meira Rocha (052.544.148-47); Otavio de Santana Filho (139.369.053-04); Valmir Pereira Souza (226.117.705-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 122/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.026/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Victor Goncalves Bompet (595.188.477-20); Cassia Valeria do Valle Ribeiro (883.437.827-04); Daisy Gurgel do Amaral Silva (789.653.147-04); Fernando Sebastiao Lutterbach Riker Branco (796.144.007-06); Raquel Soares (907.761.947-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 123/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.063/2023-9 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessadas: Clarice Casz Orlean (808.678.047-34); Luciana Patricia Mitugui (585.740.779-68); Olga Pinto Tarrago (529.860.980-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 124/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-038.083/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Valentino Tonini (738.750.157-20); Horst Guenter Feldhagen (613.505.917-34); Marcelo Lucas Pereira Machado (559.932.737-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 125/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-038.112/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Domingos Rodrigues (041.205.128-19); Maria Jose Bogea de Oliveira (080.708.222-87); Sandra Lucia Teles (153.975.131-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 126/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Cleonice Lemos Falcao de Almeida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-038.205/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Cleonice Lemos Falcao de Almeida (349.481.634-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/al.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 127/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Carlos Alberto de Azevedo Cavalheiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.229/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto de Azevedo Cavalheiro (584.530.917-49).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 128/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Auxiliadora Barbosa Bastos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.251/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Auxiliadora Barbosa Bastos (005.333.558-93).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 129/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.255/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Bonifacio Pereira (063.584.975-53); Maria Jose Duarte Melo Nunes (043.048.452-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 130/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Francisco Alves da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.270/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Alves da Silva (128.483.601-00).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 131/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Jose Augusto Lizardo de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.289/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Augusto Lizardo de Souza (135.147.252-68).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 132/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.309/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Gilberto Abreu de Souza (391.836.103-91); Girlaine Souza da Silva Alencar (520.469.741-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 133/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

§§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marta Andrade de Figueiredo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.315/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marta Andrade de Figueiredo (471.627.751-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 134/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.405/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alberto Silveira do Amaral (333.203.656-49); Carlos Alberto Diegues Fogaca (043.394.438-24); Ricardo Freire Emery (377.464.564-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 135/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.437/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eduardo de Sena Marques (659.407.926-34); Luiz Carlos Pereira Elias (518.886.704-44).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 136/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.448/2023-8 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Jorge Luiz Nunes Coelho (415.932.949-72); Joseane Pinto de Arruda (629.816.179-15); Klaus Meinhardt Huedepohl (001.777.849-20); Maria Sylvia Cardoso Carneiro (578.451.749-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 137/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.473/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Angelica dos Santos (317.221.055-34); Fernando Alcantara Sampaio (221.127.663-68); Vera Lucia de Araujo (863.483.888-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 138/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Gildeth Paes Maiolino, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.486/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Gildeth Paes Maiolino (201.764.301-72).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 139/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.496/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Angela Cristina dos Santos (691.609.456-72); Denildo de Magalhaes (365.618.006-72); Heloisa Cortes Neves Silva (365.774.726-53); Marcia Eliane Toscano Correia Oliveira (511.565.206-49); Oswaldo Marcal Junior (024.928.928-83).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 140/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.507/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Gonzaga Souza Junior (019.336.408-55); Ralph Santos da Silva (621.689.757-87).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 141/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.526/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adriana Queiroga Sarmento Guerra (621.638.924-68); Lenimar Nunes de Andrade (299.457.474-87); Margareth Guimaraes da Silva (466.979.424-87); Maria Benalva de Medeiros (725.841.064-34); Wanilson de Paiva Holanda (365.074.584-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 142/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Carlos Luciano Pereira Nunes Moreira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.536/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Luciano Pereira Nunes Moreira (788.701.437-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 143/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.547/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Paulo Cesar Ribeiro dos Santos (504.541.539-53); Ronei Antonio Sandrini (344.349.259-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 144/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Natalicio Venancio de Freitas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.561/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Natalicio Venancio de Freitas (318.813.271-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 145/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Leonia Chaves de Resende, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.575/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Leonia Chaves de Resende (454.775.236-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 146/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.585/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Torres de Morais Filho (691.497.204-49); Robson Machado de Freitas (629.932.246-20); Sandra Cristina Smiriglio (096.453.208-52).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 147/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Roberto Quintela Fortes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.591/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Roberto Quintela Fortes (004.223.158-26).

1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 148/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, parcialmente, por 30 (trinta) dias a contar de 17/1/2024, o prazo solicitado pela Gerência Executiva do INSS - Duque de Caxias/RJ - INSS/MPS para atendimento das determinações exaradas no Acórdão 3773/2022-TCU-2ª Câmara, de acordo com o parecer da Unidade Técnica.

1. Processo TC-030.546/2013-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Janes da Silva Souza (746.633.217-04); Nemezio Christovão Deziderio (474.920.237-15).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Duque de Caxias/rj - Inss/mps.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 149/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão civil instituída por Jose Augusto Monteiro Esteves, emitido pelo Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas em favor de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Ana Maria Amandia Castanheiro Coelho, e submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro em 31/5/2022;

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectaram, no ato em questão, o indevido enquadramento do instituidor da pensão no regime jurídico único (Lei 8112/90);

Considerando que, no tocante à legitimidade da pensão, não há como admitir a aposentação, sob o regime próprio de previdência do funcionalismo, de ex-empregados de empresas públicas alcançados pela anistia prevista na Lei 8.878/1994, como ocorreu no caso do instituidor;

Considerando que o emprego do instituidor, então regido pela CLT, jamais foi transformado em cargo público, de sorte que seu excepcional retorno aos quadros da administração teria de se dar, necessariamente, no regime trabalhista, sob pena de ofensa aos princípios da legalidade (reserva legal para a criação de cargo público) e da isonomia (investidura mediante concurso público);

Considerando que esse é o entendimento também assente na Corte Constitucional, in verbis:

"ANISTIA - SERVIÇO PÚBLICO - RETORNO - REGIME. O retorno do servidor à Administração Pública, à prestação de serviços, faz-se observada a situação jurídica originária, descabendo transmudar o regime da Consolidação das Leis do Trabalho em especial - inteligência das Leis nº 8.878/94 e 8.212/90" (RMS 30548, Rel. Min. Marco Aurélio, julg. 15/9/2015, Primeira Turma, DJe 27/10/2015).

Considerando que tampouco seria possível o eventual aproveitamento do ex-servidor, mesmo quando ainda no serviço ativo da estatal, em cargo distinto daquele em que originalmente contratado, conforme entendimento expresso na Súmula Vinculante 43 do STF:

"É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido."

Considerando que o Acórdão 303/2015-TCU-Plenário está de acordo com o entendimento do STF sobre o tema, com o teor do art. 2º da Lei 8.878/1994, que estabelece que o retorno do servidor anistiado dar-se-á, como regra, no cargo ou emprego anteriormente ocupado, e com o art. 2°, parágrafo único, do Decreto 6.077/2007, que disciplina o retorno ao serviço dos servidores e empregados anistiados e impõe que "será mantido o regime jurídico a que o anistiado estava submetido à época da exoneração, demissão ou dispensa";

Considerando o que restou decidido no RE 1.426.306 (in DJe 13/6/2023), que fixou a seguinte tese em repercussão geral:

"Somente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC 20/98) são vinculados ao regime próprio de previdência social, a excluir os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os demais servidores admitidos sem concurso público."

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil emitido em benefício de Ana Maria Amandia Castanheiro Coelho, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-032.826/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Ana Maria Amandia Castanheiro Coelho (066.568.031-72).

1.2. Unidade jurisdicionada: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 353/2023;
1.7.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.
1.8. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 150/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Aparecida de Moraes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-034.639/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Aparecida de Moraes (663.223.590-53).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 151/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Regina Celia Ferraz e Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-034.695/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Regina Celia Ferraz e Silva (047.174.698-36).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 152/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Nadir Basilio de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1. Processo TC-034.806/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Nadir Basilio de Oliveira (019.184.367-97).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 153/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.811/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Inacio Vicente de Oliveira (000.289.404-15); Wamberto Pessoa de Oliveira (488.981.984-34).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Trabalho (extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 154/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Reynaldo Carvalho de Abreu, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.964/2023-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Reynaldo Carvalho de Abreu (128.758.487-04).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 155/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Jose de Souza Cardoso, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.263/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Jose de Souza Cardoso (030.006.517-56).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 156/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.537/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Frederico de Souza Pinto Veiga (033.339.212-43); Solange de Souza Pinto (456.167.282-68); Vera Regina Cunha Affonso (004.560.162-36).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 157/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Heleny de Andrade Araujo Pozzatti, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.630/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Heleny de Andrade Araujo Pozzatti (788.011.418-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 158/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.639/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Ilda Rosa Lemes de Lima (474.047.101-97); Maria Aparecida Bustamante Abreu (346.061.066-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 159/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.668/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carlos Henrique Nogueira da Cruz (601.211.067-72); Floricer Almeida Lobo (338.019.595-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 160/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Izabel Valdes Batista, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.670/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Izabel Valdes Batista (200.534.871-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 161/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.706/2023-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Laet Leonidio Lopes (021.161.707-53); Luiza Calderaro Henrique (070.125.782-20); Maria Fernanda Mota Henrique (033.854.322-86); Maria da Conceicao Pereira Pinto (358.936.211-15); Olga Rosa Tomazelli (098.201.028-12).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 162/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.716/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Doralice de Moraes Nunes (722.675.429-00); Jose Luis de Sousa (068.216.341-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 163/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Eunice Figueira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.768/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Eunice Figueira (034.034.647-76).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 164/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.821/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Maria da Saude Rosado (182.478.654-91); Maria das Neves Diniz dos Santos (221.173.344-15); Maria de Fatima da Silva Souza (201.962.614-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 165/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de Francisco Daniel dos Santos em benefício de Maria de Fatima da Costa, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro em 26/4/2022 (peça 3).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MPTCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor, Terceiro Sargento na ativa, foi inicialmente reformado por limite de idade com proventos com base no soldo de Segundo Sargento;

Considerando que a posterior melhoria/reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos de reforma e pensão para o posto de Segundo Tenente de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Maria de Fatima da Costa, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-016.172/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Maria de Fatima da Costa (212.408.923-49).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Segundo Sargento, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando do Exército, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 166/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Nicolau Emiliano da Rosa em benefício de Gloria Ondina Abreu da Rosa, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 11/10/2019 (peça 3).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor foi transferido para a inatividade, em 2/8/1966, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base em dois postos/graduações hierárquicas imediatamente superiores (1º Sargento) ao que atingiu na ativa (3º Sargento), com fundamento nas Leis 288/1948, 616/1949 e Lei 1.156/19, c/c com os art. art. 51, 52 e 53 da Lei 4.902/1965, parágrafo único do art. 54 e art. 155 da Lei 5.774/1971 e inciso II do art. 50 da Lei 6.880/1980- redação original;

Considerando que o instituidor foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 1/11/1979 (peça 3), ato Sisac 10001581-07-2014-000126-8, cujo julgamento foi prejudicado por perda de objeto, sem alteração de sua graduação para fins de cálculo de seus proventos, que permaneceu sendo calculado com base na graduação de 1º Sargento, e, posteriormente, em 23/9/2010, por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, ato Sisac 10001581-07-2014-000127-6, teve seus proventos majorados, novamente, para o posto de 2º Tenente, de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que o benefício da pensão militar foi calculado com referência no posto de 2º Tenente (peça 3), de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Gloria Ondina Abreu da Rosa, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-020.472/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Gloria Ondina Abreu da Rosa (590.912.747-00).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de 1º Sargento, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 167/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Antonio Nobrega Santos Filho em benefício de Sandra Maria Nobrega, Selma Maria Nobrega, Silvana Nobrega Correia Goncalves, Simone Maria Nobrega e Soraide Maria Nobrega da Silva, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 26/1/2022 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor foi transferido para a inatividade, em 12/7/1982, momento em que o calculo de seus proventos foram corretamente mantidos com base no posto hierárquico que atingiu na ativa (2º Sargento);

Considerando que foi reformado, inicialmente, por atingir a idade-limite, e, posteriormente, o ato de concessão de reforma foi alterado, com efeitos a contar de 14/7/2012 (ato Sisac 10637508-07-2013-001326-8, peça 2), julgado legal, por meio do TC - 012.123/2014-5, antes da prolação do Acórdão paradigmático, por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, momento em que seus proventos foram majorados, passando a ser calculados com base no soldo de 2º Tenente (art. 110, §§ 1º e 2º, letra b), da Lei 6.880/1980), alteração que ocorreu de forma irregular, uma vez que o instituidor não atendia os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé das interessadas; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Sandra Maria Nobrega, Selma Maria Nobrega, Silvana Nobrega Correia Goncalves, Simone Maria Nobrega e Soraide Maria Nobrega da Silva, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-032.728/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Sandra Maria Nobrega (490.465.604-06); Selma Maria Nobrega (673.277.024-15); Silvana Nobrega Correia Goncalves (326.260.374-00); Simone Maria Nobrega (566.515.624-87); Soraide Maria Nobrega da Silva (452.761.964-00).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de 2º Sargento, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 168/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de pensão militar instituída por Odisseus Fortes em benefício de Mariana Nassif Fortes, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) constatou a majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior em decorrência da inclusão, no cômputo do tempo de serviço, do tempo ficto, de 10 meses e 27 dias, decorrente do trabalho prestado em guarnição especial;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com os art. 50, 135 e 137 da Lei 6.880/1980, que prevê a contagem de tempo de atividade do militar em guarnições especiais apenas para fins de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

passagem à inatividade, mas não para cálculo do tempo de serviço considerado para percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.718/2023-2ª Câmara (Rel. Min. Aroldo Cedraz), 8.218/2021-2ª Câmara (de minha relatoria) e 631/2020-1ª Câmara (Rel. Min. Vital do Rêgo), cuja ementa bem elucida a dicção desta Corte de Contas sobre a irregularidade apurada, verbis:

PROVENTOS DE REFERÊNCIA CALCULADOS SOBRE UM POSTO OU GRADUAÇÃO ACIMA DO OCUPADO NA ATIVA PARA MILITARES QUE NÃO COMPLETARAM, EM ATIVIDADE ESTRITAMENTE MILITAR, OS 30 ANOS REQUERIDOS PELA REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 50, INCISO II, DA LEI 6.880/1980 C/C ART. 135 E SEGUINTES DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. ILEGALIDADE. DETERMINAÇÕES.

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar de interesse de Mariana Nassif Fortes e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-032.731/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Mariana Nassif Fortes (666.730.462-87).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado;

1.7.1.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar da interessada;

1.7.1.3. dê ciência de inteiro teor desta decisão à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.7.3. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência deste acórdão pelo Comando do Exército, com base na Súmula TCU 106;

1.7.4. emita novo ato de concessão de pensão militar, livre das irregularidades identificadas, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos da IN-TCU 78/2018.

1.8. dar ciência desta deliberação ao Comando do Exército.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 169/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Francisco Santana da Silva em benefício de Francilene Santana da Silva, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro em 12/4/2023 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MPTCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor, Terceiro Sargento na ativa, foi inicialmente reformado por limite de idade com proventos com base no soldo de Segundo Sargento;

Considerando que a posterior melhoria/reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos de reforma e pensão para o posto de Segundo Tenente de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

emitido em benefício de Francilene Santana da Silva, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-034.974/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Francileide Santana da Silva (322.818.463-34).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Segundo Sargento, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando do Exército, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 170/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Francisco Clodoaldo Pereira de Souza em benefício de Lúcia Pereira de Souza, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 4/8/2022 (peça 3).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MPTCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando, conforme informações da instrução técnica, que o instituidor detinha o tempo necessário para passagem à reserva remunerada com o benefício de proventos com um (01) posto/graduação acima do que possuía na ativa, conforme o que prevê o inciso II do art. 50 (redação original) da Lei 6.880/80. A posterior reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos para o posto/graduação de Segundo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Tenente. Ao falecer, deveria ter instituído pensão militar com base no posto/graduação de Segundo Sargento, uma vez que contribuiu para o mesmo posto/graduação para fins de pensão militar.

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Lucia Pereira de Souza, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-035.012/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Lúcia Pereira de Souza (587.807.507-53).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Segundo Sargento, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 171/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Lourival Sousa em benefício de Lucy de Azeredo Sousa, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 15/9/2022 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor foi transferido para a inatividade, em 30/9/1983, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no posto/graduação hierárquica imediatamente superior (2º Sargento) ao que atingiu na ativa (3º Sargento);

Considerando que o instituidor foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 1/1/1993 (peça 2), ato Sisac 10637508-07-1995-000228-4, julgado legal, por meio do TC -007.334/1996-6, sem alteração de sua graduação para fins de cálculo de seus proventos, que permaneceu sendo calculado com base na graduação de 2º Sargento, e, posteriormente, em 11/10/2010, por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, ato Sisac 10001581-07-2014-000032-6, julgado legal, por meio do TC-023.630/2014-0, teve seus proventos majorados, novamente, para o posto de 2º Tenente, o que está em desacordo com a orientação adotada, posteriormente, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário;

Considerando que o benefício da pensão militar foi calculado com referência no posto de 2º Tenente (peça 2), de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Lucy de Azeredo Sousa, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-035.022/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Lucy de Azeredo Sousa (852.776.577-20).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de 2º Sargento, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 172/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Antonio Basilio da Costa em benefício de Francilene Brito da Silva, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 31/8/2022 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MPTCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com diversos precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara, bem como com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que o instituidor foi transferido para a inatividade, em 30/4/1976, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no posto/graduação hierárquica imediatamente superior (Suboficial) ao que atingiu na ativa (1º Sargento);

Considerando que o instituidor foi reformado por atingir a idade-limite, sem alteração de sua graduação para fins de cálculo de seus proventos, que permaneceu sendo calculado com base na graduação de Suboficial, e, posteriormente, em 5/3/1988, por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, ato Sisac 10637508-07-2010-001463-0, julgado legal, por meio do TC 003.058/2011-5, teve seus proventos majorados, novamente, para o posto de 2º Tenente, o que está em desacordo com a orientação adotada, posteriormente, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário;

Considerando que o benefício da pensão militar foi calculado com referência no posto de 2º Tenente (peça 2), de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Francilene Brito da Silva, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-035.025/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Francilene Brito da Silva (039.239.174-06).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de suboficial, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 173/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de Francisco Domingos de Paiva em benefício de Wandilia Ribeiro de Paiva, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 27/10/2022 (peça 3).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MPTCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor, Cabo na ativa, foi inicialmente reformado por limite de idade com proventos com base no soldo de Cabo;

Considerando que a posterior melhoria/reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos de reforma e pensão para o posto de Terceiro Sargento de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Wandilia Ribeiro de Paiva, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-035.045/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Wandilia Ribeiro de Paiva (631.130.587-91).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Cabo, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando do Exército, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 174/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Wilson Almeida em benefício de Iara Pinto da Cunha Almeida, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 26/5/2021 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor foi transferido para a inatividade, em 12/6/1981, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no posto hierárquico imediatamente superior (2º Tenente) ao que atingiu na ativa (Suboficial);

Considerando que o instituidor foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 9/11/1991 (peça 2), ato Sisac 10637508-07-1997-000315-0, julgado legal, por meio do TC - 852.867/1997-2, sem alteração de sua graduação para fins de cálculo de seus proventos, que permaneceu sendo calculado com base no posto de 2º Tenente;

Considerando que o benefício da pensão militar foi calculado com referência no posto de 1º Tenente (peça 2), de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980, uma vez que o instituidor já estava reformado com proventos com base no posto de 2º Tenente;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Iara Pinto da Cunha Almeida, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-036.560/2023-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Iara Pinto da Cunha Almeida (073.579.657-24).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para o posto de 2º Tenente, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 175/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Jose Oliveira Costa de Souza em benefício de Sheyla Valeria Souza Levy e Maria do Espirito Santo Cunha e Souza, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 12/8/2021 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor foi transferido para a inatividade, em 23/10/1990, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no posto hierárquico imediatamente superior (Suboficial) ao que atingiu na ativa (1º Sargento);

Considerando que o instituidor foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 22/5/1999 (peça 2), ato Sisac 10637508-07-2000-000590-2, julgado legal, por meio do TC - 001.395/2002-1, sem alteração de sua graduação para fins de cálculo de seus proventos, que permaneceu sendo calculado com base no posto de Suboficial;

Considerando que o benefício da pensão militar foi calculado com referência no posto de 2º Tenente (peça 2), de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980, uma vez que o instituidor já estava reformado com proventos com base no posto de Suboficial;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé das interessadas; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Sheyla Valeria Souza Levy e Maria do Espirito Santo Cunha e Souza, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-036.569/2023-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Sheyla Valeria Souza Levy (459.877.503-34); Maria do Espirito Santo Cunha e Souza (393.205.882-87).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Suboficial, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 176/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Aurino Alfredo da Costa em benefício de Marinete da Silva Costa, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 25/1/2022 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MPTCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor, Primeiro Sargento na ativa, foi inicialmente reformado por limite de idade com proventos com base no soldo de Suboficial;

Considerando que a posterior melhoria/reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos de reforma e pensão para o posto de Segundo Tenente de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Marinete da Silva Costa, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-036.577/2023-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Marinete da Silva Costa (341.756.609-68).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Suboficial, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 177/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão militar instituída por Jose Geraldo Alves em benefício de Maria do Carmo da Silva Alves, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro em 7/3/2022 (peça 2).

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MPTCU pela ilegalidade do ato de concessão de pensão militar em exame, em razão dos proventos do instituidor terem sido calculados com base em grau hierárquico acima do previsto na legislação de regência, refletindo no benefício de pensão militar;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o instituidor, Suboficial na ativa, foi inicialmente reformado por limite de idade com proventos com base no soldo de Segundo Tenente;

Considerando que a posterior melhoria/reforma por invalidez/incapacidade majorou os proventos de reforma e pensão para o posto de Primeiro Tenente de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, à luz da jurisprudência desta Corte, os atos de concessão de reforma e de concessão de pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em ato de concessão de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em ato de concessão de pensão militar;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar emitido em benefício de Maria do Carmo da Silva Alves, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-036.596/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Maria do Carmo da Silva Alves (836.075.011-49).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:
1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de 2º Tenente, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.
1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.
1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 178/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar de Maria Helena de Moura Carvalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-036.618/2023-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Maria Helena de Moura Carvalho (303.374.961-53).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 179/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de alteração de concessão de reforma emitido pelo Comando da Marinha, em benefício de Severino Florencio da Silva, e submetido a este Tribunal para fins de registro em 6/5/2021.
Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:
ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que o interessado foi transferido para a inatividade, em 20/11/1981, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no grau hierárquico imediatamente superior (Suboficial) ao que atingiu na ativa (1º Sargento);

Considerando que foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 30/10/1989 (peça 3), julgado legal, sem alteração de sua graduação para fins de cálculo de seus proventos, e, posteriormente, em 15/3/2018 (e-Pessoal 7.278/2021, conforme Sistema e-Pessoal), por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, teve seus proventos majorados, para o posto de 2º Tenente, de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de alteração de concessão de reforma emitido em benefício de Severino Florencio da Silva, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-005.877/2023-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Severino Florencio da Silva (010.346.694-00).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Suboficial, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 180/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de alteração de concessão de reforma emitido pelo Comando do Exército, em benefício de Ailton Rego dos Santos, e submetido a este Tribunal para fins de registro em 30/3/2022.

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de alteração de concessão de reforma em exame, por ter havido a majoração de proventos para o posto hierárquico superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do interessado;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com diversos precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara, bem como com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que o interessado foi transferido para a inatividade, em 31/1/1996, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no posto hierárquico imediatamente superior (Coronel) ao que atingiu na ativa (Tenente Coronel);

Considerando que foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 18/10/2009 (peça 3), ato Sisac 10003371-07-2010-004926-1, julgado legal, por meio do TC 014.034/2011-5, sem alteração de seu posto para fins de cálculo de seus proventos, e, posteriormente, em 21/8/2015, por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, teve seus proventos majorados, para o posto de General de Brigada, de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de alteração de concessão de reforma emitido em benefício de Ailton Rego dos Santos, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-007.635/2023-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Ailton Rego dos Santos (044.609.797-72).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para o posto de Coronel, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando do Exército, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 181/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de alteração de concessão de reforma emitido pelo Comando da Aeronáutica, em benefício de Carlos Goncalves da Silva, e submetido a este Tribunal para fins de registro em 12/1/2023.

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de alteração de concessão de reforma em exame, por ter havido a majoração de proventos para o posto hierárquico superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do interessado;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI. MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o interessado foi transferido para a inatividade, em 29/9/1987, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no posto hierárquico imediatamente superior (Suboficial) ao que atingiu na ativa (1º Sargento);

Considerando que foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 23/2/1994 (peça 3), ato Sisac 10714952-07-2001-000557-5, julgado legal, por meio do TC 001.405/2002-0, sem alteração de sua graduação para fins de cálculo de seus proventos, e, posteriormente, em 23/2/2006, por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, teve seus proventos majorados, para o posto de 2º Tenente, de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de alteração de concessão de reforma emitido em benefício de Carlos Goncalves da Silva, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-020.501/2023-4 (REFORMA)

1.1. Interessado: Carlos Goncalves da Silva (002.728.332-15).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Aeronáutica que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para a graduação de Suboficial, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Aeronáutica, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 182/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de prestação de contas anuais do Ministério da Saúde (MS), relativo ao exercício de 2018. O processo de contas foi organizado de forma integrada, conforme art. 2º da Portaria 369/2018, bem como os anexos II e III à Decisão Normativa TCU 170/2018 e o anexo I à Decisão Normativa TCU 172/2018.

Considerando que os presentes autos se encontram sobrestados até o julgamento de dois processos (TC 037.065/2019-0 e TC 025.828/2021-5) que tramitam no TCU, e que poderiam impactar a decisão de mérito da prestação de contas ordinárias do Ministério da Saúde, referentes ao exercício de 2018;

Considerando que apenas um responsável constante do rol (Alexandre Lages Cavalcante) está diretamente relacionado ao Contrato 59/2018, pois firmou-o em nome da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde (SAA/MS);

Considerando que, com relação ao sobrestamento do processo em relação ao Sr. Alexandre Lages Cavalcante, deva ser acatado o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal no sentido de se restringir possível impacto ao TC 014.646/2023-4, visto que o responsável está sendo ouvido em audiência por ato praticado em 2018;

Considerando que, em razão do transcurso de tempo desde a prestação das contas referentes ao exercício de 2018, se faz necessário levantar o sobrestamento em relação aos demais responsáveis, dando-se prosseguimento à apreciação e julgamento das contas, nos termos do art. 47, § 2º, da Resolução-TCU 259/2014;

Considerando as propostas convergentes da unidade técnica (peças 74-76) e do Ministério Público junto a este Tribunal (peça 77) em relação ao julgamento das presentes contas;

Considerando que, os fatores motivadores da proposta de ressalva dos respectivos responsáveis pela unidade técnica consistiram na realização de transferência fundo a fundo da União a entes que não apresentaram Plano de Saúde e/ou Relatório de Gestão, ausência de análise sistemática dos Relatórios de Gestão pela secretaria finalística com enfoque nos resultados e ausência de documentos que auxiliem a tomada de decisão impossibilitando o pleno exercício do controle primário e finalístico de seus programas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) levantar o sobrestamento do julgamento das presentes contas;

b) manter o sobrestamento do julgamento das presentes contas em relação ao Sr. Alexandre Lages Cavalcante, enquanto pendente de conclusão o TC 014.646/2023-4, visto que o responsável está sendo ouvido em audiência por ato praticado em 2018;

c) julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, as contas de Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira; Jocelino Francisco de Menezes; Marcelo Henrique de Mello; Cláudia Brandão Gonçalves Silva; Antônio Ferreira Lima Filho; Rodrigo Gomes Marques Silvestre; Vania Cristina Canuto Santos; Gerlane Baccarin; Ulisses de Melo Amorim; Sônia Maria Feitosa Brito; Leonardo Rosario de Alcantara; Arionaldo Bomfim Rosendo; Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos; Gilberto Magalhães Occhi; Antônio Carlos Figueiredo Nardi; Geraldo da Silva Ferreira; Marco Antônio Toccolini; Antônio Leopoldo Nogueira Neto; Pablo Marcos Gomes Leite; Ricardo Jose Magalhaes Barros; Cleusa Rodrigues da Silveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Bernardo; Rogério Luiz Zeraik Abdalla; Vanisia De Sousa Santos Capaverde; e Marcio Godoi Spindola, dando-lhes quitação plena;

d) julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em face das falhas adiante apontadas, as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhes quitação:

d.1) Adeilson Loureiro Cavalcante: realização de transferência fundo a fundo da União a entes que não apresentaram Plano de Saúde e/ou Relatório de Gestão, ausência de análise sistemática dos Relatórios de Gestão pela secretaria finalística com enfoque nos resultados e ausência de documentos que auxiliem a tomada de decisão (eficiência e eficácia das políticas públicas), impossibilitando o pleno exercício do controle primário e finalístico de seus programas no que se refere ao monitoramento, regulação (itens III a V da seção "Exame Técnico");

d.2) Osnei Okumoto: realização de transferência fundo a fundo da União a entes que não apresentaram Plano de Saúde e/ou Relatório de Gestão, ausência de análise sistemática dos Relatórios de Gestão pela secretaria finalística com enfoque nos resultados e ausência de documentos que auxiliem a tomada de decisão (eficiência e eficácia das políticas públicas), impossibilitando o pleno exercício do controle primário e finalístico de seus programas no que se refere ao monitoramento, regulação (itens III a V da seção "Exame Técnico");

d.3) Francisco de Assis Figueiredo: realização de transferência fundo a fundo da União a entes que não apresentaram Plano de Saúde e/ou Relatório de Gestão, ausência de análise sistemática dos Relatórios de Gestão pela secretaria finalística com enfoque nos resultados e ausência de documentos que auxiliem a tomada de decisão (eficiência e eficácia das políticas públicas), impossibilitando o pleno exercício do controle primário e finalístico de seus programas no que se refere ao monitoramento, regulação (itens III a V da seção "Exame Técnico");

d.4) Marco Antônio de Araújo Fireman: realização de transferência fundo a fundo da União a entes que não apresentaram Plano de Saúde e/ou Relatório de Gestão, ausência de análise sistemática dos Relatórios de Gestão pela secretaria finalística com enfoque nos resultados e ausência de documentos que auxiliem a tomada de decisão (eficiência e eficácia das políticas públicas), impossibilitando o pleno exercício do controle primário e finalístico de seus programas no que se refere ao monitoramento, regulação (itens III a V da seção "Exame Técnico");

e) dar ciência ao Ministério da Saúde sobre as seguintes impropriedades:

e.1) realização de transferências fundo a fundo a entes federados que não possuem Plano de Saúde, identificada no Relatório de Avaliação da CGU referente às contas do Ministério da Saúde de 2018, o que afronta o disposto no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar 141/2012; art. 4º da Lei 8.142/1990; e art. 2º do Decreto 1.232/1994;

e.2) ausência de análise dos Planos de Saúde dos entes federados, a fim de se constatar a previsão de realização de ações com as quais a União contribui financeiramente, uma vez que é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, identificada no Relatório de Avaliação da CGU referente às contas do Ministério da Saúde de 2018, o que afronta o disposto no art. 36, §2o, da Lei 8.080/1990;

e.3) ausência de análise sistemática dos Relatórios de Gestão encaminhados pelos entes subnacionais ao Ministério da Saúde, identificada no Relatório de Avaliação da CGU referente às contas do Ministério da Saúde de 2018, o que compromete o monitoramento e avaliação dos resultados dos programas e políticas de saúde, em afronta ao art. 39, §4o, da Lei Complementar 141/2012;

f) autorizar a AudSaúde a acompanhar a eficácia das medidas adotadas para garantir a análise sistemática dos planos de saúde e dos relatórios anuais de gestão dos entes da Federação nas próximas contas do Ministério da Saúde;

g) encaminhar cópia desta deliberação e das instruções acostadas às peças 71 e 74 destes autos ao Ministério da Saúde.

1. Processo TC-040.773/2019-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Adeilson Loureiro Cavalcante (469.974.314-53); Alexandre Lages Cavalcante (164.767.514-68); Antônio Ferreira Lima Filho (605.684.291-68); Antônio Leopoldo Nogueira Neto (688.999.471-04); Antônio Carlos Figueiredo Nardi (061.827.348-41); Arionaldo Bomfim Rosendo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(182.782.991-53); Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo (131.849.541-53); Cláudia Brandão Gonçalves Silva (024.901.317-70); Francisco de Assis Figueiredo (758.088.386-49); Geraldo da Silva Ferreira (115.092.951-00); Gerlane Baccarin (446.234.022-15); Gilberto Magalhães Occhi (518.478.847-68); Jocelino Francisco de Menezes (067.443.975-91); Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos (215.945.378-10); Leonardo Rosario de Alcantara (584.867.471-04); Marcelo Henrique de Mello (069.784.328-90); Marcio Godoi Spindola (172.936.002-59); Marco Antônio Toccolini (238.580.521-91); Marco Antônio de Araújo Fireman (410.988.204-44); Osnei Okumoto (449.108.949-34); Pablo Marcos Gomes Leite (835.795.591-68); Paulo Marcos Castro Rodopiano de Oliveira (178.589.925-20); Ricardo Jose Magalhaes Barros (424.789.799-34); Rodrigo Gomes Marques Silvestre (219.266.488-54); Rogério Luiz Zeraik Abdalla (836.180.409-97); Sonia Maria Feitosa Brito (291.370.984-20); Ulisses de Melo Amorim (398.618.804-53); Vania Cristina Canuto Santos (083.169.087-94); Vanisia de Sousa Santos Capaverde (658.451.882-53).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências: não há.

ACÓRDÃO Nº 183/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura em desfavor de José Baka Filho, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União realizadas por meio do Convênio de registro Siafi 601820 (peça 11) firmado entre o aquele ministério e o Município de Paranaguá - PR, e que tinha por objeto o instrumento descrito como "Execução do projeto de fomento da pesca artesanal e inclusão social das famílias de pescadores";

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), após examinar a matéria destes autos à peça 112, concluiu pela ocorrência da prescrição quinquenal, propondo, em consequência, o arquivamento dos autos, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução TCU 344/2022 c/c os art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU (peças 112 a 114);

Considerando que, ao analisar os marcos temporais para cálculo do prazo prescricional, ocorreram as prescrições punitiva e de ressarcimento ao erário. Contudo, restou caracterizada a ocorrência da prescrição intercorrente e não a quinquenal, como havia sido considerado pela AudTCE;

Considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concordou com a unidade técnica no sentido da ocorrência das prescrições e com a proposta de arquivamento dos presentes autos;

Considerando, porém, que o douto Parquet entende que, além da ocorrência da prescrição, também houve prejuízo ao contraditório e ampla defesa ao ex-prefeito de Paranaguá - PR, em decorrência do longo tempo decorrido (mais de dez anos) entre o fato tido como irregular (13/4/2012, peça 95) e a primeira notificação do responsável (10/11/2022) (edital à peça 101);

Considerando que, ao concordar com a proposta da unidade técnica no sentido do arquivamento destes autos, o MPTCU discordou apenas dos fundamentos indicados pela unidade técnica, aduzindo que não se trataria de arquivamento sem julgamento de mérito, em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando, enfim, que se mostra adequada a proposta uníssona da unidade técnica e do MPTCU no sentido de arquivamento destes autos, com a adoção dos fundamentos sugeridos pelo douto Parquet para tal arquivamento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, arts. 169, inciso VI, e 212 do RITCU, em arquivar estes autos sem julgamento de mérito, em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo da adoção da providência fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-008.365/2023-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Responsável: José Baka Filho (033.708.538-25).
1.2. Unidade jurisdicionada: Município de Paranaguá-PR.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providência: enviar cópia desta deliberação ao responsável e ao Ministério da Pesca e Aquicultura, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 184/2024 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em razão de habilitação e/ou concessão irregular de benefício previdenciário de pensão por morte no âmbito da Agência da Previdência Paraíso de Tocantins, em Palmas/TO.

Considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 144 a 147) pelo reconhecimento da prescrição em relação à pretensão punitiva e ressarcitória para todos os responsáveis e pelo arquivamento do feito, em consonância com o estabelecido na Resolução TCU 344/2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, de fato, ocorreu, no caso em exame, a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória deste Tribunal em relação à totalidade das irregularidades;

Considerando que inexiste interesse público para se prosseguir com o julgamento puro das presentes contas, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução TCU 344/2022;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) excluir da presente relação processual os beneficiários Carlos Maciel, Coracy Leonel Ribeiro, Doracy de Sousa Loiola, Iolanda Abreu Araujo, Maria da Cruz Ribeiro do Nascimento Silva, Maria das Merces Batista Gama, Ana Lucia Pereira dos Santos, Raimunda Mota Oliveira, Nilza Milagre Ribeiro, Maria Aracilene Carvalho da Luz e Maria Otanice Hozana da Conceição;

b) reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento do TCU;

c) arquivar os presentes autos;

d) dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao INSS.

1. Processo TC-008.654/2023-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ana Lucia Pereira dos Santos (025.023.891-86); Carlos Maciel (335.912.881-87); Coracy Leonel Ribeiro (958.559.121-91); Doracy de Sousa Loiola (397.580.951-53); Gesimario de Franca Carvalho (265.596.761-53); Iolanda Abreu Araujo (813.340.101-10); Maria Aracilene Carvalho da Luz (688.394.561-04); Maria Otanice Hozana da Conceição (747.901.296-91); Maria da Cruz Ribeiro do Nascimento Silva (962.837.771-04); Maria das Merces Batista Gama (508.012.441-53); Nilza Milagre Ribeiro (375.138.692-00); Raimunda Mota Oliveira (626.700.181-49).
1.2. Unidade Jurisdicionada: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Palmas/TO - INSS/TO.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 185/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor de Rubens Cesar Lopes de Menezes, Maria da Conceição Rocha de Almeida, ambos servidores

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

do INSS, e de Francisco das Chagas Cruz, segurado do INSS, em razão de prejuízos causados aos cofres daquele Instituto, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, conforme apurado no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar 35043.008311/2002-77, por atos originários da Gerência Executiva do INSS em Fortaleza-CE (Gexfor).

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), após examinar a matéria destes autos à peça 140, concluiu pela ocorrência das prescrições quinquenal e intercorrente, propondo, em consequência, o arquivamento dos autos, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução TCU 344/2022 c/c os art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU (peças 140 a 142);

Considerando que o representante do Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concordou com a unidade técnica no sentido da ocorrência das prescrições, nos termos no art. 11 da Resolução TCU 344/2022 e no art. 1º da Lei 9.873/1999 (peça 143);

Considerando que a Resolução TCU 344/2022 estabelece que as pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três anos, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no presente caso concreto, nos termos do art. 4º, inciso V, da aludida Resolução TCU 344/2022, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição ordinária (ou quinquenal) ocorreu em 8/10/2002, data em que cessou o pagamento irregular, por se tratar de irregularidade de natureza continuada;

Considerando que entre o Parecer 3421/2005 (peça 1, p. 131-167), de 17/12/2004, e Ata de instauração da tomada de contas especial (peça 1, p. 5), de 18/12/2009, houve o lapso temporal superior a três anos;

Considerando que não foram identificados atos ou documentos que pudessem evidenciar o andamento regular do processo nesse intervalo;

Considerando que o Plenário deste Tribunal, por intermédio do Acórdão 534/2023 (relator Ministro Benjamin Zymler), firmou entendimento no sentido de que "o marco inicial da fluição da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, consoante elencado no art. 5º da nominada Resolução";

Considerando que houve o trânsito em julgado das condenações dos responsáveis, em 8 e 9/7/2014, conforme atestado de peça 51, de maneira, que poder-se-ia cogitar a aplicação do art. 18, da Resolução TCU 344/2022, ao caso concreto, que definiu a aplicação desse normativo apenas aos processos em que não tenha ocorrido o trânsito em julgado, o que levaria ao não reconhecimento da ocorrência da prescrição intercorrente;

Considerando, o entanto, há circunstâncias bem específicas a serem consideradas no caso em apreço, quais sejam:

a) a irregularidade em apuração ocorreu há mais de 20 anos;

b) a cobrança desses débitos encontra-se impossibilitada, em razão das Ações Ordinárias 0813092-24.2016.4.05.8100 e 0805057 75.2016.4.05.8100, que transitaram em julgado em 3/9/2019, favorável a Rubens Cesar Lopes de Menezes, e em 22/6/2023, favorável à Maria da Conceição Rocha de Almeida;

c) o terceiro responsável, Francisco das Chagas Cruz, faleceu em 2019, conforme peça 139; e

d) o responsável Francisco das Chagas Cruz também ingressou com Execução Contra Fazenda Pública 0013695 43.2010.4.05.8100, que declarou a inexistência de débito em relação ao autor, decisão mantida no âmbito do TRF da 5ª Região (Apelação Cível 527957 CE).

Considerando que se mostra adequada a conclusão dos pareceres uniformes da unidade técnica e do MPTCU, apenas com uma correção, visto que ficou caracterizada a prescrição intercorrente, mas não restou caracterizada a prescrição quinquenal;

Considerando, enfim, que, no presente caso concreto, restou evidenciada a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do art. 8º da Resolução TCU 344/2022, conduzindo ao arquivamento do processo, nos termos do art. 11 da mesma resolução, sem o julgamento de mérito pelo reconhecimento da prejudicial de prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno do TCU, no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 e no art. 11 da Resolução TCU 344/2022, em reconhecer a incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU e arquivar estes autos, sem prejuízo da adoção da providência fixada pelo item 1.8 deste Acórdão.

1. Processo TC-012.216/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC 011.309/2015-6 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Francisco das Chagas Cruz (058.970.093-68); Maria da Conceição Rocha de Almeida (115.857.573-49); Rubens Cezar Lopes de Menezes (122.467.783-87).

1.3. Unidade jurisdicionada: Gerência Executiva do INSS em Fortaleza-CE.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Antônio Rodrigues Filho (7.536/OAB-CE), representando Maria da Conceição Rocha de Almeida e Rubens Cezar Lopes de Menezes.

1.8. Providência: enviar cópia desta deliberação à Gerência Executiva do INSS em Fortaleza-CE e aos responsáveis, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 186/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte em desfavor de José Omar Xavier Diniz e Ciec - Centro de Integração Esporte e Cultura, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos captados mediante patrocínio (Lei de Incentivo ao Esporte), consoante o projeto desportivo nº 0902469-77, intitulado "Esporte e Lazer construindo espaços de Convivência".

Considerando a edição da Resolução-TCU 344/2022, na qual este Tribunal regulamentou a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo em tramitação nesta Corte;

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 83/85) e do Ministério Público junto ao TCU (peça 86), que demonstram a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU e, em razão disso, arquivar o presente processo, nos termos dos arts.1º, 4º, 5º e 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, c/c o art. 1º da Lei 9.873/1999 e art. 169, III, do RITCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, sem prejuízo da adoção das providências constantes do item 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-013.972/2022-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: CIEC - Centro de Integração Esporte e Cultura (05.780.545/0001-81); José Omar Xavier Diniz (258.762.601-34).

1.2. Unidade jurisdicionada: Secretaria Especial do Esporte (extinta).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. dar ciência ao Ministério do Esporte sobre a necessidade de providenciar a baixa da responsabilidade pelo débito apurado nos autos, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa TCU 71/2012; e

1.7.2. comunicar esta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Esporte.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 187/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Gilberto Gonçalves Feitosa Júnior, em razão de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário na gestão dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2013.

Considerando que, no caso concreto, verificou-se que ocorreu, sob o parâmetro quinquenal, a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário;

Considerando a instrução da unidade técnica e o parecer do Ministério Público junto ao TCU, ambos convergentes no sentido do arquivamento do presente processo, com fundamento no art. 1º da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 1º, 2º e 11 da Resolução TCU 344/2022.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do RITCU c/c os arts. 1º, 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do presente processo, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 27-30), sem prejuízo de dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao órgão concedente.

1. Processo TC-015.035/2023-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Gilberto Goncalves Feitosa Junior (007.882.414-19).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Município de Paulista-PE.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 188/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil em desfavor de Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro e de Luiz Carlos Cabral Júnior, diante da omissão no dever de prestar contas do Convênio BNB/FUNDECI 2007/0163 (peça 9), firmado com a Fundação de Desenvolvimento Regional (FUNDER), tendo como executor o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-CPACT), que tinha por objeto a "Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável da Bananeira na Zona da Mata de Alagoas".

Considerando os termos da Resolução TCU 344/2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando o lapso temporal superior a 5 anos entre o marco inicial da contagem do prazo prescricional, em 9/12/2011 (data em que as contas deveriam ter sido prestadas, conforme Cláusula Nona do termo de convênio - peça 9), e seu ato subsequente, Ofício Projeto Estratégico TCE 2018/556- 628 - notificação de Luiz Carlos Cabral Júnior (peças 24 e 28) e Parecer jurídico (peça 41), de 23/11/2018 e 5/8/2019, respectivamente;

Considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo MPTCU (peças 93-96) no sentido de reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e de arquivar o presente feito, em consonância com o estabelecido na retromencionada resolução;

Considerando que inexiste interesse público para se prosseguir com o julgamento das presentes contas, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução TCU 344/2022;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022 e arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres constantes dos autos, em: a) reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU; b) arquivar os presentes autos; e c) dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Banco do Nordeste do Brasil.

1. Processo TC-015.949/2021-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Responsáveis: Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro (500.746.287-04); Luiz Carlos Cabral Junior (645.674.866-68).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Banco do Nordeste do Brasil S/A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Luís Alberto Santos Pinto (96.616/OAB-MG) e Andreia Carolina Castilho (137.315/OAB-MG), representando Luiz Alberto Rodrigues Ribeiro.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 189/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em desfavor de Ricardo Chaves Lima e Wagner Alves Frazão Júnior, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados do Convênio Sudene/CPE 067/00, registro Siafi 406420 (peça 12), firmado com o Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (IPSA), que tinha por objeto "analisar as metodologias atualmente utilizadas para a execução de programa de desenvolvimento local integrado e sustentável, visando aperfeiçoamentos das metodologias atualmente utilizadas pela Sudene, mais especificamente, trata-se de desenvolver alternativas que busquem a promoção de DLIS, a partir da identificação e desenvolvimento de clusters ou cadeias produtivas, buscando promover o crescimento da economia local".

Considerando os termos da Resolução-TCU 344/2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando o lapso temporal superior a 5 anos entre a Nota Técnica de 31/7/2013 (peça 76, p. 3-9), e seu ato subsequente, notificação de Wagner Alves Frazão Júnior e de Ricardo Chaves Lima, para recolher o débito, recebidos em 5/7/2022 e 4/8/2022, respectivamente (peças 81-84);

Considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo MPTCU (peças 139-142) no sentido de reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e de arquivar o presente feito, em consonância com o estabelecido na retromencionada resolução;

Considerando que inexiste interesse público para se prosseguir com o julgamento das presentes contas, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução TCU 344/2022;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022 e arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres constantes dos autos, em: a) reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU; b) arquivar os presentes autos; e c) dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

1. Processo TC-021.004/2023-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ricardo Chaves Lima (212.950.773-53); Wagner Alves Frazao Junior (297.418.312-34).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 190/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério do Trabalho e Previdência em desfavor dos Srs. Jilson José de Oliveira e Osmar Boos e da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Tijucas e Rio Itajaí, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

pela União, por meio do Convênio 100/2008 - Siafi 702186 (peça 12), cujo objeto consistiu no instrumento descrito como "estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a execução das ações de qualificação social e profissional do Plano Setorial de Qualificação - PlanSeQ Têxtil Santa Catarina, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ".

Considerando os termos da Resolução-TCU 344/2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando o lapso temporal superior a 3 anos entre o Ofício 3267/2011/CGCC/SPPE/MTE, de 10/6/2011 (peça 45), e seu ato subsequente, Ofício 4485/2014/CGCC/SPPE/MTE, de 27/8/2014 (peça 48);

Considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo MPTCU (peças 152-155) no sentido de reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e de arquivar o presente feito, em consonância com o estabelecido na retromencionada resolução;

Considerando que inexiste interesse público para se prosseguir com o julgamento das presentes contas, nos termos do parágrafo único do art. 12 da Resolução TCU 344/2022;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022 e arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres constantes dos autos, em: a) reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU; b) arquivar os presentes autos; c) dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

1. Processo TC-030.547/2022-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jilson José de Oliveira (579.485.009-44); Osmar Boos (006.203.199-68); Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Tijucas e Rio Itajaí (06.010.419/0001-00).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 191/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, V, "a", 235 e 237, VI, do RITCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e de acordo com a proposta da unidade técnica nos autos (peças 38-40), em conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente, sem prejuízo das providências descritas no item 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-002.261/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: então Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM/DF).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

1.6. Representação legal: Lia Tolentino Corker Freire (65678/OAB-DF) e Marco Antonio Medeiros e Silva (23234/OAB-DF), representando o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal.

1.7. Providências:

1.7.1. determinar ao Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF), com fundamento no art. 250, II, do RITCU, que:

1.7.1.1. no prazo de até sessenta dias, especifique as necessidades e dimensione o quantitativo de advogados do quadro de pessoal necessários ao atendimento das atividades relacionadas à postulação, consultoria, assessoria e direção das atividades jurídicas da entidade, as quais não podem ser objeto de execução indireta nos termos do Decreto 9.507/2018 e da jurisprudência do TCU, restringindo a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

terceirização aos casos de serviços específicos, de natureza não continuada e com características singulares e complexas, que evidenciem a impossibilidade de serem prestados por profissionais do próprio quadro da entidade;

1.7.1.2. no prazo de até 360 dias, preencha as vagas identificadas na alínea anterior por meio de concurso público, atendendo à Súmula-TCU 277/2012 e ao art. 37, inciso II, da CF/1988;

1.7.1.3. encaminhe ao TCU informações acerca do cumprimento das determinações previstas nos subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.2, findos os prazos estipulados;

1.7.2. dar ciência ao Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF) que a amplitude dos serviços jurídicos contratados do escritório de Advocacia Barreto, Dolabella e Fiel (ABDF Advocacia), CNPJ 10.895.072/0001-06, ofende o art. 3º do Decreto 9.507/2018, e a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 2888/2012-TCU-Plenário, relator Raimundo Carreiro, e o Acórdão 1797/2017-TCU-Plenário, relator Marcos Benquerer;

1.7.3. dar ciência ao Conselho Federal de Medicina (CFM), com fundamento no art. 9º, I, da Resolução TCU 315/2020, para que exerça sua fiscalização primária sobre os fatos noticiados neste processo em relação ao CRM-DF, e inclua nos próximos Relatórios de Gestão, em registros analíticos, as providências adotadas em relação às ocorrências arroladas nos autos, conforme previsto no art. 106, § 6º, I da Resolução TCU 259/2014, com redação dada pela Resolução TCU 323/2020; e

1.7.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, III, do Regimento Interno do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 192/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 192), em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente; acatar as razões de justificativa dos Srs. Joaquim Mendanha de Ataídes, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Paulo dos Santos, Ícaro Demarchi Araújo Leite, Carlos Alberto de Paula, Cássio Cabral Kelly e da Sra. Helena Mulim Venceslau, sem prejuízo das providências descritas no item 1.8 desta deliberação.

1. Processo TC-006.527/2023-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.2. Responsáveis: Carlos Alberto de Paula (125.528.988-07); Cassio Cabral Kelly (810.148.057-91); Helena Mulim Venceslau (657.979.301-53); Icaro Demarchi Araujo Leite (311.299.118-45); Joaquim Mendanha de Ataides (369.920.621-15); Marcelo Augusto Camacho Rocha (023.545.687-03); Paulo dos Santos (757.618.908-87).

1.3. Unidade jurisdicionada: Superintendência de Seguros Privados (Susep).

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.7. Representação legal: Igor Moreira Novais Teixeira (58163/OAB-DF), representando Joaquim Mendanha de Ataides; Lucas de Assis Rabelo (70479/OAB-DF), entre outros, representando Icaro Demarchi Araujo Leite; Igor Moreira Novais Teixeira (58163/OAB-DF), representando Carlos Alberto de Paula.

1.8. Providências:

1.8.1. dar ciência desta deliberação à Superintendência de Seguros Privados (Susep) e aos responsáveis;

1.8.2. encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, V, do Regimento Interno do Tribunal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 193/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU e nos arts. 103 e 105 da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-009.598/2023-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Subprocurador Geral Lucas Rocha Furtado.

1.2. Unidade jurisdicionada: Presidência da República.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações/Providências: não há.

ACÓRDÃO Nº 194/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, "a", do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da presente representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237 do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo das providências descritas no item 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-021.714/2023-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Município de João Pessoa-PB.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. dar ciência desta deliberação ao representante;

1.7.2. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 195/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e ainda, de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 12), em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferindo o pedido de medida cautelar, ante a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no item 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-038.908/2023-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Onix Tecnologia do Brasil Ltda. (10.669.788/0001-87).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Banco do Nordeste do Brasil S/A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Daniel Vinicio Arantes Neto (18600/OAB-SC), representando a Onix Tecnologia do Brasil Ltda.

1.7. Providências:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7.1. alertar a representante Onix Tecnologia do Brasil Ltda. quanto à possibilidade de aplicação de multa nos casos de omissão de fatos essenciais ao julgamento da matéria, objeto de eventuais futuras representações a este Tribunal, com base nos arts. 80, inciso II, e 81 do Código de Processo Civil, tendo em vista a aplicação subsidiária, neste Tribunal, das disposições advindas das normas processuais em vigor, nos termos do art. 15 do referido Código e do art. 298 do Regimento Interno/TCU;

1.7.2. dar ciência desta deliberação ao Banco do Nordeste do Brasil S/A e à representante;

1.7.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 196/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da presente representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Paraná e ao representante.

1. Processo TC-039.120/2023-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Lab100 Diagnósticos Ltda. (45.963.125/0001-55).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Peter Emanuel Pinto (51541/OAB-PR), representando o Lab100 Diagnóstico Ltda.

1.7. Providências: não há.

ACÓRDÃO Nº 197/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113 da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, sem prejuízo das providências descritas no item 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-039.492/2023-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Município de Campos do Jordão-SP.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. encaminhar cópia das peças 1 e 4 destes autos, além desta deliberação, à Caixa Econômica Federal, para conhecimento e eventual aprimoramento dos procedimentos internos pertinentes, observados quando da execução dos Contratos de Repasse nº 773616/2012, de 20/12/2012, nº772056/2012, de 5/11/2012, e nº 769521/2012, de 5/11/2012, cujos fatos foram levantados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

1.7.2. encaminhar cópia da peça 4 destes autos, além desta deliberação, ao representante, para ciência; e

1.7.3. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 198/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer parcialmente da representação, apenas em relação ao Pregão Eletrônico (PE) 81/2023 (Processo de Licitação PL 165/2023), que teve como objeto a elaboração de planilhas de custos de linhas de transporte escolar, e teve como resultado a Ata de Registro de Preços 61/2023, posto que, para esse certame, foram satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerar prejudicada a continuidade do exame da representação por este Tribunal, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade do seu objeto sob o aspecto federal, sem prejuízo das providências descritas no item 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-039.917/2023-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Elrik Borges Soares (087.392.976-40).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Município de Sete Lagoas-MG.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. comunicar os fatos ao Ministério da Educação (item 13 da instrução de peça 11)) e ao Município de Sete Lagoas-MG, para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), sem prejuízo de encaminhar-lhes cópia da representação (peças 1-7), da instrução (peça 11) e desta deliberação;

1.7.2. dar ciência desta deliberação ao representante;

1.7.3. arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução TCU 259/2014, alterada pela Resolução TCU 323/2020.

ACÓRDÃO Nº 199/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 17), em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferindo o pedido de medida cautelar, ante a inexistência dos pressupostos necessários à sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no item 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-039.932/2023-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: B.R.Y. Consultoria Ltda. (32.678.857/0001-51).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal de Roraima.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Rafael Inacio Cavalcante (928/OAB-RR), representando a B.R.Y Consultoria Ltda.

1.7. Providências:

1.7.1. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Roraima e ao representante; e

1.7.2. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 200/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea “e”, do Regimento Interno, em autorizar a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

prorrogação de prazo para atendimento do Ofício de Notificação de Acórdão nº 45.751/2023 - TCU/Seproc (peça 11), formulada pelo Diretor de Governança, Planejamento e Inovação - Substituto, sr. Bruno Batista Barreto (peça 34), por 15 dias para cumprimento do subitem 9.3.1. e por 30 dias para o cumprimento do subitem 9.3.3 do Acórdão nº 9211/2023 - TCU - 2ª Câmara, a contar do dia útil seguinte à juntada do requerimento, peça 34, em 11/12/2023.

1. Processo TC-008.030/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Teresinha Maria Ribeiro de Moura (308.518.311-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. dar ciência aos responsáveis que o descumprimento da determinação no prazo estipulado, sem motivo justificado, enseja a aplicação da multa de que trata o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 201/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.083/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ning Labbish Chao (310.774.800-59).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 202/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.012/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Claudeth Sousa (065.036.087-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 203/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.174/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Eduardo Ferreira dos Santos (022.728.492-53); Marilda Auxiliadora de Almeida Marfan (032.919.951-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 204/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-034.233/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto Moreno Batista (744.815.767-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 205/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-034.396/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Genidalto da Silva Paiva (916.077.958-68); Luis Claudio Santos (133.756.016-20); Luiza Maria Marques do Lago (609.858.288-20); Paulo Donato Luz (016.558.738-57); Pedro Barreiros da Silva (307.937.936-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 206/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-034.450/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jorge Rodrigues Nunes (362.504.069-72); Maria do Carmo Bueno Vieira de Paula (055.643.278-96); Marilea Farias (358.100.179-91); Regina Coeli de Vasconcelos Louvise (426.746.897-49); Ricardo Antonio Fernandes Baruco (061.001.748-98).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 207/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.480/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcione de Souza Policarpo (302.040.209-30); Carloci Diforena (167.397.360-49); Cassytha Targino de Medeiros (170.532.423-15); Edivaldo Vieira dos Anjos (182.002.304-49); Marcia Rosemback Machado Arruda (715.453.107-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 208/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.524/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Paula de Souza Pustiglione (089.478.588-54); Aparecida Jose dos Santos Anacleto (873.216.378-91); Jose Wilson Travia Junior (812.179.438-20); Paulo Torquato Tasso (020.629.328-39); Roberto Claudio Lacerda Chagas (287.304.701-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 209/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.276/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jorge Luiz Rabelo (175.620.825-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 210/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.375/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edinaldo Siqueira (738.985.977-68); Jose Cardoso da Silva Filho (485.418.004-82); Luciano Lawisch (506.725.330-49); Marcilho Enedino da Silva (405.831.551-20); Mario Antonio de Castro Saraiva (232.737.043-49).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 211/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.419/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jacinto Pereira Silva (090.717.842-15); Juliana Pinheiro de Oliveira Santos (271.028.581-91); Maria de Jesus Pereira da Silva (216.774.413-72); Marilza Simoes de Araujo Silva (568.770.724-72); Tarso Isaia (342.101.480-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 212/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.458/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Humberto de Brito Cruz (342.835.441-91); Luis Fernando de Andrade Serra (102.479.041-04); Maria Theresa Lazaro (402.703.517-87); Paulo Cesar Meira de Vasconcellos (145.891.761-49); Vanderlan Fernandes Steine (146.871.786-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 213/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.492/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Ruidival Soares dos Santos Filho (070.718.924-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 214/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.535/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Frederico Caminha Maciel (128.723.854-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 215/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.549/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Iara Leite (432.928.870-20); Lea Barcellos de Mendonca (115.260.500-30); Lurdes Dallarosa (476.075.640-04); Maria Beloni Telles Moreira (097.811.020-04); Maria Elfrida Lunkes (168.465.400-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 216/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.571/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio da Silva Mendes Neto (341.372.707-91); Rute Camargo Borges (831.028.687-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 217/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.703/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Andre Luiz do Espirito Santo (360.703.357-91); Claudio Rodrigues (020.581.118-34); Eleonora Maria Mandarino Barcellos (664.004.817-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 218/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.750/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Epitacio Pessoa (315.398.406-97); Hugo Uruguai Bentes Lobato (806.428.617-49); Inacio Pereira Lopes (113.517.801-15); Orlando Sampaio Costa (210.459.501-06); Regina Lucia Magalhaes Freire Alcantara (260.495.893-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 219/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.470/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jonatan Batista de Assis (181.840.731-00); Mariluce Rondon Marques (384.107.291-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 220/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.501/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alicsson Roberto Guerra Vale (130.616.314-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 221/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.910/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Laurete Pereira de Souza (221.723.350-53); Lidia Emilia Wimmershoff de Mattos (214.222.220-04); Maria Fatima Oliveira dos Santos (168.143.120-34); Sonia Maria Santos de Azevedo (184.072.770-53); Terezinha Mazzon (228.921.330-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 222/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.925/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Maria Lima de Brito (289.924.821-91); Edmar Evangelista do Nascimento (226.790.811-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 223/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.939/2023-8 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Carlos Roberto Danjo (812.857.108-78); Cleto Amado de Moraes Ribeiro Junior (387.745.184-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 224/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-037.969/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Leonardo Nogueira Lopes da Cunha (386.725.290-49); Milton Adolfo Engel (234.622.800-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 225/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-037.987/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivan Carlos Silva (442.386.909-82); Marisa Iha (616.814.909-00); Ney Fernando Olive Malhadas (442.420.189-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 226/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-037.990/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliete Thomazini Pala (440.238.630-68); Sidnei Goncalves da Silva (069.413.718-97).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 227/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.012/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Euda de Albuquerque Vitorino (225.012.741-72).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 228/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.027/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tereza Maiolino (997.382.607-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 229/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.034/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Atila Gomes (600.883.707-04); Eliane Regina de Araujo Rei (806.366.597-04); Marcos Marques de Souza (750.785.037-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 230/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1. Processo TC-038.052/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Domingos Savio Cordeiro de Oliveira (288.156.531-04); Marcelo Jose Santos de Brito (296.310.094-91); Paulo Roberto Paes de Moraes (921.042.317-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 231/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.071/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Clara da Gama Cabral Coutinho (705.770.217-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 232/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.080/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Iara de Morais Alves Vilela do Nascimento (624.249.714-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 233/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.096/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marco Aurelio Diniz Maciel (414.949.036-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 234/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.179/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marcelo Arruda Ramos (819.284.327-00); Rosana Sacolito (933.151.718-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 235/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.206/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Flavio Eder de Carvalho (224.308.901-78); Jorge Edson da Costa Garcia (709.234.507-34); Paulo Roberto Leonardo Pereira (661.224.577-87).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 236/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.210/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edivar Barroso da Silva (240.016.943-87); Geraldo Marden Lagoeiro Nobre (367.380.346-87); Gilson Gomes Pereira (239.960.481-49); Isa Magna Souza de Queiroz (344.881.031-20); Judas Tadeu Dellacqua (816.925.877-49).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 237/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.227/2023-1 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessado: Rosilda Maria da Silva Freire (142.266.423-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 238/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.236/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aurinete Pereira (351.748.627-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 239/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.252/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Lima Assuncao Filho (054.832.633-91); Ronaldo de Castro Barbosa (055.365.373-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 240/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.254/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gentil da Silva Pimentel (057.517.482-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 241/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.275/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Braga Neto (153.303.623-34); Luzimar Paz de Melo Mota (081.487.753-20); Raimundo Messias Lobato Mourao (126.182.412-15); Rodrigo Souza Santos (091.944.417-23); Valdir Pinheiro da Silva (091.445.872-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 242/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.286/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Liete Alves Silva (122.802.835-49); Nilton Alves Batista (086.261.461-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 243/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.305/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (065.942.393-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 244/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.343/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Leandro José Anchieta Irigonhê (221.293.831-49).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 245/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.355/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcia de Lourdes Lins Souto (554.214.154-49); Olga Maria Tavares Setubal (595.355.047-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 246/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.396/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cesario Venancio de Souza Neto (426.048.855-49); Jose Carlos de Araujo (083.489.268-52); Julio Cesar Rodrigues (449.465.116-87); Olimpio Ferraz de Sa Barreto (670.765.054-87); Vivalde Delfim da Luz Filho (728.089.777-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 247/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.406/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Alves de Barros (730.833.647-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 248/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.413/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marcelo de Souza Seiler (000.666.207-24); Oto Gomes Soares (555.174.804-97).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 249/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.430/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gilson Jandir de Souza (548.843.069-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 250/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.440/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Hamilton Oliveira Leite (404.791.706-06); Italo Antonio dos Santos Drago (323.333.660-87).

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 251/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.447/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Conceicao Teixeira Carvalho Lima (629.044.426-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 252/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.460/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vanda Lucia de Souza Borges (231.978.463-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 253/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.472/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ari Lisboa Ramos (018.151.408-79); Hercilio Jose de Almeida Coura (250.962.574-87); Jose Franca Antunes (741.715.937-00); Jose Luiz Philipowski (055.382.818-50); Maria Elisabeth Duarte Viana (424.050.250-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 254/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.485/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Fernando Queiroz Segovia Oliveira (462.824.161-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 255/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.492/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria de Lourdes Ferreira de Oliveira Santos (600.899.547-34); Paulo Roberto de Andrade Pereira (648.417.907-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 256/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.508/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Andre Danderfer Filho (475.948.539-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 257/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.517/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Mauricio Pereira Guimaraes (065.048.168-24); Ivania Tiburcio Cavalcanti (462.866.914-72); Ladislau Teixeira Neto (299.229.767-49); Natanael Nunes do Nascimento (148.099.151-15); Odair Giraldin (005.591.978-29).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 258/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.533/2023-5 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessado: Albenzio Sales Goncalves (568.085.777-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 259/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.537/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aristoteles Lima dos Santos (256.686.095-53); Carlos Alberto Pinheiro (376.019.707-87); Claudia Cristina Malerba (108.910.918-07).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 260/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.568/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo dos Santos Teixeira (395.439.860-53); Lauro Koichi Yamamoto (055.794.768-50); Paulo Fernando Machado (379.523.660-68).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 261/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.590/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jailse Capistrano Soares de Aquino (385.402.075-91).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional do Ministério Público.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 262/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.592/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wagner Xavier (259.249.071-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 263/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.605/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Avelino Domingos (525.257.249-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 264/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.424/2023-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Leda Barbosa Roque (860.699.853-20); Rosa Maria Andreis Pires (266.717.940-49).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 265/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea “e”, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo formulada pela Gerência de Administração de Pessoal da Coordenação de Recursos Humanos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (peça 14), por mais 15 (quinze) dias, para cumprimento do subitem 9.4.1; e por mais 30 (trinta) dias, para o cumprimento dos subitens 9.4.2 e 9.4.4 do Acórdão n.º 9808/2023 - TCU - 2ª Câmara, a contar do dia útil seguinte à juntada do requerimento, em 22/11/2023:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1. Processo TC-023.699/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Angelica Maria Lira Lins Nobre (894.542.944-15); Antonia Mendes Macedo Bezerra (327.281.584-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. dar ciência ao responsável que o descumprimento da determinação no prazo estipulado, sem motivo justificado, enseja a aplicação da multa de que trata o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 266/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.776/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Andrea Goncalves Gomes (275.335.656-49); Iris do Carmo Ferreira Guimaraes (649.022.266-34).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 267/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.801/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Frederico Jose Cruz Ferraz (018.182.274-10); Jose Candido de Souza Ferraz (010.209.864-68); Paula Francinete Pires (039.039.294-41).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 268/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.810/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adriano Alves de Almeida Lopes (217.798.198-03); Sonia Maria Canhe Perassolli (842.794.358-04).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 269/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.847/2023-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Celio Luis Honorato (016.180.387-37).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 270/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.817/2023-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonio Carrato (050.713.996-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 271/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.885/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Izabel do Rego Barros Martins (062.087.498-83); Terezinha Moura de Carvalho (200.107.375-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 272/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.954/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonio Luiz Filho (089.921.698-68); Izar Pinheiro de Almeida (014.389.667-92); Lucia da Silva Tavares (025.072.527-40); Lucindo Correia de Araujo Neto (087.566.514-49); Suzane Amorim de Souza (548.246.048-77).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 273/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.046/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Jose Rodrigo Agudelo Rodrigues (539.657.101-25); Miriam Altagracia Mones de Andrade (748.481.191-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 274/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.062/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alberto Mourao da Rocha (089.073.741-04); Elvira da Silva Barbosa (305.444.751-00); Roseli Ferreira de Souza (605.986.111-34); Sonia Lucia de Carvalho Carneiro Sparenberg (055.383.177-14); Soraya Eugenia Ribeiro de Almeida (279.838.201-78).

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 275/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.110/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Carmen Vera Martins (844.044.690-04); Gilcinea de Souza Ferreira (634.611.887-00); Maria Aparecida Costa da Silva (368.818.301-06); Neuza Araujo dos Santos das Neves (038.471.335-19); Teresinha Ambrosio de Moraes Nunes (886.863.027-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 276/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.143/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alexandre Andrade de Almeida (398.200.428-44); Eurides Andrade Santos (010.544.078-78); Paula Joyce de Carvalho Andrade de Almeida (297.997.298-31); Tarcila de Barros Toledo Leite (189.041.148-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 277/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.195/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonia Cunha do Nascimento (132.006.233-49); Daise de Souza Matutino (251.092.355-20); Francisca da Silva Costa (011.856.443-93); Maria Alves Gama (026.612.396-18); Maria Jose Rodrigues Felgueiras (159.340.472-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 278/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.202/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessadas: Hilda Maria Rodrigues (887.544.729-20); Maria Clara Correa Murad (557.814.818-26); Yvonne Leite de Moraes (004.441.559-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 279/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-036.227/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Jose Nina Pinheiro (004.420.893-68); Cilene Leite Nogueira Paz Moraes (186.834.284-00); Maria Rodrigues Chaves (570.014.216-34); Maria de Jesus Barreto de Sena (438.899.214-34); Walkiria Ruiz Martins Pinheiro (024.226.377-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 280/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-036.237/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Juraci de Fatima Moraes (024.558.229-07); Maria Antonieta Santos Korman (014.036.486-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 281/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-036.244/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Sueli da Silva (305.008.181-34); Teresa Lusia Martires Coelho Cativo Rosa (042.103.012-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 282/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.262/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Ana de Souza (924.706.966-15).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 283/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.285/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Dulcinea Gomes Viana (037.740.656-24); Maria Conceicao Queiroz Peixoto (166.904.258-86); Maria das Gracas Silva dos Santos (702.404.851-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 284/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.624/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Irene Conceição Assis (053.229.037-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 285/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.651/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Maria Elisabeth Saraiva Xerez (150.328.333-04); Maria Helena da Conceicao Gomes Franco (086.986.478-55); Maria Luisa Galante Rodrigues da Silveira (031.516.978-87); Maria Lurdes de Araujo Coutinho (265.536.781-20); Vania Valderez Mandarino Lutfalla (195.290.978-32).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 286/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.669/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisco Alves Filho (905.025.745-34); Maria Gerlane Leite de Holanda (112.336.644-68); Maria das Dores Souza da Silva (142.188.794-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 287/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.691/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Peres Ferreira (971.740.338-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 288/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.705/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Belisa Portela de Carvalho (319.084.203-59); Jose Cardoso da Silva (017.956.002-68); Licia Queiroz de Souza (096.737.505-30); Maria Neuma Ferreira Silva Soares (096.523.963-20); Nivalda Rodrigues Costa (758.796.894-68).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 289/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.738/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Odete Gonçalves Aral Gaeta (506.548.961-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 290/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.749/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Olenka Soares Rocha (813.747.630-04); Raquel Sokolovsky (287.076.480-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 291/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.781/2023-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ester Joerke Demberck (078.328.341-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 292/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.785/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Carma de Jesus Albuquerque (227.688.518-17); Iria Soares de Campos Pereira (048.555.468-28); Maria Lazara Aparecida (455.242.031-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 293/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.800/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Mauriza Pinheiro da Silva (253.681.858-63).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 294/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.807/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Raimunda de Freitas Bonfim (503.995.001-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 295/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão (Reversão de Pedro de Jesus Cavalcante) referente às interessadas identificadas no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.471/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessadas: Vania Burger Pires Cavalcante (026.267.017-85); Veronica Burger Pires Cavalcante (014.758.307-18).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 296/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, consignando no processo que a inconsistência relativa à majoração de posto/graduação com base na contribuição indevida de 2 (dois) postos acima não mais subsiste; fazendo-se as determinações sugeridas, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao Comando do Exército e à interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-034.444/2023-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Rita de Cassia Godinho de Brito Marques (259.975.137-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. determinar à AudPessoal para que proceda ao monitoramento das determinações exaradas no Acórdão 5547/2023 - TCU - 2ª Câmara, relator Ministro Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 297/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente à interessada identificada no item 1.1.; bem como fazer a determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-036.417/2021-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Erenir Sardy Silveira (107.752.851-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar à AudPessoal que autue o ato de reversão constante da peça n.º 17 (ato ePessoal n.º 11600/2020), a fim de que se possa analisar a nova concessão à luz dos elementos constantes dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 298/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1. Processo TC-036.620/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Claudia Agra Vieira (010.320.647-73); Ormy de Lima Vasconcelos Vieira da Silva (891.812.637-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 299/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis, bem como encaminhar cópia desta deliberação ao Banco do Brasil S/A e ao Ministério da Fazenda, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.820/2023-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2022)

1.1. Responsáveis: Adelar Valentim Dias (296.062.179-49); Aloisio Macario Ferreira de Souza (540.678.557-53); Ana Paula Teixeira de Sousa (536.875.581-34); Antonio Carlos Wagner Chiarello (956.263.100-10); Antonio Jose Barreto de Araujo Junior (273.163.698-09); Aramis Sá de Andrade (215.819.592-49); Ariosto Antunes Culau (579.835.000-25); Carla Nesi (101.295.868-03); Carlos Alberto Rechelo Neto (262.997.388-39); Carlos Motta dos Santos (933.876.287-49); Daniel Alves Maria (087.747.768-00); Daniela de Avelar Goncalves (858.222.306-44); Debora Cristina Fonseca (352.314.628-37); Eder Luiz Menezes de Faria (626.084.106-00); Eduardo César Pasa (541.035.920-87); Enio Mathias Ferreira (725.078.106-53); Fausto de Andrade Ribeiro (343.530.971-72); Felipe Guimaraes Geissler Prince (036.345.856-50); Francisco Augusto Lassalvia (288.355.918-05); Gerson Eduardo de Oliveira (435.431.620-04); Guilherme Alexandre Rossi (086.692.077-37); Gustavo Garcia Lellis (490.333.011-72); Ieda Aparecida de Moura Cagni (820.132.251-72); Jayme Pinto Junior (604.687.189-15); Joao Carlos de Nobrega Pecego (052.263.938-06); Joao Leocir Dal Rosso Frescura (488.634.670-72); José Ricardo Fagonde Forni (455.261.501-78); João Vagnes de Moura Silva (584.043.411-68); Lena Oliveira de Carvalho (634.710.191-20); Lincoln Moreira Jorge Junior (703.376.671-87); Lucas Pedreira do Couto Ferraz (205.350.278-93); Lucineia Possar (540.309.199-87); Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima (875.177.797-53); Marco Túlio de Oliveira Mendonça (749.403.336-04); Marvio Melo Freitas (692.983.941-87); Neudson Peres de Freitas (936.631.536-49); Paula Sayao Carvalho Araujo (539.989.951-53); Paulo Augusto Ferreira Boucas (652.066.736-68); Paulo Eduardo da Silva Guimarães (075.701.148-92); Paulo Roberto Evangelista de Lima (117.512.661-68); Pedro Bramont (008.472.469-22); Rachel de Oliveira Maia (143.363.438-45); Rafael Cavalcanti de Araujo (025.969.274-38); Renato Luiz Belineti Naegele (308.076.621-00); Renato da Motta Andrade Neto (000.502.921-02); Rodrigo Felippe Afonso (173.173.698-37); Rodrigo Mulinari (801.599.070-04); Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita (285.292.988-02); Sueli Berselli Marinho (659.039.948-49); Thiago Affonso Borsari (305.759.718-19); Thompson Soares Pereira Cesar (995.503.187-53); Tiago Brasil Rocha (251.877.268-54); Walter Eustaquio Ribeiro (067.936.811-68).

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 300/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em levantar o sobrestamento do presente processo para reconhecer a ocorrência de prescrição intercorrente das pretensões punitiva e de ressarcimento, deixando-se de prosseguir com o julgamento das contas dos Srs. Luiz Henrique de Freitas Schnor (CPF 303.633.570-68), Sandro Figueiredo de Oliveira (CPF 596.892.930-87), Sereno Chaise (CPF 055.142.230-00) e Clovis Ilgenfritz da Silva (CPF 002.495.480-20), em relação às irregularidades: a) pagamento de Adicional de Periculosidade sem amparo de laudo técnico pericial; b) inclusão, em edital de licitação, de cláusulas restritivas ao caráter competitivo do certame (reincidência); c) ausência de solicitação de regularidade trabalhista em editais de procedimentos licitatórios; d) não utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) na elaboração de orçamento de obras e serviços de engenharia; e) falta de planejamento e administração precária de insumos de uso corrente, culminando em aquisições por meio de dispensa indevida de licitação (reincidência); f) orçamento de obras com percentuais de PIS, COFINS e ISS incorporados ao BDI, com prejuízo potencial de R$80.872,69 (reincidência); g) ausência de detalhamento referente à composição dos custos unitários dos itens "mobilização" e "desmobilização" de obras; h) realização de pregão na modalidade presencial sem justificativas para a não realização do certame na modalidade eletrônica (reincidência); i) falhas na elaboração de orçamento de serviços licitados e na avaliação da aceitabilidade da proposta vencedora por parte da CGTEE em pregão eletrônico; j) ausência de documentação técnica respaldando o estabelecimento de teor mínimo de óxido de cálcio (CaO) em cal virgem para o processo de dessulfurização de gases; k) inclusão, em edital de pregão presencial, de exigências excessivas de qualificação técnica, restritivas à competitividade do certame por obstruírem a participação de agências de turismo consolidadas (reincidência); l) fracionamento da despesa em processos de dispensa de licitação (reincidência); m) execução de contrato de vigilância armada, sem a devida existência de autorização pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) de aquisição de armas; n) contratação emergencial de serviços regulares, demonstrando falta de planejamento na condução de procedimento licitatório (reincidência); o) celebração de contratos emergenciais sucessivos caracterizando prorrogação indevida (reincidência); p) pagamento de serviços de assistência técnica sem amparo contratual (reincidência); q) contratação de serviço de vigilância patrimonial com percentuais de PIS e Cofins em desacordo com a legislação vigente, acarretando em prejuízo potencial de R$264.536,70; em julgar regulares as contas dos Srs. Valter Luiz Cardeal de Souza (140.678.380-34), Ricardo Spanier Homrich (291.899.260- 72), Mauro Henrique Moreira Sousa (237.341.833-91), Cristian William de Sousa Cunha (634.939.771- 15), Sidney do Lago Junior (145.393.819-20) e Nilton Passos Mendes (393.728.710-87), membros do Conselho de Administração, Celina Maria de Macedo Brinckmann (221.878.040-20), Renato Soares Sacramento (186.131.796-49), Bruno Fabricio Ferreira da Rocha (793.470.021-00), Cláudia Rebello Massa (539.694.211-87) e Rosangela da Silva (610.222.419-15), membros do Conselho Fiscal, dando-lhes quitação plena; encaminhar cópia desta deliberação à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul); e arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.177/2013-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Bruno Fabrício Ferreira da Rocha (793.470.021-00); Celina Maria de Macedo Brinckmann (221.878.040-20); Clovis Ilgenfritz da Silva (002.495.480-20); Cláudia Rebello Massa (539.694.211-87); Cristian William de Sousa Cunha (634.939.771-15); Luiz Henrique de Freitas Schnor (303.633.570-68); Mauro Henrique Moreira Sousa (237.341.833-91); Nilton Passos Mendes (393.728.710-87); Paulo André Argenta (461.827.300-30); Renato Soares Sacramento (186.131.796-49); Ricardo Spanier Homrich (291.899.260-72); Rosângela da Silva (610.222.419-15); Sandro Figueiredo de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Oliveira (596.892.930-87); Sereno Chaise (055.142.230-00); Sidney do Lago Junior (145.393.819-20); Valter Luiz Cardeal de Souza (140.678.380-34).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrosul.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica).

1.6. Representação legal:

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 301/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em levantar o sobrestamento do presente processo para reconhecer a ocorrência de prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória, deixando-se de prosseguir com o julgamento das contas dos responsáveis Luiz Henrique de Freitas Schnor, Sandro Figueiredo de Oliveira, Sereno Chaise e Clovis Ilgenfritz da Silva; julgar regulares as contas dos responsáveis Valter Luiz Cardeal de Souza, Ricardo Spanier Homrich, Mauro Henrique Moreira Sousa, Cristian William de Sousa Cunha e Sidney do Lago Junior, membros do Conselho de Administração, Celina Maria de Macedo Brinckmann, Bruno Fabricio Ferreira da Rocha, Ildo Wilson Grudtner e Rosangela da Silva, membros do Conselho Fiscal, dando-lhes quitação plena; dar ciência desta deliberação à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul); e arquivar os autos, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-046.783/2012-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Bruno Fabrício Ferreira da Rocha (793.470.021-00); Celina Maria de Macedo Brinckmann (221.878.040-20); Clovis Ilgenfritz da Silva (002.495.480-20); Eduardo Antonio Peters (406.611.130-00); Ildo Wilson Grüdtner (375.801.169-87); Luiz Henrique de Freitas Schnor (303.633.570-68); Mauro Henrique Moreira Sousa (237.341.833-91); Ricardo Spanier Homrich (291.899.260-72); Rosângela da Silva (610.222.419-15); Sandro Figueiredo de Oliveira (596.892.930-87); Sereno Chaise (055.142.230-00); Sidney do Lago Junior (145.393.819-20); Valter Luiz Cardeal de Souza (140.678.380-34).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrosul.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica).

1.6. Representação legal: Tereza Rosa Jardim (70805/OAB-RS), Luciana Dalbem da Silva Menezes (55556/OAB-RS) e outros, representando Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrosul.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 302/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 10.001/2023 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão ordinária de 24/10/2023, Ata 37/2023, relativamente ao item "9.1", de modo que onde se lê: (...) "o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir" (...), leia-se: (...) "o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir" (...), mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.858/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Tania da Silva de Mattos (861.807.627-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 1ª Região Militar.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 303/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira e pela Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina; julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.138/2022-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ronaldo Ramos Laranjeira (042.038.438-39); Spdm - Associacao Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina (61.699.567/0001-92).

1.2. Órgão/Entidade: Spdm - Associação Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Juliana Annunziato Campioni (235020/OAB-SP), representando Ronaldo Ramos Laranjeira; Juliana Annunziato Campioni (235020/OAB-SP), representando Spdm - Associação Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 304/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-008.292/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Claudio Fernando Bezerra Melo (361.394.409-04).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 305/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-009.719/2022-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Maria de Oliveira Lucena (002.016.183-20); Paulo Carlos Silva Duarte (096.594.803-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - CE.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Pedro Diogo Duarte Maia (35636/OAB-CE), representando Paulo Carlos Silva Duarte.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 306/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-011.473/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cecilia Cristina Ribeiro de Carvalho (205.797.993-87); Francisco da Silva Ramos (016.918.843-40); Iramar Lima Aragao (032.249.103-72); Roberto Claudio de L Moraes (178.614.703-34).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do Inss - São Luis/MA - Inss/MPS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 307/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-012.086/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luis Eduardo Viana Vieira (665.424.053-72).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Guaramiranga - CE.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Augusto Cesar Rodrigues Viana Ponte (8195/OAB-CE), representando Luis Eduardo Viana Vieira.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 308/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-014.666/2016-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 006.129/2018-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Constantino Orsolin (239.070.960-53); Monterry Montagem de Stands Ltda. (05.848.616/0001-30); Prefeitura Municipal de Canela - RS (88.585.518/0001-85); Vera Rosane Gonçalves Madeira (453.677.520-04); William Leonardo Bohorquez Hurtado (619.503.270-00).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (extinta); Prefeitura Municipal de Canela - RS.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Graziele Scaratti Negruni (101658/OAB-RS) e Luiz Fernando Tomazelli (45660/OAB-RS), representando Prefeitura Municipal de Canela - RS; Graziele Scaratti Negruni (101658/OAB-RS) e Luiz Fernando Tomazelli (45660/OAB-RS), representando Constantino Orsolin.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 309/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-015.336/2023-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Anderson Adauto Pereira (303.069.066-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Uberaba - MG.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 310/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-020.739/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Demetrio Paulo Torres (057.316.744-34); Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte (08.282.865/0001-08); Jader Torres (123.478.504-82); Jose D Arimatea Fernandes (130.667.304-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 311/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-022.184/2023-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adeuvaldo Pereira Jorge (095.367.871-72); Antonio Eustaquio Lopes (186.646.366-72); Ataíde de Oliveira (258.528.506-59); Cláudio Manoel Barreto Vieira (955.957.837-53); Dario Jardim Engenharia e Construção Ltda (25.076.373/0001-77); Dauro Jose de Sa (001.971.491-20); Eneida Coelho Monteiro (462.323.971-34); Humberto Valdez Sardinha (040.130.261-04); Jose Edimar Brito Miranda (011.030.161-72); João Leal Costa Júnior (031.122.331-15); João Lucas Evangelista de Oliveira (208.335.207-68); Karla Martins Coelho (412.870.881-04); Luciano Nogueira Bertazzi Sobrinho (243.194.221-04); Manoel José Pedreira (060.815.681-72); Marco Tulio Aires (467.674.281-91); SC Construtora Ltda (00.858.532/0001-64); Sergio Leao (210.694.921-91); Ubirajara Alves Abbud (002.929.901-20); Vicente Celestino Paes de Castro (130.496.317-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 312/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação à Associação GM de Prestadores de Serviços Artísticos e Culturais (09.381.181/0001-18), exclusivamente, em relação ao recolhimento da multa individual a ela aplicada por meio do item 9.5 do Acórdão 10.875/2020 - TCU - 2ª Câmara, Sessão Telepresencial de 29/09/2020, Ata nº 34/2020, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.273/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 030.468/2022-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.668/2022-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.660/2022-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 028.664/2022-1 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Associação Nacional de Prestadores de Serviços Artísticos e Culturais - Anac (09.381.181/0001-18); Carlos Federico Buonfiglio Dowling (007.941.314-50); Liuba de Medeiros Santos (977.450.064-49); Otto Martins Cabral (025.081.954-64).

1.3. Órgão/Entidade: Órgãos e Entidades Municipais (vinculador).

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Stefano Pessoa Ragonezi (95.444/OAB-MG), Alessandra Isabela Drummond de Alvarenga (65787/OAB-MG) e outros, representando Liuba de Medeiros Santos; Stefano

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Pessoa Ragonezi (95.444/OAB-MG), Alessandra Isabela Drummond de Alvarenga (65787/OAB-MG) e outros, representando Carlos Federico Buonfiglio Dowling.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 313/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-026.931/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Teophilo Barboza Massi (365.306.971-87).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Corguinho - MS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 314/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-031.665/2019-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alexandre Augusto Ferreira de Oliveira (330.949.001-78); Antônio Fernando Guanabarino de Souza (284.903.807-59); Argeo Reginaldo Lorenzoni Filho (208.225.106-34); Carlos Roberto de Oliveira (111.660.457-49); Construtora Aterpa S/A. (17.162.983/0001-65); Ezir Gomes de Souza (096.639.327-91); Jorge Helio Leal (036.028.507-49); Luziel Reginaldo de Souza (337.077.317-15); Renso Luigi Salvador (014.695.097-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

1.6. Representação legal: Christovam Tassar (1535/OAB-ES), Luana Mendes Nunes (20648/OAB-ES) e outros, representando Ezir Gomes de Souza; André Guimarães Cantarino (116021/OAB-MG),

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

representando Carlos Roberto de Oliveira; João Paulo Prates da Silveira Guerra (38.290/OAB-DF), representando Luziel Reginaldo de Souza; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (27154/OAB-DF), representando Construtora Aterpa S/A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 315/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis; bem como informar ao FNDE sobre a necessidade de providenciar a baixa da responsabilidade pelo débito apurado nos autos, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-032.338/2023-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Renato Sarmento de Melo (180.281.598-85).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeirina - PE.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 316/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular; sem prejuízo de dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (ou a unidade administrativa que venha a substituí-lo), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.938/2023-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT (03.439.239/0001-50); Roberto Angelo de Farias (460.924.041-68); Wanderlei Farias Santos (209.592.736-20).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 317/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-040.777/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Drogaria Real Comercio de Medicamentos e Perfumaria Ltda (17.070.288/0001-73); Marcia Wahib Dib (521.673.211-04); Nahla Wahib Elias Dib (280.610.041-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Edilson Rodrigues (39491/OAB-GO), representando Marcia Wahib Dib; Edilson Rodrigues (39.491/OAB-GO), representando Drogaria Real Comercio de Medicamentos e Perfumaria Ltda; Edilson Rodrigues (39491/OAB-GO), representando Nahla Wahib Elias Dib.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 318/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-040.802/2020-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Karlyle Cunha (248.761.431-53).

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Carlos Roberto Lucas Franca (19251/OAB-DF), representando Karlyle Cunha.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 319/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/1992; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 169, inciso V; 234 e 237, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 103 da Resolução TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, sem apreciação quanto ao mérito; adotar as medidas sugeridas pela unidade instrutiva; bem como determinar o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.884/2023-7 (REPRESENTAÇÃO)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Órgão/Entidade: Município de Campina Grande - PB.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. enviar cópia dos autos ao Ministério da Saúde e ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), para conhecimento e eventual adoção das providências sob sua alçada, sendo que os registros sintéticos das providências porventura adotadas devem ser publicados na seção "Transparência e prestação de contas" do sítio oficial do Ministério da Saúde, bem como que os referidos registros devem ser encaminhados à unidade técnica deste Tribunal, por meio eletrônico, por intermédio do sistema Conecta, conforme previsto no art. 106, §4º, inc. II, da Resolução TCU 259/2014, e no art. 9º da Instrução Normativa TCU 84/2020.

ACÓRDÃO Nº 320/2024 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 9.825/2023 - TCU - 2ª Câmara, o qual conheceu da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferiu o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua concessão, e fez determinações no item 1.7 daquela deliberação;

Considerando que não se verifica na deliberação recorrida qualquer prejuízo causado diretamente pelo Tribunal à recorrente, a ensejar seu interesse recursal;

Considerando a proposta da AudRecursos, pelo não conhecimento do recurso, por ausência de legitimidade e de interesse recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 285 e 286, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame a seguir relacionado, e em determinar o arquivamento do processo, após enviar ao recorrente cópia desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade constante da peça 71 dos autos.

1. Processo TC-022.985/2023-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Full Tec Engenharia Ltda (04.855.314/0001-27).
1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc No Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.6. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
1.7. Representação legal: Tatiana Garlando (232858/OAB-SP), Tito Hesketh (72780/OAB-SP), Renata Munhos Torres (400076/OAB-SP), Gabriela Costa Frigo de Carvalho (393681/OAB-SP), Fernanda Hesketh (109524/OAB-SP), Ana Claudia Pires Teixeira (219676/OAB-SP), Alessandra Passos Gotti (154822/OAB-SP), Chadya Taha Mei (212118/OAB-SP) e outros, representando Administração Regional do Sesc No Estado de São Paulo; Luiza de Carvalho Melo (208528/OAB-RJ), representando Full Tec Engenharia Ltda.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 321/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Minas Gerais em favor de José Maria Pereira Lopes.

Considerando que, ao analisar a concessão em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento da parcela judicial denominada "VAN PES ART 5 DEC 95.689/88";

Considerando que, no âmbito do TCU, é pacífico o entendimento de que devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento de certas rubricas judiciais, a exemplo da vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos;

Considerando, entretanto, que no caso dos autos há decisão judicial transitada em julgado em 1/6/2021, nos autos do Processo 13369-59.2011.4.01.3800 (que tramitou no TRF da 1ª Região) impedindo qualquer determinação no sentido de excluir a referida parcela dos proventos do interessado;

Considerando que, nessa situação, incide o comando constante do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023:

Art. 7º Ao apreciar os atos sujeitos a registro, o Tribunal:

(...)

II - considerará ilegais e, excepcionalmente, ordenará o registro dos atos em que tenha sido identificada irregularidade insuscetível de correção pelo órgão ou entidade de origem, em face da existência de decisão judicial apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da AudPessoal e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de reforma emitido em favor de José Maria Pereira Lopes (401.901.026-91), ordenando o respectivo registro, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

b) esclarecer à Universidade Federal de Minas Gerais que o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do interessado, ainda que considerado ilegal pelo TCU, subsiste e se encontra registrado, já que o pagamento da vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, está amparada por decisão judicial transitada em julgado, não se fazendo necessário, portanto, cadastrar novo ato;

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-001.701/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Maria Pereira Lopes (401.901.026-91).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 322/2024 - TCU - 2ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Deise Garcia de Almeida.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando não haver nos autos informações claras sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da AudPessoal e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Deise Garcia de Almeida (391.160.420-34), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-005.604/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Deise Garcia de Almeida (391.160.420-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

1.8. Esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que, no caso de a incorporação de quintos nos proventos da interessada ter se dado por decisão administrativa, não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal enquanto a parcela compensatória constante dos proventos da inativa não tiver sido integralmente absorvida pelos reajustes futuros, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023.

ACÓRDÃO Nº 323/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por 15 (quinze) dias, a partir do término do prazo incialmente concedido, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 9.281/2023-TCU-2ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-006.990/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Yolanda Waldowski Ralha (010.297.178-18).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 324/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir do término do prazo incialmente concedido, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 10.741/2023-TCU-2ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-007.211/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Gimenes Parra (483.773.927-04).
1.2. Entidade: Colégio Pedro II.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 325/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.212/2021-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Debora Aparecida Ataide Ampessan (652.683.509-00); Delio da Silva Barroso (394.892.057-53); Ivan Rosa de Assis (278.325.111-68); Patricio Francisco Veras de Araujo (486.349.724-53); Paulo Sergio dos Santos Luz (084.590.788-33).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 326/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria (e-Pessoal 91.761/2018 - tipo: alteração) emitido pela Câmara dos Deputados em favor de Luiz Roberto Bastos Serejo.

Considerando que no ato em epígrafe, consta o pagamento concomitante de parcela decorrente da incorporação de quintos e da vantagem denominada opção;

Considerando, entretanto, que o ato inicial (Sisac 30073502-04-1995-000043-8) foi apreciado pela legalidade nos autos do TC 018.360/1995-5, contemplando parcela de quintos e a vantagem denominada opção;

Considerando que o ato de alteração, sequencial 1 (Sisac 30073502-04-2005-000051-9), foi apreciado pela legalidade nos autos do TC 019.990/2004-4, igualmente contemplando a parcela de quintos e a vantagem denominada opção;

Considerando que não há como revisar de ofício os referidos atos, não sendo possível excluir a vantagem denominada opção dos proventos do inativo;

Considerando que se aplica ao caso em epígrafe, a determinação contida no subitem 9.2.1.3, do Acórdão 565/2021-TCU-Plenário;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

9.2.1.3. o pagamento da "opção" deverá ser transformado em vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente ao reajuste geral dos servidores públicos federais, no caso dos beneficiários cujos atos de concessão tenham sido julgados legais ou considerados tacitamente registrados pelo TCU há mais de cinco anos;

Considerando que a Câmara dos Deputados reajustou a parcela de quintos do interessado de forma irregular pela Lei 13.323/2016, norma que não se caracteriza como lei geral para essa finalidade;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da AudPessoal e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria (e-Pessoal 91.761/2018) emitido em favor de Luiz Roberto Bastos Serejo (001.890.301-00), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-019.962/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Roberto Bastos Serejo (001.890.301-00).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre as parcelas de VPNI (quintos e décimos), concedidos em virtude da aplicação da Lei 13.323/2016, sujeitando a parcela destacada à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020;

1.7.2. nos termos do subitem 9.2.1.3 do Acórdão 565/2021-TCU-Plenário, transforme a vantagem de "opção" em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, sujeita exclusivamente ao reajuste geral dos servidores públicos federais;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 327/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.147/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edvaldo Santos Silva (093.656.485-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto); Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 328/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria (e-Pessoal 83.375/2019 - tipo: inicial) emitido pela Câmara dos Deputados em favor de Carlos Antônio de Lacerda.

Considerando que o interessado incorporou 2/10 de FC-4 do período 1º/1/1990 a 31/1/1990 (1 mês) e 24/9/2001 a 24/8/2002 (11 meses e 5 dias) e que o cômputo de tempo residual deve ser na fração de 1/10 e o resíduo existente em 10/11/1997 só pode ser contado para décimos até 4/9/2001;

Considerando que a Câmara dos Deputados reajustou a parcela de quintos do interessado de forma irregular pela Lei 13.323/2016, norma que não se caracteriza como lei geral para essa finalidade;

Considerando que, para o ato constante dos presentes autos, foi emitido, inicialmente, um ato no sistema Sisac sob o número 30073502-04-2015-000020-0, que foi disponibilizado ao TCU em 17/4/2015;

Considerando que, a contar de 17/4/2015, o prazo para análise antes de incidir o registro tácito findou em 17/4/2020, situação que enseja o registro tácito do ato em análise;

Considerando que, nessa situação, incide a tese consignada a partir do julgamento do Recurso Extraordinário 636.553/RS, no qual:

O Supremo Tribunal Federal definiu que a fixação do prazo de cinco anos se afigura razoável para que as cortes de contas procedam à análise da legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, após o qual estes serão considerados definitivamente registrados.

Trata-se de prazo ininterrupto, a ser computado a partir da chegada do processo à respectiva corte de contas - ou, como definido pelo Ministro Roberto Barroso durante o julgamento, um verdadeiro período de "cinco anos tout court".

Passado esse prazo sem finalização do processo, o ato restará automaticamente estabilizado. Abre-se, a partir daí, a possibilidade de sua revisão, nos termos do art. 54 da Lei 9.873/1999.

Considerando que, no caso em epígrafe, o ato em questão encontra-se tacitamente registrado, cabendo, em razão do caso concreto, revisão de ofício do referido registro até 17/4/2025;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) consignar, na base de dados do sistema e-Pessoal, a anotação de registro tácito do ato de concessão de aposentadoria (e-Pessoal 83.375/2019) emitido em favor de Carlos Antônio de Lacerda (153.678.511-34), considerando o que restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553;

b) remeter os autos à AudPessoal para que seja iniciada a revisão de ofício do registro tácito consignado na alínea "a" supra;

c) disponibilizar cópia desta deliberação à Câmara dos Deputados.

1. Processo TC-033.163/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Antônio de Lacerda (153.678.511-34).
1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 329/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.048/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Amaro Luiz do Nascimento (374.618.347-20); Anilton Antonelli (290.017.060-53); Antonio Vicente do Nascimento (374.824.165-87); Odilon Vanderlei dos Santos (411.177.350-87); Raquel Fernandes Santos (268.782.401-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 330/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.147/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lucia Maria Oliveira de Castro Vieira (213.814.533-68).

1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 331/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.154/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar de Aguilar (489.238.856-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 332/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.219/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Haroldo Freitas Ritti (453.817.126-34).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 333/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.227/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valeria Maria Lopes Rodrigues Castro (464.402.246-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 334/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.257/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Humberto Ribeiro Neto (026.422.121-49); Paulo Winck (014.554.510-53); Regina Goncalves dos Anjos (561.572.666-00); Zama Luiz Ferreira (037.896.246-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 335/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.311/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Luciano Gandini (054.099.738-28).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 336/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.424/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliana Berdugo (094.165.688-80); Maria Luiza Perussi Cortez (026.435.088-07); Mauro Borba Pinheiro (861.171.578-00); Paulo Issoo Takeushi (011.221.358-82); Regina Helena da Rocha Tavares Saura (075.299.748-31).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 337/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.546/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcedina Maria Barroso Leal (203.691.233-87); Eduardo Ferreira dos Santos Filho (037.297.704-97); Manoel Jose Cabral Moraes (070.181.184-68); Maria Clotilde dos Santos Tenorio e Silva (400.991.214-68); Vangela Maria Torres Nogueira (235.897.364-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 338/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Tarcisio Ferreira Marcal, com a ressalva de que a rubrica judicial foi excluída do contracheque do interessado.

1. Processo TC-034.616/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tarcisio Ferreira Marcal (162.872.823-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 339/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.320/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Venturella Alves (381.866.160-04); Gilson Goes Rodrigues (154.454.532-00); Izaura de Fatima do Amaral Streit (305.997.680-53); Joao Alexandrino dos Santos (004.806.575-72); Lucia Regina Duarte de Sa Simon (737.491.257-91).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 340/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.374/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Schimin (233.238.259-34); Celso Antonio Tirollo (077.749.768-92); Genival Dantas de Santana (199.346.535-91); Luis Jeronimo Mondini (760.049.297-00); Mauricio Souza Seixas (507.901.450-49).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 341/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.406/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Flavio Franco Correa (612.310.027-00); Gilda de Almeida (794.826.867-72); Jose Carlos dos Santos (606.844.887-87); Sergio de Souza (252.708.697-72); Suely de Lucena Andrade (895.566.157-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 342/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.424/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Raimundo da Silva (217.460.365-91); Luciana dos Reis Cardoso Passos (273.014.355-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 343/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.495/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Walderez Faillace Schilling (222.098.080-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 344/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.510/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedita Marta Farias de Oliveira (690.860.604-04); Maria do Socorro Gregorio Dantas (352.279.584-91); Simone Bastos Paiva (407.247.604-82); Simone de Oliveira Beltrao Leite (441.656.764-20); Solange dos Santos (251.674.134-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 345/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.629/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Geralda Felina de Almeida (266.162.621-20); Leila Ramos Mugayar (483.210.871-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cidadania (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 346/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.728/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Messias de Jesus (090.699.092-00).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 347/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.463/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adiron Goncalves Boaventura Junior (295.271.806-78); Daniel Augusto Marcal dos Santos (451.965.166-20); Hibernon Barbosa Filho (149.196.993-87); Pedro Arnaldo de Souza (244.620.206-34); Welton Roberto Nacif (274.112.576-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 348/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.494/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Arnaldo de Albuquerque Araujo (123.938.784-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 349/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.504/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Iraci Santana Soares (063.462.514-49); Rosana Carou Di Stefano (119.213.228-96).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 350/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.883/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Yaponan Leite de Barros (302.021.754-72); Paulo Fernando da Silva (268.362.384-49); Paulo Roberto Lessa Costa (136.934.924-68); Wander Broell Faria (633.893.637-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 351/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.898/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessado: Viviane Louise Andree Nouailhetas (509.806.888-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 352/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.906/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celina Cortes Barcellos (206.733.290-20); Elildo Pena Barros (070.623.542-87); Maria Luiza Licht da Silva (183.296.080-34); Marlete Silva do Nascimento (140.904.220-00); Marlova Terezinha Dannenhauer de Mattos (311.600.260-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 353/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.915/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ernani Veeck (384.845.010-00); Eros Aldo Villela Lepca (479.448.549-20); Gilberto Cruz da Silva (383.683.310-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 354/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.922/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aguinaldo Sergio Mendes dos Santos (041.716.242-15); Carlos Roberto Dias da Silva (264.396.541-87); Maria Celeste Farias Araujo (209.415.015-15); Rui Flexa do Nascimento (151.569.582-49).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 355/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.933/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Edilene Coelho de Carvalho (081.157.964-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 356/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.949/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvio Renato Mascarenhas de Souza (222.358.415-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 357/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.963/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Magda Deziderio (298.752.427-72); Maria Terezinha Souza Santos (357.128.567-00); Nilzilea Barros da Silva (355.727.527-20); Sylvia Maia Costa (465.515.817-49); Zelia Reis Emilio (902.743.937-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 358/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.976/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Orival de Gusmao Nobrega (010.690.508-22); Rosangela Aparecida de Fatima Miletta (050.389.708-69).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 359/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.989/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jandira Alves dos Santos (465.122.681-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 360/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.007/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto de Araujo Alves (748.367.067-34); Marcia Regina Gomes Tavares (540.769.350-04); Maria Luiza Soares da Silva Rolim (119.669.981-04); Rosinei Teixeira de Araujo Pereira (249.962.035-87); Vania Madeira Garcia Menezes (602.846.847-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 361/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.013/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adriana Tavares Brito (607.841.305-82); Auro Pereira da Silva (472.031.101-68); Eraldo Luiz da Rocha (494.780.019-49); Joao Luiz da Silva (702.265.809-97); Leandro Ademar Haddad Camolesi (361.620.271-04).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 362/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.023/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edson de Lima Lucas (688.316.337-91); Evilasio Ribeiro Meireles (091.233.182-87); Joana Darck Barros de Brito (131.677.313-20); Joao Klimasewski de Souza (141.021.611-04); Nazare Carlos da Silva (070.015.252-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 363/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.039/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Astride Maria Arenhardt (462.065.900-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 364/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.046/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Genivaldo Alves de Lira Sobrinho (282.066.904-25); Sergio de Siqueira Miranda (262.980.234-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 365/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.061/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Aparecido Belissimo (044.220.288-12); Ariovaldo Vane Barichello (024.483.738-41); Domiciano de Oliveira Neto (215.994.674-53); Mario Luiz Gama (039.029.408-08); Samuel Marcelino Guedes (427.954.516-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 366/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.078/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Andre Luis Pacheco da Silva (593.723.625-49); Deltonio dos Santos Ferreira (560.379.961-72); Edvaldo Ferreira Santos (013.201.667-25); Luiz Octavio Pereira Amazonas (377.452.635-49); Wharley Dumas Goncalves (726.019.576-20).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 367/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.087/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Angelica Caires Ribeiro (398.441.611-34); Jorge Senatore Vargas Rodrigues (304.650.441-15); Paulo Marcos Antunes Xavier (195.672.516-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 368/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.099/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Humberto de Almeida Garcia (159.729.412-87); Christiane Felisberto Teixeira Vianna (343.900.571-20); Edson de Lima Ferreira (297.133.231-49); Luis Gonzaga de Toledo (017.250.778-25); Vilco de Almeida Ramos (188.524.162-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 369/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.104/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Fernando Fuck (462.059.429-68); Lucia Maria Andrade de Oliveira (969.295.537-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 370/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.116/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eneias Valderio da Silva (876.852.998-87); Francisco Carlos Ribeiro (512.964.547-20); Francisco Eduardo Fernandes (232.762.663-34); Jonadir Valdeti Broseghini (115.652.842-91); Marinaldo Jose Araujo Conceicao (273.636.865-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 371/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.157/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Emerson Carlos Pereira (428.313.779-00); Lamartine Nogueira Frutuoso Guimaraes (618.616.267-20); Walter Miyakawa (066.069.918-46).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 372/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.173/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angelo Bernardo Schulz (530.984.559-34); Edivaldo Vieira de Sousa (484.794.541-72); Marco Aurelio Ferreira Dias (788.356.317-34); Rosangela Abreu Gomes (008.539.287-11); Silvio Sergio Ribeiro (572.067.249-49).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 373/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.182/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Genesio Bernardo Boff (106.698.412-34); Ivan Dias Freire (026.816.504-10); Jose Dias do Carmo (065.749.632-49); Jose Gouveia de Araujo Filho (324.720.134-34); Marcos Suenio Alves da Silva (357.134.884-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 374/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.203/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eliana Sampaio Gomes (338.847.061-87); Jacira Helena do Valle Pereira Assis (466.283.201-20); Maria Auxiliadora Pimenta Junges (357.221.261-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 375/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.216/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adriana de Medeiros Cavalcanti (847.722.207-04); Dulcineia Batista Silveira (413.255.676-04); Eduardo Jose Simao (045.129.388-69); Ercilia Santana Mota (795.280.237-20); Herculano Luiz Rodrigues (153.597.431-15).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 376/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.225/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastiao Celso Pereira (168.248.226-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 377/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.240/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eduardo Alves Marinho (499.212.666-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 378/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.247/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Fontenele Alves (020.420.533-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 379/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1. Processo TC-038.257/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Emanuel Ferreira de Almeida (048.225.938-86); Marcelo Januario da Silva (986.452.856-49); Marcelo Pinto da Costa (000.577.257-56).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 380/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.278/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edson Luiz Rodrigues Cruz (109.544.571-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 381/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.297/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cimar de Oliveira Gebrim (150.678.151-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 382/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.302/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Carlos Rodrigues (051.545.881-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 383/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.319/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida da Silva Laurindo (011.728.528-55).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 384/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.327/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cezar Julio Badini (621.986.107-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 385/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.341/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliane Aparecida Orpheu (076.029.828-94); James Ricachenevsky (211.025.110-72); Leila Regina Guedes (048.125.838-88); Paulo Ricardo Godoy dos Santos (317.259.531-53); Vera Silvia Grama Pompilio Moreno (058.515.008-75).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 386/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.353/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Cristina Vidal Cardoso (133.821.872-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 387/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.359/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisca Pinheiro dos Santos (351.622.871-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 388/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.369/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elza Fatima Matos da Silva (432.190.397-15); Regina Celia Pires do Couto (437.308.257-04); Rita de Cassia Ramalho Gil (412.704.287-72); Rogerio Leite Ribeiro (332.553.187-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 389/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.401/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lais de Oliveira Penido (470.854.281-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 390/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.409/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Paula Oliveira Borges Martins (750.331.606-30); Antonio Ferreira Borges (289.240.966-72); Henri Ford Pereira (481.638.726-91); Neuber Martins Fonseca (448.876.636-68); Sergio Labeca Guerra (266.855.156-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 391/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.423/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Tania Maria Trigo Fernandes (714.642.127-91).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 392/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.433/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Agnaldo Garcia (037.654.488-00); Nivaldo Nascente de Souza (675.363.607-20); Vanderlei Cardoso do Nascimento (660.961.117-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 393/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.441/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo de Barros Alves (095.986.423-72); Natalicio de Nadai (337.071.629-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 394/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.450/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ricardo Sergio Neves de Oliveira (132.954.974-00); Tereza Maria de Assis Santiago (295.180.914-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 395/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.458/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Carlos Fernandes da Rocha (116.286.181-91).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 396/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.474/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Susana Teixeira da Silva (339.725.911-87).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 397/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.493/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Terezinha da Silva (115.102.261-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 398/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.544/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Corsino Raposo Castelo Branco (337.907.873-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 399/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.550/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Alcides Mesquita Lara (280.010.106-78); Maria Lucia Barbosa Pinto (559.099.496-91); Rodrigo Vicente Bayao Toffolo (241.958.806-10).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 400/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.570/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edson Candido do Rosario (392.181.719-68); Pedro Pereira da Costa (235.440.405-06); Rogerio Adami (402.166.320-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 401/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.600/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Arthur Vieira da Silva (855.787.627-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 402/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-043.765/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mauro Polizer (727.242.858-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 403/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal constantes da lista de atos 21/2023, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.246/2023-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abimael Aquino Rego Filho (009.512.111-02); Abner Morais de Lima (415.828.828-27); Abrao de Sousa (485.775.101-15); Adilson Tamanqueira Leao (524.267.422-91); Adilson de Jesus Sousa (034.956.927-46); Admar Frank Queiroz Furtado (016.132.572-60); Adonismar de Souza Anacleto (034.804.937-42); Adriana Moreira de Souza Soares (076.731.737-86); Adriana Vieira da Silveira (000.456.450-27); Adriano Alonso da Silva Santos (338.523.878-17); Adriano Rosa de Miranda (339.266.098-18); Adrielle Vanessa Melero (327.378.578-05); Aglailson Barbosa da Silva Junior (008.513.974-25); Agnaldo Pereira da Invencao (291.002.698-16); Ailson Rubens de Jesus Silva (023.715.043-35); Ailson das Dores (939.576.107-53); Ailton Gualande Junior (143.746.547-12); Alan Barros Bitar (329.788.981-00); Aldenora Laisa Paiva de Carvalho Cordeiro (006.300.131-44); Alessandra Gomes Leite (321.438.368-05); Alessandra Vaz Kisner (001.106.820-50); Alessandro Faria do Nascimento (060.314.897-24); Alessandro Jose Dias Martins (145.561.446-71); Alessandro de Almeida Pereira (839.564.840-53); Alex Cesario (304.566.258-79); Alex da Silva Martire (305.315.158-85); Alexandra Begueristain da Silva (974.739.010-87); Alexandre Amaranto da Silva Almeida (323.559.318-79); Alexandre Gomes da Costa (001.960.790-39); Alexandre Jose Izoton Alves (080.999.587-56); Alexssandro de Souza Pereira (046.935.183-79); Alice Matos de Pina (121.626.787-13); Alice Rodrigues de Oliveira (024.940.531-88); Aline Barros Pereira de Araujo Sansao (083.887.207-75); Aline Enomoto Velame (100.325.577-95); Aline Fernanda Zanini (305.650.368-07); Aline Nardes dos Santos (022.337.420-28); Alisson Machado (022.247.000-32); Allan Jefferson Gomes Sampaio (079.782.034-50); Allan Sales de Sousa (035.756.271-26); Alone Oliveira Borges (083.340.067-30); Amanda Costa Silva (704.285.394-67); Amanda Cristina Maschio Pires (351.758.388-06); Amanda Figueira de Castro Leal (623.582.782-20); Amanda Lemos Pereira (764.230.002-63); Ana Carolina Maia Ferreira (016.442.766-07); Ana Caroline de Santana Cabral (080.106.664-67); Ana Clara Carbello Campanha (349.485.938-85); Ana Claudia Lima Ramos Cunha (008.236.182-77); Ana Flavia Alves Fernandes (050.476.345-82); Ana Flora Figueira de Sousa (786.936.592-00); Ana Laura dos Santos Sachete (000.869.630-66); Ana Paula Albani Nalesso (055.914.547-04); Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa (606.300.653-22); Ana Virginia da Costa Araujo (002.850.973-00); Anderson Almeida Firmino (090.129.834-44); Anderson Scardini Borel (081.290.717-54); Anderson da Veiga Barbosa (024.363.640-79); Andre Avelino da Silva Neto (012.666.962-70); Andre Bueloni Livio (088.071.517-07); Andre Codeco dos Santos (090.301.757-10); Andre Fiori Patricio (282.577.758-78); Andre Luis Fontenele Alexandrino (936.013.792-87); Andre Luis Silva Barbosa (054.903.364-55); Andre Luis Stefanello (002.838.790-25); Andre Luis Turina (113.431.958-45); Andre Luiz Rocha (154.841.018-75); Andre Luiz da Cunha Alves (058.537.667-08); Andre Miranda Repolho (029.251.492-19); Andre Ricardo Petrus Ferreira (997.128.143-00); Andre Vinicius Azevedo Borgatto (181.519.268-21); Andrea Alves de Moraes (954.342.595-72); Andrea Soares Passos Ribeiro (132.171.978-79); Andreia Rodrigues Cancilieri (283.263.868-63); Andreia Silva de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Oliveira (019.174.840-46); Ane Elise Branco Pavanatto (019.626.380-81); Anelise Christ Ribeiro (003.943.570-94); Angela Schwarz Seiryu Rocha (024.687.029-05); Angela Souza Rodrigues (010.167.820-71); Angela de Andrade Rocumback (217.403.438-75); Angelica Cristina de Oliveira Martins (305.709.698-08); Angelica Kaefer (002.643.320-67); Angelita Manke Barcellos (020.856.490-09); Angelita Tatiane Silva dos Santos Perin (501.088.910-20); Anna Beatriz de Araujo Serra (380.295.498-06); Anna Maria Siebel (010.194.030-04); Annaliza Carvalho Meneguelli de Souza (102.640.727-31); Antonio Bartolini Coutinho (005.235.447-40); Antonio Marcilio Soares (043.797.957-13); Antonio Marcos Candido (017.344.767-88); Antonio Marcos da Silva (145.880.238-88); Antonio Melquides Almeida de Araujo (014.964.642-90); Antonio Victor Alencar Lundgren (099.140.084-45); Antonio Wilson Velasco Castro (880.926.152-68); Arabela Vieira dos Santos Silva e Franco (921.656.486-53); Ariana Nadia Lemes Marcelino (082.468.699-30); Ariane Lorensen Andrade Bastos (947.706.112-34); Ariane Simioni (006.160.900-56); Ariany Teixeira da Motta Nichetti (113.368.137-92); Aricia Fernandes Alves da Silva (081.264.744-08); Arielle Goncalves Vieira (022.623.301-40); Arthur Joao do Nascimento Correa (002.908.532-22); Arthur Pereira Santos (124.647.157-43); Artur Santos Miranda (114.074.726-66); Augusto Everton Dias Castro (033.026.923-23); Aurelides Nascimento Silva (089.058.847-33); Aureo Vinicius Assis Pereira Junior (044.393.931-44); Bernardo Casanova da Silva (746.738.152-20); Bernardo de Alcantara Zell Costa (787.717.902-25); Bianca Dias Santos Gomes (453.091.788-64); Bibiano Madrid da Silva (002.885.180-39); Brenda Senna Guimaraes Ribeiro (099.677.146-89); Breno Cesar Botelho Cardoso (985.818.992-34); Breno Henrique Soares Lopes (027.541.361-69); Bruna Gabrieli Morais da Silva Thorpe (095.420.534-01); Bruna Silva de Farias (023.596.450-64); Bruna Simoes de Miranda (107.688.974-32); Brunno Machado Barbosa (132.096.197-51); Bruno Anthony Marinho Mariano de Almeida (754.900.561-34); Bruno Antonio de Paiva Ferreira (022.000.241-00); Bruno Cesar Nunes Gomes (095.240.839-22); Bruno Daniel Bortoleto (372.837.678-78); Bruno Guimaraes do Rosario (100.444.497-47); Bruno Henrique Machado (365.383.308-60); Bruno Leal Viveiros Vieira (185.586.677-30); Bruno Luiz Avelino Cardoso (009.421.693-28); Bruno Mendes Medeiros (052.810.967-70); Bruno Mendes da Silva Neto (086.137.637-40); Bruno Millere Pansiere (137.862.097-66); Bruno Pereira de Souza (006.861.545-09); Bruno Rodrigues Russo (022.199.492-06); Bruno de Almeida Dias (074.475.106-37); Caline Mendes de Araujo (065.606.654-70); Camila Juliano Salvador Rodrigues (004.241.660-46); Camila Libanori Bernardino (378.050.658-02); Camila Silva de Abreu (015.818.965-57); Carine Gurunga de Matos (041.832.705-02); Carla Roberta de Souza Mattos (218.014.278-10); Carlos Alberto Seifert Junior (068.088.769-59); Carlos Alberto Seifert Junior (068.088.769-59); Carlos Alberto Tomatis Loth (008.575.120-05); Carlos Alberto de Oliveira Junior (724.526.412-00); Carlos Augusto Barros Nascimento (655.811.563-87); Carlos Henrique Hernandorena Viegas (017.216.530-07); Carlos Tadeu Bonfim (307.060.328-96); Carolina Cavalcanti Falcao (042.386.454-80); Carolina Grillo Pereira (081.655.707-14); Carolina Nunes Liberal (044.120.124-50); Carolina Reinbrecht Bernini (015.947.620-82); Catherine Costa Oliveira da Silva (129.703.077-07); Cecilia Telma Alves Pontes de Queiroz (639.312.574-87); Cesar Amadeu Camileti Grillo (080.271.087-56); Charles de Ornelas Brum (921.843.320-20); Cibelle Christine Brito Ferreira (038.150.711-43); Cintia Corte Real Rodrigues (014.581.210-38); Cintia da Conceicao Goncalves (029.047.576-78); Clarissa Resende Correa (018.498.860-83); Claudia Cesar Batista Juliao (073.827.544-13); Claudia Loureiro Kunsch (081.089.367-30); Claudio Alexssandro Barbosa dos Passos Bisof (302.775.488-29); Claudio Cezar de Franca (116.911.148-39); Claudio Compiani (901.962.368-00); Claudio Dias dos Santos (078.745.927-51); Claudio Eduardo Oliveira (794.009.221-91); Clelio Ricardo Tavares Junior (121.229.168-93); Cleudison Gabriel Nascimento da Silva (006.014.452-10); Cleusa Vogel Ely (016.591.280-48); Cristiane Leite da Mota Almeida (104.109.208-35); Cristiane Rodrigues Magalhaes (093.661.087-50); Cristiano Campelo Sodre (094.031.817-29); Cristina Paludo Santos (703.428.900-00); Cristina Stenert Maltchik Garcia (934.646.570-00); Daniel Carvalho Cisneiros Silva (089.707.244-86); Daniel Goncalves da Silva (293.794.968-18); Daniel Pinheiro Caetano Damasceno (101.339.997-85); Daniel Rosado Cabral Rubira (337.502.508-47); Daniel Willemam Trindade (147.565.577-08); Daniela da Silva Dias (094.514.307-92); Daniela da Silva Viana (092.460.994-00); Danieli Veleda Moura (982.353.030-00); Daniell Soares Cavalcanti Vieira (008.245.082-03); Danielle Dutra Neitzel

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(099.724.747-98); Danilo Andrade Borges (002.470.941-70); Danilo Barreto Filho (011.167.530-81); Danilo Costa Luiz (008.770.435-82); Danilo Ferreira Maia (068.707.536-01); Darlan Silveira Marum (089.132.596-48); Davi Goncalves Simoes (082.708.021-23); David Barros de Oliveira Junior (958.107.142-34); Debora Clarisse Paiva Silva (064.581.534-90); Debora Louzada de Araujo Baldassini (832.205.267-72); Debora Marilia Hauenstein (026.909.970-02); Debora Mascarenhas Bielohoubek (326.379.338-10); Debora Oliveira Antunha Garcia (400.927.898-62); Debora Pez Jaeschke (021.305.100-19); Debora Piovesan de Moraes (036.932.920-19); Deciane Pintanela de Carvalho (023.168.100-39); Demetrius Goncalves Aguiar (081.921.367-52); Denis Alves Nogueira (074.196.627-11); Denise Maues de Oliveira Lobato (731.210.102-04); Denise Meller Losekann (025.676.540-54); Desiree D Avila dos Santos (082.709.867-71); Deveson Bueno Dias (009.616.277-51); Diago Felipe de Barros Coutinho (098.274.064-69); Diego Crespo Diogo (126.052.177-01); Diego Franco Oliveira (393.341.218-82); Diego Pontes Goncalves (130.680.437-00); Diego da Costa Vitorino (288.818.338-24); Dimas de Paula Ferreira (127.303.507-05); Diogenildo Gripp Diogo (756.937.557-20); Diogo Ferreira da Silva (132.574.187-60); Disraelli Baia da Silva (678.057.522-49); Djonathan Castelo Eronides de Lima (700.194.452-10); Douglas Frankilim (326.172.058-19); Douglas Jesus de Souza (365.417.978-97); Douglas Nunes Oliveira (417.329.988-50); Ed Carlos do Carmo Dias (260.904.038-57); Ederson Bosque Dias (011.031.265-12); Ediana dos Santos Silva (015.478.982-83); Edilene Batista Santos (912.732.007-30); Edileusa Maria Luciano (255.784.108-04); Edmar Pinho Carpes (416.915.557-20); Edsergio Mafra de Castro (893.308.202-63); Edson Nascimento do Prado (262.203.808-94); Edson Uilham de Castro Araujo (011.700.790-08); Edson da Rocha e Silva (687.517.882-68); Eduardo Ribeiro Albuquerque (009.218.220-81); Eduardo Siqueira Fernandes (053.675.546-95); Eduardo de Barros Coelho Bicca (950.417.530-91); Edymar Patryk Madureira (052.700.526-60); Elaine Borges da Silva Sueth (103.342.507-90); Elaine Cristina Pereira (323.141.868-26); Elaine Cristina Rodrigues Aguiar (951.977.531-53); Elaine Leite Costa (447.788.641-15); Eliakim Francisco Alcantara dos Santos (026.058.823-73); Eliane Aparecida Rotili (930.357.800-72); Elias Ad Vincula Almeida (928.950.772-15); Elias Evangelista Gomes (062.623.406-96); Elidiane de Santana Soares (528.142.202-25); Eliseu Goncalves de Souza (121.800.668-48); Elizabeth Matos Ribeiro (055.024.837-46); Elizama do Nascimento Oliveira Campos (114.002.237-76); Elton Jorge Rosa Nascimento (997.458.792-15); Emanuela Suassuna de Araujo (086.124.454-00); Emerson Leon Alves Pacheco (030.408.961-30); Emerson Tadeu Bento (355.199.288-60); Emilene Rita Pimentel da Silva Pereira (075.989.346-22); Emille Christie Santana Gomes (057.322.421-80); Eric Komiyama Aoki (359.466.238-18); Erielem Araujo do Nascimento (095.425.224-10); Estela Mari Santos Simoes da Silva (025.382.440-05); Evandro Eduardo Rangel Fernandes (084.950.707-31); Evandro Jose Pinho da Silva (175.496.472-91); Evandro Sarrazin da Costa (692.681.342-68); Evanou Sousa de Queiroz (051.580.713-30); Evellyn Cristina Alcantara Leal (436.300.948-99); Everton Cairo Lima Dias (022.968.812-89); Everton dos Santos Pinheiro (515.034.412-53); Fabiana Bugs Antocheviz (012.031.030-93); Fabiana Gimenez Leme Navarro (311.257.378-16); Fabio Almeida Morais (957.804.590-53); Fabio Beraldo Fernandes (019.629.882-28); Fabio Rodrigues (056.783.009-89); Fabiola Damasceno de Lourdes (161.607.157-55); Fabiula Damascena Luz Cardoso (007.551.132-09); Fabricio Deuzeman Pereira de Souza (066.849.994-00); Felipe Franz Wienke (004.011.950-58); Felipe Froz Martins (007.148.042-07); Felipe Nobrega Ferreira (012.534.630-18); Felipe Rodrigues do Amaral (446.766.878-00); Felipe da Costa de Lorenzi (018.714.560-10); Fernanda Araujo Pimentel Peres (962.322.770-15); Fernanda Campos Alencar Oldoni (067.508.714-70); Fernanda Falquer da Silva Gomes (055.277.317-43); Fernanda Oliveira da Silva (166.397.177-35); Fernanda Ortins Silva (052.135.996-13); Fernanda Patricia Pontes (092.249.407-06); Fernanda Saccomori (019.290.730-11); Fernanda Tarouco Goncalves (028.661.810-93); Fernanda Valeria Martanenco (212.481.168-10); Fernando Aparecido Marques (336.921.508-06); Fernando Entringer Moreira (108.187.777-45); Fernando Fernandes Giacomini (899.536.220-00); Fernando Ferreira da Silva (033.983.591-59); Fernando Francisco Moreira Lima (135.196.328-70); Fernando Rodrigo Pontes (098.355.277-09); Fernando de Luiz Brito Vianna (142.547.798-44); Fillipi Ribeiro Rocha (101.602.457-61); Flaudil Alves da Rocha Conceicao (945.696.812-04); Flavia Saracol Vignol (714.920.700-68); Flavia de Faria Calvo Moreira (370.194.698-17); Flavio Domingos (036.465.737-59); Flavio Marcilio Moura da Cruz (034.293.911-48); Franciele Rusch Konig (027.000.010-01); Franciney dos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Santos Alves (019.808.092-16); Francione Rodrigues Pinheiro Pereira (012.320.521-24); Francisco Erilson Freire de Oliveira (028.622.023-71); Francisco Gilberto Alencar Coelho (639.333.573-49); Francisco Jose da Luz (015.265.733-93); Francisco Samuel Oliveira Silva (027.553.022-16); Francislanne Sepulveda de Souza (094.548.917-07); Francivan Souza Brito (026.524.272-02); Frederico Guerreiro Martins Gouveia (343.119.748-50); Frederico Muylaert Margem (053.693.667-64); Fredson Leal de Castro Carvalho (048.216.401-80); Gabriel Antonio Ribeiro Souza (059.420.181-03); Gabriel Felipe Santana da Silva (086.619.754-09); Gabriel Luan Paixao Mota (054.557.683-01); Gabriela Cruz Aguiar (125.321.547-21); Gabriela Farias da Silva (809.435.940-49); Gabriella Duarte Soares Vieira (017.533.842-65); Gean Xavier Prates (303.453.878-21); Geiser Chalco Challco (233.285.598-09); Geniel Clebio Dias Castro (029.159.451-44); Geoge Carlos Vieira da Silva (099.221.824-16); George Allinsson Leite Silva Vilela (015.844.572-44); Geraldo Jose Pecanha Mothe (070.105.027-65); Germano Ehlert Pollnow (031.008.460-10); Gerry Adriano Monte (090.086.258-06); Gerson da Silva Nogueira Junior (657.921.222-53); Gidiani de Lima Ferreira (095.701.997-17); Gilmar Lino de Souza (759.228.436-72); Gisele Schlotefeldt Siniak (013.134.000-09); Giselle Ferreira Borges (124.311.157-71); Gisleine Aparecida da Silva (132.839.308-99); Giuliana Maria de Souza Andrade (027.474.984-09); Glauber Matteis Gadelha (265.589.778-18); Glinia Cardoso Nascimento (651.474.303-00); Greison Moreira de Souza (037.172.071-05); Guilherme Nunes Lucena (021.675.981-14); Gustavo Castanheira Borges de Oliveira (120.363.356-40); Gustavo Freire Borges (351.464.478-02); Gustavo Gomes Siqueira da Rocha (119.742.537-32); Gustavo Henrique Carretero (318.021.818-57); Gustavo Loureiro Herzog (098.709.127-10); Handyara Aparecida Soares da Rocha (105.871.137-74); Healley Ardasse Monteiro (596.467.802-53); Hebert Jose de Jesus (053.205.367-20); Helder Noze de Barros (389.169.348-69); Helenilson de Oliveira Francelino (049.941.443-89); Henrique Engelhardt (105.429.037-76); Henrique Patriota Alves (071.447.564-51); Henrique da Silva Sales Vaz Pinto (368.797.368-90); Herlon Rodrigues Elias (090.953.317-25); Hernandes Moraes de Abreu (061.903.511-07); Heronilton Mendes de Lira (022.959.804-88); Heruza Einsfeld Zogbi (000.590.860-41); Hingerweiss Vieira do Nascimento (099.298.967-16); Hyllo Tallyno Gomes Silveira (067.848.214-40); Igor Prado Borges de Oliveira (029.044.103-09); Ingrid Furtado Raiol (974.134.292-68); Iolanda Aparecida de Morais (128.181.588-85); Isabel Dianes dos Santos (114.783.474-14); Isabel Joana Bottamedi Nunes (066.693.819-99); Isabel de Amorim Castro (015.352.832-03); Isabele Batista Mitozo (010.379.363-10); Ismael Francisco de Lima da Silva (325.241.058-30); Ismael Miranda Alves (015.366.113-52); Ithana Grasciela Macedo Barbosa (021.275.595-17); Ivanei Silva Leal (944.986.015-72); Izabel Cristina da Rosa (590.631.060-68); Izanna Silva Cardoso Dutra (149.703.947-92); Jacqueline Lyra Ropke (073.446.237-90); Jamerson Costa da Silva (097.914.174-58); James Xavier dos Santos (084.676.324-96); Jamilla Monteiro Sarkis (104.393.526-65); Jana Rossato Goncalves (833.626.300-49); Janete Teresinha Reis (934.736.480-00); Janie Kiszewski Pacheco (486.866.700-91); Janilson Pereira Trarbach (019.972.337-03); Jaqueline Pereira da Silva (052.424.434-05); Jasmine Andrade Sanz (144.570.847-78); Jefferson Goncalves de Amorim (074.645.644-13); Jefferson Rocha da Silva (022.328.281-23); Jeiel Sousa Brito (062.674.633-70); Jessica Maria Grassi (033.868.290-23); Jessica Mirim de Zoppa Bertelli (394.230.138-56); Jessica Souza Fagundes (029.026.850-84); Jhulyan Bueno Gabriel de Andrade (125.290.987-00); Joabe Cardoso Nunes da Silva (056.831.341-02); Joabe da Silva Costa (001.567.992-60); Joana Fernandes de Almeida e Silva (026.544.341-50); Joao Arnaldo Carvalho (071.363.648-33); Joao Bosco Buzatto Santos (970.384.827-34); Joao Carlos Centurion Rodrigues Cabral (014.865.320-04); Joao Carlos Moreno de Sousa (028.612.961-27); Joao Gabriel Alves da Costa (600.175.333-41); Joao Henrique Franca Junior (103.093.127-52); Joao Henrique Galvao (221.660.348-10); Joao Marcos Rodrigues Carvalho (008.380.132-44); Joao Navarro Neto (339.891.628-70); Joao Paullo Sousa Aragao (073.759.154-40); Joao Paulo Brito Dias (111.309.497-45); Joao Paulo Silva de Miranda Limenzo (055.448.717-95); Joao Paulo de Oliveira Santos (101.465.604-42); Joao Victor Caixeta Primo (019.350.476-63); Joel Araujo Machado (734.581.802-06); Joel Everton Souza Sacramento (992.459.732-04); Joemar Dessaune Filho (071.978.077-27); Joice Chaves Marques (011.603.090-94); Joice Cristina Goulart Ventura de Barros (403.454.478-32); Jorcy de Oliveira Filho (727.426.157-68); Jordana Gabriela Fernandes (080.429.256-62); Jordane Fernandes Alves (814.597.180-20); Jorge Luis Costa Junior (080.933.107-11); Jorge Luiz Lacerda de Queiroz (013.358.174-84); Jorge Luiz Saes Bandeira (282.238.960-87); Jorge

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Saturnino de Souza (308.164.242-68); Joscineia Kelli Clippel Suano (075.202.087-02); Jose Arilton Lima Junior (080.387.097-30); Jose Costa Pantoja (950.256.182-15); Jose Dorval Goncalves Filho (261.209.170-04); Jose Maria Loureiro de Castro (621.167.547-04); Jose Ribamar de Souza Junior (938.839.942-00); Jose Roberto Lopes da Silva (010.383.094-41); Jose Tavares de Araujo Filho (017.010.693-42); Jose Welington Nunes de Sousa (014.201.803-12); Jose de Arimateia Alves Vieira Filho (023.839.493-02); Jose de Ribamar Silva Oliveira (125.595.203-20); Joseane Pereira Prado (598.998.835-49); Josef de Aquino Peruck (054.525.599-65); Josefa Tamires Carvalho Teles (030.552.455-04); Joselda Viana dos Santos (069.171.627-79); Josineia Fabres (085.270.797-55); Jovana Andrade Leal Moreira (699.788.911-53); Julia Trugilio Lopes (038.199.973-42); Juliana Calage Quevedo (018.225.850-58); Juliana Chagas Ribeiro (103.883.847-94); Juliana Ferreira da Silva (014.453.580-77); Juliana Maria de Paula (995.989.221-20); Juliana Tomie Neres Iwashita Piona (011.789.301-30); Juliana de Almeida Costa (121.118.547-86); Juliane Farias Medeiros (030.903.480-98); Juliane de Barros Coutinho (109.945.024-19); Julianna de Lourdes Santos da Trindade (051.257.894-02); Juliano Antonio Fernandes de Luna (056.859.844-05); Juliano Carvalho Ramos (343.430.428-20); Juliano dos Santos Becho (085.823.986-89); Karen Cristina Montrezol (035.099.099-92); Karine Aparecida Peixoto Ferraz (071.318.086-28); Karine Paula Reichert (025.061.170-83); Karinne Wendy Santos de Menezes (603.863.353-70); Katrinne Tavares Ferreira (014.662.782-26); Kellen Kiara Barros Milhomens (015.193.901-22); Laercio de Jesus Goncalves (076.260.907-99); Lais Brito Cangussu (101.889.506-05); Larine Kupski (017.766.310-30); Laudimar Jose dos Santos Luciano (075.912.797-26); Lauren Zambom Carioca Fabri (055.468.567-18); Lauro Gomes (018.804.180-02); Lauro Miranda Demenech (003.676.930-46); Layany Furtado Barros (051.970.781-89); Lazaro Souza Santos (828.061.100-25); Leandro Jose de Andrade Filho (447.477.758-11); Leandro Jose de Oliveira Boaventura (042.564.076-00); Leandro Pedrini Seschini (098.790.107-95); Leandro Ribeiro do Amaral (337.134.048-10); Leandro Takeo Koga (370.074.358-07); Leandro de Paula Dantas (089.753.246-56); Leila Aparecida Pereira Cabral Guimaraes da Fonseca (017.437.627-80); Leonardo Barreto Gomes (090.204.377-39); Leonardo Jose da Costa (286.955.988-70); Leonardo Maciel Faisca (133.928.097-30); Leonardo Nascimento Rodrigues (109.273.257-80); Leonardo Oliveira Silva (004.911.801-36); Leonardo Regazzo Lopes Garcia (365.929.398-93); Leonardo Sanchez Leao de Oliveira (000.075.582-60); Leonel dos Santos Silveira (000.610.960-83); Leticia Abade Araujo Vieira (070.977.386-26); Leticia Yun Ho (394.095.028-96); Leticia da Costa e Silva (727.801.262-72); Lidiane da Silveira Coelho (400.121.698-11); Lilha Maria Barbosa dos Santos (124.277.447-51); Lilian Alves Schmitt (019.789.200-08); Lilian Cristina Rezende (025.542.276-83); Lilian Panachuk de Sa (039.888.386-67); Liliana Vignoli de Salvo Souza (840.764.377-72); Lillian Goncalves Baptista (017.209.330-90); Liria Lis Cabral (367.979.818-08); Livia Linhares de Brito (827.796.601-63); Livia Tiemi Yahagi Rego Goncalves (991.036.132-91); Loulou Hibrahim Elias (539.926.366-15); Lourival Rodrigo Vilas Boas Sanches Sanches (268.145.848-08); Luan Estrela Pietro (406.334.448-71); Luana Carvalho Batista (117.600.097-76); Luana Vetori dos Santos (329.476.288-70); Lucas Goncalves Ramos (058.234.877-38); Lucas Machado dos Santos (308.895.428-80); Lucas Martinelli (409.934.538-64); Lucas Silva Figueiredo (047.529.214-64); Luciana de Paula Lima Gazzola (025.991.266-22); Luciane Janice Venturini da Silva (819.768.280-15); Luciano Fernandes de Magalhaes (095.793.056-92); Luciano Lopes da Silva (013.794.030-06); Luciano Pereira dos Santos Junior (107.842.554-07); Luis Eduardo Martins (127.889.408-07); Luis Eduardo Vieira Pinto (342.000.168-18); Luis Fernando Fernandes Pimentel (770.488.147-72); Luis Gustavo Lopes (090.209.197-25); Luis Gustavo Rosadas Campos (080.045.697-14); Luis Henrique da Costa Bezerra (149.481.978-31); Luiz Antonio Amaral Leitao (004.215.601-77); Luiz Eduardo Granado Cardoso (155.209.857-58); Luiz Felipe Vaz Ferry (043.729.241-00); Luiz Henrique Jorge Machado (013.272.766-82); Luiz Phillipe Mota Pessanha (129.356.077-40); Luiz Raimundo Campos da Silva e Cunha Junior (518.058.042-00); Luiz Ricardo Ferreira Alves (079.403.256-71); Luiza Fernandes Neto (145.489.377-06); Lumara Maria Antonio (053.801.233-17); Lunalva Aurelio Pedroso Sallet (911.786.810-68); Magno Luiz Tavares Bessa (114.526.807-28); Maicon Teles do Amaral (001.764.810-60); Maira Nunes Piveta (026.644.940-90); Mairon Subtil de Faria Moneche (116.865.487-45); Manoel Verissimo de Souza (032.723.358-38); Marcelo Alves de Souza (073.807.956-19); Marcelo Antonio da Versa (021.562.249-94); Marcelo Augusto Assuncao Chagas

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(740.459.032-91); Marcelo Felipe Alves do Nascimento (055.701.347-00); Marcelo Geraldo Alves Junior (071.220.656-69); Marcelo Kenji Toriyama (116.912.188-80); Marcelo Monteiro de Souza (056.966.547-70); Marcelo Paixao Miranda (008.258.572-52); Marcelo Soares Abreu Lopez (088.225.674-20); Marcelo Vidigal Rocha (002.933.297-45); Marcio Silva de Souza (442.882.392-49); Marconis Mauro Bridi (008.044.947-62); Marcony Messias Soares de Carvalho (031.078.191-40); Marcos Alexandre Queiroz (691.225.207-91); Marcos Andre Mendes da Silva (034.664.039-36); Marcos Antonio Lorenzetti (823.580.287-20); Marcos Florencio Marques (089.514.164-70); Marcos George Magalhaes Moreno Filho (080.008.134-08); Marcos Mesquita Damasceno (080.529.736-78); Marcos Venicios Correa de Sousa (003.411.122-08); Marcos Vinicius Pizzuti Nascimento (006.008.940-70); Marcus Vinicius Oliveira Carvalho (027.976.303-43); Marcus Vinicius Silva Leite (021.598.117-00); Marcus Vinicius da Gama Marques (593.672.452-20); Maria Dolores Raimundo Oliveira (155.585.158-48); Maria Gabriela da Conceicao (048.551.094-44); Maria Geiciane Mota Teixeira (026.577.613-99); Maria Helena Pinheiro (263.917.588-24); Maria Rachel Luiz Freitas Rangel (137.348.687-26); Maria de Jesus Alves da Costa (027.928.083-14); Mariana Freitas Silva (118.210.746-02); Mariana Lima Garcia (009.681.830-18); Mariele da Silva Hernandez (035.391.190-94); Marina Gris da Silva (026.738.300-22); Marina Pereira Penteado (011.338.140-93); Marina Soares Mota (019.806.630-92); Mario Afonso Gomes da Silva (016.853.342-10); Mario Roberto Bonzano Comper (027.759.107-42); Marlon Thiago Franca Lima (015.872.672-33); Martha Melo Carvalho (007.301.941-08); Mateus Henrique Rocha (283.996.268-30); Mateus Melo da Silva (047.485.265-21); Matheus Felipe Fonseca Goncalves (101.838.116-31); Matheus Gularte Tavares (026.812.030-74); Matheus Junker Assumpcao (403.080.728-39); Matheus Rodrigues Arruda (160.457.227-28); Mauri Pereira da Silva (084.096.114-65); Mauricio Coelho Vilarinho (090.844.737-01); Mauricio Dias Schneider (016.471.420-08); Mauricio Ottoni Santana (077.670.107-08); Mauricio Ricardo de Melo Cogo (007.191.470-69); Mauricio Shimabukuro (333.360.928-25); Mauro Buemo Pozzobom (009.803.430-89); Mauro Cezar Freitas Moi (845.654.032-34); Melisandra das Gracas Martins (678.681.692-49); Mercia Helena da Silva Leite (094.026.884-12); Michael Gomes Fontes (089.721.697-06); Michael Guedes da Silva (056.593.254-32); Michelle da Silveira Chapacais Szewczyk (939.759.290-49); Michelli Barbosa Batista (085.646.267-56); Milene Vieira Figueira (607.547.530-34); Milton Fernandes Borges Neto (043.774.627-50); Moizes da Silva Melo (071.031.734-43); Mozart Augusto Mariano Machado (006.505.891-73); Muriel Bulsing de Oliveira (000.011.580-07); Nadia Mariana Gomes Goncalves (073.408.886-83); Naiara Ribeiro Gomes (391.326.838-39); Natalia Nogueira Monteiro (149.678.727-78); Natalia do Couto Abreu (002.919.592-61); Natassia Pena Leite (367.815.978-84); Nathalia Olegario da Costa (330.047.398-52); Nathalia de Morais Afonso Ferreira (097.183.784-80); Nauro da Silveira Junior (980.827.360-20); Nayara Brandao Marques (035.135.362-32); Neilson Angelo Goncalves Batista (785.992.614-87); Neilton Carvalho Oliveira (192.487.298-60); Nelson Dias dos Santos (012.471.037-90); Nilza Aparecida Goncalves Figueiredo (004.822.730-70); Oberdan Miguel Rodrigues de Souza (108.886.367-17); Odair Jose Cesar Rangel (034.826.557-31); Olavo da Costa Leite (021.064.531-83); Olivia Aparecida Silva (251.602.301-49); Otavio de Oliveira Castelane (101.629.406-96); Ottavio de Azevedo Oliveira Rodrigues (143.279.307-17); Otto Barcellos Rangel Junior (034.775.057-51); Pablo Andrei Nogara (023.981.890-31); Pablo Lopes Mesquita (009.127.210-65); Passio Roberto do Carmo Filho (028.911.091-20); Patricia Bettcher Martins (031.674.717-35); Patricia Dias Moraes (109.436.447-98); Patricia Maria de Santana (301.327.178-75); Patricia Nihari Arantes (299.812.568-97); Paula Cristina Rodolfo de Lima (012.970.434-21); Paula Eveline da Silva dos Santos (119.999.877-05); Paula Piedade Garcia (037.333.976-30); Paula Rejane Lisboa da Rocha (057.198.044-98); Paula Santos da Silva (998.677.290-72); Paulo Bueno de Miranda Junior (298.238.758-12); Paulo Oliveira de Senna (085.914.707-02); Paulo Pires da Silva (791.860.098-34); Paulo Rogerio Pimenta (167.214.538-43); Pedro Cardoso Aspahan (050.037.516-05); Pedro Fernandes Queiroz (727.234.162-91); Pedro Henrique Silva Coutinho (035.769.295-09); Pedro Henrique de Azevedo Cesario Silva (123.185.277-17); Pedro Rafael Oliveira Pinto (119.610.437-93); Pedro da Cruz Brum (017.342.690-57); Pierre de Melo Teixeira (306.519.132-68); Pietro Camacho Sartori (025.173.900-70); Poliane Cristina Correa Rocha Zago (935.420.462-72); Priscila Santos Araujo (112.106.607-09); Priscila Schorr Porta (291.456.538-01); Priscila Tessmer Scaglioni (016.157.670-29); Rafael Adolfo (059.726.069-92); Rafael Barasuol Mallmann (930.046.050-15); Rafael Fernandes de Souza

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(893.371.821-49); Rafael Gomes de Nadai (099.711.107-09); Rafael Lima de Oliveira (109.312.237-41); Rafael Maciel de Freitas (028.093.440-86); Rafael Pinheiro Caetano Damasceno (100.525.607-16); Rafael Pinto Granada (920.322.570-68); Rafael Roberts Pereira (115.231.197-21); Rafael Souza de La Costa (368.533.338-02); Rafael Winter (020.884.630-11); Rafaela Aires Tavares Santos (017.960.571-26); Rafaela Barcelos de Carvalho (139.024.327-30); Rafaela Morais Mendes (982.627.692-87); Rafaela Sampaio Gomes (095.229.317-05); Ramon Cesar Canto Martins (957.024.822-04); Ranulfo Benedito de Paula Miranda (096.530.506-64); Raphael Silva e Pires (070.469.006-39); Raynna Ribeiro Marchioro (041.698.299-99); Rayza Moura Neri dos Santos (107.471.914-09); Regis Fontes Siqueira (002.710.357-90); Reinaldo de Almeida Rosa (284.032.638-80); Renan Goncalves Mendonca (013.540.267-05); Renan Oliveira Nunes (042.371.933-57); Renan Soares de Almeida (228.549.348-73); Renata Laiz Ferreira Lemos de Vasconcelos (083.972.554-00); Renata Piona de Sousa (098.125.267-22); Renato Bezerra Herculano (115.834.707-35); Renato Meira de Sousa Dutra (112.831.807-58); Renato de Assis (041.717.716-09); Renato de Souza Menezes (051.083.741-78); Renato de Souza Veloso (030.402.553-47); Renildo Jeronymo da Silva (005.366.947-96); Renison Carlos Brilhante Ribeiro (596.939.592-72); Reroldi Vinicius Pereira Monteiro (055.820.237-39); Reury de Castro da Costa (011.716.392-95); Rhoger Costa e Silva (095.791.307-95); Ricardo Acosta Gotuzzo (818.618.000-10); Ricardo Arthur Pereira Magalhaes (984.921.522-49); Ricardo Balestreiro Nascimento (045.990.017-08); Ricardo Carvalho Castro (728.068.937-04); Ricardo Leandro de Faria (042.082.867-25); Ricardo Lima Bravim (074.051.667-17); Ricardo Nei de Araujo (649.630.802-06); Ricardo Ribeiro do Prado (143.010.728-61); Ricardo Vieira Rodrigues (006.460.720-80); Richeliel Albert Rodrigues Silva (077.618.274-94); Rigleia Caldeira Brant (092.373.257-89); Rinaldo de Andrade Allocca (777.088.736-49); Rita Adrieli Piani (989.789.420-91); Rita Maria de Freitas Alcantara (256.612.618-61); Roberta Assuncao Siqueira (095.605.817-59); Roberto Carlos Zuccon (995.034.927-34); Roberto Provazi Zanetta (328.443.118-73); Robson Luiz de Souza (894.470.347-72); Robson Mattos dos Santos (073.151.437-85); Rodrigo Cambara Printes (629.917.600-87); Rodrigo Cristofani (252.400.378-76); Rodrigo Felipe Rodrigues do Carmo (073.896.164-74); Rodrigo Lima Buarque Macedo (070.487.214-56); Rodrigo Luis dos Santos (007.075.850-66); Rodrigo Mendes Garces (059.565.513-05); Rodrigo Pereira Brandemburg (079.068.687-22); Rodrigo Raso (366.762.108-60); Rodrigo Reis Favarin (013.894.070-39); Rodrigo Rodrigues (014.319.550-60); Rodrigo Romeiro (045.622.457-27); Rodrigo Yannick Silva Souza (020.958.202-23); Rodrigo do Nascimento Sidou (964.608.902-00); Roger Bonello (031.710.798-44); Roger Vasques Marques (010.275.860-31); Rogerio Martins Conceicao (098.660.887-40); Rolciane dos Santos Portella (029.432.050-44); Romario Cosme da Silva (055.872.401-93); Romulo Henrique Marmentini Vogt (021.480.102-04); Romulo Jorge Barbosa da Silva (008.358.184-70); Romulo de Freitas Sousa Santos (140.256.907-64); Ronaldo Vasconcelos da Silva (915.980.791-15); Ronalia Paulino Lessa (119.896.796-09); Ronei Ferreira Silva (142.159.247-90); Roni Hudson Kobi (802.502.897-68); Ronilson dos Santos Silva (058.111.233-45); Rosa Guiomar Scarcela (323.479.648-36); Rosalina Yoshie Sacae (086.772.728-44); Rosana dos Santos (016.673.660-09); Rosani de Mattos Fernandes (897.273.390-34); Rosemberg Serra Pereira (002.906.777-42); Rosimara Andrea de Carvalho Teixeira (945.570.047-68); Rosinez Fatima da Luz (748.443.930-49); Roy Percy Tocto Guarniz (019.006.596-62); Rute Mikaele Pacheco da Silva (054.764.644-50); Sabas Tauany Nascimento dos Santos (025.750.961-54); Sabrina Finatto Machado (010.128.520-59); Sabrina Olimpio Caldas de Castro (094.612.196-60); Samara Moco Azevedo (128.634.587-10); Samarone Miguel Gomes (086.764.987-92); Samuel Antonio Carvalho dos Santos (058.730.361-10); Sandro Barbosa do Amaral (039.210.377-00); Sandro Felipe Castro (017.297.927-74); Sandro Ouriques Cardoso (805.149.790-20); Sandro Pinto de Oliveira (156.568.018-96); Saulo Filipe da Souza da Silva (078.618.724-75); Sebastiao Alex da Rocha Pereira (034.588.267-93); Sebastiao Gomes da Silva Junior (057.411.913-20); Sergio Luis Violin (265.296.838-60); Sergio Pinto de Oliveira Junior (117.031.886-08); Sibele Santos Fernandes (012.446.070-45); Sidiany Mendes Pimentel (060.231.401-14); Sidney Simoes Rodrigues (001.243.347-09); Sidney Soares de Sousa (005.955.111-98); Silvana Maria Eloi Santos (358.528.606-20); Silvestre Novak (291.858.070-87); Silvio Cesar Rodrigues Diniz (933.193.554-49); Simone Nunes Brandao (076.660.927-84); Simone dos Santos Turon (271.953.938-44); Sirlene Andrade de Lima (313.134.853-49); Sirlene Barbosa de Souza (862.916.024-15); Soilo Nunes dos Santos (008.332.210-86); Sonia Cristina Costa (144.060.678-17);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Suzana Raquel Bisognin Zanon (004.680.490-02); Sylvio de Jesus Pazzini Filho (802.837.217-15); Taiani dos Santos de Toledo (023.501.830-92); Tainara Machado Pinto (850.400.370-15); Tais Faria de Alencar Chagas (117.722.117-96); Talita Cristina Rocha (441.868.378-05); Tamara Thalia Prolo (059.678.081-83); Tanara da Silva Dicetti (015.501.480-36); Tania Goncalves Ferreira (674.633.982-34); Tania de Souza Correia (086.930.597-26); Tanisse Paes Bovio Barcelos Cortes (116.325.517-30); Tanize Goncalves da Silva (025.535.430-42); Tassio Guerreiro Antunes Virginio (042.429.824-45); Tatiana Segismundo da Silva (092.706.757-93); Tatiane Carvalho Cerqueira (025.644.011-55); Thais Alves de Sousa (341.053.978-69); Thais Freitas Zenkner (986.274.733-15); Theo Leao do Carmo (312.142.188-30); Thiago Dickson Alves Borges da Silva (029.135.671-00); Thiago Docimo dos Santos (030.492.362-13); Thiago Ferreira dos Santos (097.990.154-56); Thiago Jose de Jesus (356.230.388-24); Thiago Ribeiro de Carvalho Tavares (016.456.356-35); Thiago de Paula Braga (096.547.547-62); Thom Bernardes Guyansque (080.653.697-74); Thomas Albert da Guarda Novais (022.291.415-70); Tiago Araujo de Paula Lima (074.617.544-24); Tiago Firmino da Silva (088.970.807-07); Tiago Fraga Ferrao (114.440.367-77); Tiago Martins de Souza (946.582.182-91); Tiago Teixeira Bernardo Juca (012.865.262-48); Tiago Trindade de Miranda (031.574.062-05); Tyrone de Almeida Alves Cristoforetti (077.687.717-88); Uianes Luiz Rockenbach Biondo (029.080.660-76); Valeria Pereira Minussi (012.257.410-92); Valeria Reis Pereira (757.412.966-53); Valesca Vargas Vieira (022.088.380-76); Vanessa Andina Teixeira (004.120.700-90); Vania Trugilo Rodrigues (004.489.330-20); Veronica Ribeiro Ramos de Carvalho (142.664.367-50); Vicente Carvalho Azevedo da Silveira (123.655.847-21); Vicente Tavares Venturieri (001.395.592-64); Victor Ferreira Nunez (031.102.870-56); Victor Hugo Campos dos Reis (021.243.492-60); Victor Hugo Santos Costa (056.057.661-71); Victor Hugo do Nascimento Cruz (008.045.892-08); Victor Hugo dos Reis Luz (350.768.168-47); Victor Masashi Minami Sato (845.299.702-72); Vinicius Edilberto Prinstrop (001.511.530-51); Vinicius Martins dos Santos (111.292.197-47); Vitor Ferreira Fialho de Araujo (400.779.178-39); Vitor Laercio de Sa Leal Santos (905.616.601-82); Vitor Lucas de Faria Pessoa (088.046.406-26); Vitor Valls Franca (109.404.867-41); Vitor de Andrade Coutinho (082.775.434-50); Viviane Rangel Ribeiro Manhaes (076.800.607-46); Viviane de Castro da Silva Louro (008.085.840-65); Wagner Alexandre dos Santos Mansilha (152.493.068-70); Waltermaria Helena da Luz (081.902.794-40); Wanderson Eneas Nascimento (609.550.873-84); Wanderson Thiago da Silva (355.096.848-52); Welington Donizete Gonzaga (058.135.116-95); Wellington Mota de Sousa (006.278.331-95); Wellington Nogueira de Souza (005.735.461-85); Wellington Ribeiro Barbosa (082.252.477-52); Wellington Rodrigues de Matos (070.526.087-90); Welliton Rogerio Barros Moraes (136.240.468-37); Wellson Rosario Santos Dantas (016.778.521-43); Wenderson Cardoso Rocha (035.011.097-25); Weslane Maria Martim da Silva (067.508.904-23); Weslleymberg da Silva Lisboa (137.894.387-23); Weverton Garcia da Rosa (099.381.837-43); Wilken Figueredo Matos (036.809.145-71); William Cardoso Ferreira (887.007.122-72); Wilson Pereira dos Santos (280.712.788-66); Wivis Fabricio dos Santos Branches (914.629.752-91); Yasmin Coelho de Andrade (134.009.037-60); Yony dos Santos (776.569.974-15); Yuri Dornelles Zebral (403.338.048-56).

1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.; Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo; Companhia Docas do Espírito Santo; Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Fundação Universidade Federal do Rio Grande; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 404/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal constantes da lista de atos 13/2023, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.280/2023-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abel Perinazzo Cassol (014.871.840-00); Achilles Motta Nunes (810.773.005-49); Adalberto Jose Vilela Junior (863.472.171-04); Adalicio Alves Lima (056.762.355-60); Adriano Mendes Magalhaes (010.555.163-52); Adriano Mendonca Rocha (077.223.156-74); Adriano Oliveira da Silva (036.539.791-10); Af Ali Uthant Moreira Lima da Costa (279.303.433-91); Agmar Ferreira (441.045.376-91); Alan Jhonata Alves Sousa (003.494.213-07); Alane de Oliveira Sousa (004.646.481-65); Aldenora Resende dos Santos Neta (011.042.593-62); Alessandra Viana Natividade Oliveira (749.769.583-53); Alessandro de Moura Almeida (004.555.855-80); Alex Massaki Mavatari Fujita (390.494.158-57); Alexandra Avelar Tavares (646.112.303-25); Alexandre Rodrigues Barbosa (036.874.031-57); Alexandre Rossi (092.090.219-75); Alexsander Ferreira Carneiro (330.962.283-53); Alfonso Gala Garcia (016.078.776-94); Alfredo Jose de Paula Barbosa (104.177.826-08); Aline Goncalves Spletozer (046.920.031-62); Aline Graziadei Fernandes (901.185.530-20); Aline Guarato da Cunha Bragato (088.959.006-00); Aline Tonheiro Palmeira (810.434.225-87); Alisson Silva Brito (041.109.235-90); Alisson Souza de Oliveira (014.305.936-01); Allan Charles Santos de Almeida (056.044.474-55); Allysson Vasconcelos Lima Rocha (019.575.155-89); Altair Ramos Gomes Junior (931.086.482-68); Alyne Mendes Caldas (006.896.063-89); Amanda Gaspar Pereira (096.089.546-90); Amanda Karolline Barbosa Sousa (998.187.523-68); Amanda Marchi Maiorano (355.662.258-02); Amanda Ribeiro Rocha (081.511.833-30); Ana Beatriz Rocha Lima (647.678.171-53); Ana Carolina Ribeiro de Araujo e Araujo (844.172.183-15); Ana Clara Braga de Souza (041.773.343-75); Ana Claudia Lopes Silveira (074.805.336-08); Ana Erica Reis da Silva Kuhn (022.021.515-40); Ana Luiza D Avila Viana Beskow (298.196.017-20); Ana Luiza Nascimento Maia (162.462.907-52); Ana Luiza Pereira Saramago (079.723.296-64); Ana Luiza Tripodi de Faria Lopes (034.163.415-89); Ana Paula Penna da Silva (042.960.127-11); Ana Paula Vasconcelos Goncalves (115.928.837-29); Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde (810.334.193-20); Ana Ranoy Gomes Lima Cunha (528.869.053-72); Andre Cavedon Ripoll (008.558.340-56); Andre Luiz de Oliveira (986.737.346-49); Andre Moura do Nascimento (047.556.493-66); Andrea Pinho Flores (012.346.645-85); Andrei Bavaresco Rezende (029.614.981-04); Andreia da Silva Barbosa (739.966.103-00); Angela Roberta Lucas Leite (735.295.752-91); Angelica Freitas Ferreira (066.339.931-96); Anna Livia Serejo da Silva (027.207.333-42); Anna Rafaella Pereira Santos (061.099.564-22); Antonio Henrique Franca Costa (723.912.783-49); Antonio Higor Gusmao dos Santos (057.930.103-60); Antonio Pedro de Melo Moreira Suarte (044.583.861-23); Antonio Sergio Alfredo Guimaraes (065.202.865-91); Ariadne Silva Cordeiro de Almeida (808.194.605-59); Arthur Cavalcante Cunha (066.861.584-29); Arthur Costa Nascimento (111.770.266-94); Arthur Ferreira Sabia (042.355.491-38); Arthur Silva de Paula (094.355.686-45); Arthur Teixeira de Carvalho (401.156.478-80); Aurelio Amorim Reis (787.718.625-87); Beatriz Pinto Ulloa (058.114.245-40); Benedito Mendes Dutra Neto (035.175.523-30); Bernardo Goncalves Bastian Pinto (140.427.277-19); Bernardo Villarino de Almeida (054.891.765-55); Bianca Vargas Fernandes Gomes (049.448.835-28); Brena Bezerra Silva (016.588.975-60); Brian Teles Fonseca de Macedo (032.099.265-90); Bruna Cunha Zaidan (099.404.696-08); Bruna dos Santos Pinheiro (130.142.957-01); Bruno Henrique dos Santos de Souza (084.121.929-07); Bruno Leal da Silva (605.225.353-30); Bruno Leonardo Santana Cardoso Santos (018.035.835-92); Bruno Pereira dos Santos (041.819.975-29); Bruno Serpa Vieira (214.195.058-90); Bruno da Fonseca dos Santos (075.335.809-31); Caio Renan Damascena Sampaio (052.016.773-20); Camila Brasil Louro da Silveira (032.946.805-70); Camila Davi Ramos (099.104.916-05); Camila Fernandes Pinto (055.937.747-90); Camila Floro e Silva (445.286.188-18); Camila Mariana Ruiz (368.593.028-10); Camila Pereira Jardim (980.650.925-00); Camila Rezende Oliveira (016.239.781-06); Camila Santana de Sousa (012.376.055-04); Camila Soares de Oliveira (116.171.206-26); Camila de Carvalho Almanca Lopes (030.943.191-30); Candida Helena Lopes Alves (617.718.203-81); Carlos Alberto Raposo da Cunha (323.635.594-87); Carlos Amaral de Sousa Oliveira (027.749.713-22); Carlos Augusto Rocha de Moraes Rego (053.818.093-52); Carlos Eduardo Santos de Oliveira (082.647.436-50); Carolina Nicolino Minozzi (213.495.668-29); Caua de Toledo Correa (443.938.468-42); Cezar Augusto

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Caldas Bello (010.454.835-59); Charles James Glyn Morgan (852.400.445-20); Charlys Santos Siqueira (002.366.493-29); Cinthia Cristine Santos Fogaca (031.260.125-58); Ciro Botelho Alvares da Silva (096.948.576-00); Clariano Pires de Oliveira Neto (020.984.523-65); Clarissa Edwiges de Souza Melo (058.030.626-77); Clarissa Galvao da Silva Lopes (619.239.583-72); Claudia Andrade Sales (804.170.605-30); Claudio Amanajas Pereira (009.752.712-29); Claudio Luis de Araujo Neto (084.125.824-46); Claudio Matias Barros Junior (053.047.074-86); Cleide Aparecida Nunes da Silva Franco (713.257.786-72); Cleria Rodrigues Ferreira (041.748.266-33); Clesivan Pereira dos Santos (067.833.154-52); Conceicao de Maria Ferreira Luz Garcez (149.170.503-59); Cristiana Fernandes de Muylder (712.066.716-53); Cristiano Andre Oliveira Britto (898.421.895-20); Cristina Ila de Oliveira Peres (793.265.605-20); Cristina Limeira Leite (424.600.933-49); Cristine Chaves Barreto (326.538.081-53); Daiana Caroline dos Santos Gomes (604.731.443-01); Daiane Silva Resende (011.214.201-09); Daiane de Sousa Rodrigues (031.330.833-09); Daniel Luiz Ribeiro (051.206.206-47); Daniel Macedo Barroso (118.478.366-74); Daniel Moraes Cavalcante (926.195.333-68); Daniel Rocha Pereira (013.054.791-30); Daniel Ruan Alves Reis (009.669.562-57); Daniel Schiochett (044.803.129-94); Daniela Aguilar Gobira Alves (814.699.185-87); Daniela Henriques Soares Lopes Debs (444.159.581-68); Daniela Souza Ferreira (280.005.638-00); Daniella Storti Caratta (952.267.706-00); Danilo Araujo de Oliveira (038.655.715-22); Danilo Calmon de Siqueira (016.388.465-02); David Barros Muniz (000.715.813-08); Debora Helena Aparecida de Souza (095.569.206-76); Debora Leitao Leal (014.953.855-31); Debora Souto de Souza (084.978.326-71); Deborah Raquel Carvalho de Oliveira (072.270.224-80); Deborah Santos Conceicao (029.268.585-82); Denisar Palmito dos Santos (022.193.685-80); Denise Labrea Ferreira (323.036.530-53); Denise Stefanoni Combinato (263.825.758-36); Denize Lemos Duarte (010.321.746-09); Deyvid William Leite (394.572.298-51); Diego Alfonso Sandoval Salazar (235.318.698-09); Diego Daltro Conceicao (043.898.775-69); Diego Lima Medeiros (015.524.915-01); Diego Sant Ana Sodre (018.574.915-13); Diego de Oliveira Martins (326.455.918-84); Dimi Rocha Rangel (031.562.045-52); Diocelio Batista Barbosa (010.085.964-00); Diorgenes Terciano Torres (408.948.433-20); Douglas Stuhler Pinheiro (150.071.586-74); Douglas da Silva Santos (045.837.806-21); Edilberto Cordeiro dos Santos Junior (019.147.513-02); Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (062.828.474-86); Edson Nascimento Sales (025.846.365-14); Eduardo Mariano Carvalho Silva (035.305.813-05); Elder Abreu Junior (749.615.513-68); Eleonora Vaccarezza Santos (029.008.775-98); Eliana Rose Calisto Cunha (856.099.513-72); Elisangela de Azevedo Silva Rodrigues (032.835.806-18); Eliton Rodrigues de Sousa (556.889.422-15); Elves Barbosa Coutinho (024.263.685-35); Elza Bernardes Monier (961.009.663-87); Emanuele da Silva Freire (007.485.563-89); Emanuella Feitosa de Carvalho (008.117.913-86); Emmanuel Rezende Naves (095.692.616-92); Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima (012.093.735-21); Erbio dos Santos Silva (563.206.712-20); Erica Augusta dos Anjos Cerqueira da Silva (023.196.695-40); Erica Imbirussu de Azevedo (819.253.525-87); Ermerson Rocha Araujo (039.895.413-58); Esther Faria Rodrigues (129.642.626-24); Eusxinalia de Oliveira Machado (058.677.516-19); Fabiano Henrique Rodrigues Soares (836.973.574-68); Fabiano dos Santos Oliveira (604.091.663-08); Fabio Baqueiro Figueiredo (783.079.375-15); Fabio Cunha Almeida (059.524.653-23); Fabio Neves dos Santos (031.034.305-40); Fabiola Prado de Morais (103.406.936-57); Felipe Alves da Rocha (054.110.673-24); Felipe Borges Pereira (041.590.903-11); Felipe Douglas Silva Barbosa (091.213.304-09); Felipe Freitas Mascotte Sanches (470.202.788-33); Felipe Oliveira Iaquinto (089.650.759-98); Felipe Piana Vendramell Ferreira (051.701.589-71); Felix Flores Pinheiro (029.812.480-73); Fernanda Cajuhy dos Santos (025.419.995-00); Fernanda Monteiro Rigue (016.923.770-27); Fernanda Silva Mazzutti Nunes (124.262.286-10); Fernanda de Souza Brito (017.121.695-48); Fernando Bento Silva (086.089.566-16); Fernando Henrique (089.311.656-41); Fernando Viana Goncalves da Silva (007.373.731-30); Filipe Cesar Alves (080.718.956-10); Flavia Cristina Martins de Oliveira (252.305.618-66); Flavia Moure Simoes de Branco (406.560.588-11); Flavia de Santana Magalhaes (105.700.146-54); Flaviane Aparecida dos Santos (085.605.676-66); Flavio Fernandes da Silva (089.556.066-64); Flavio Henrique Reis Moraes (700.574.004-15); Flavio William Brito Matos (977.077.832-04); Francis Eckerson Galvao (402.938.178-20); Francisco Antonio da Silva Cunha (055.326.524-57); Francisco Jadson Silva Bandeira (981.844.742-53); Francisco Jose de Araujo Castro (966.844.883-91); Francisco de Assis Silva (971.296.825-15); Franklin Douglas Ferreira (351.471.483-53); Franklin Riet Correa Amaral

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(288.698.500-72); Frederico Azevedo Corticioni (011.960.546-57); Frederico Granetto Ataualpa de Lima (015.256.350-42); Gabriel Alvarenga Beckmann (020.254.781-78); Gabriel Felicio dos Santos (061.872.459-11); Gabriel Oberdan Massaru Carvalho Yamao (023.205.442-83); Gabriel Sena Alves (059.768.341-75); Gabriel Teofilo Dias Pedrosa (388.565.598-54); Gabriel Wirz Leite (857.693.585-64); Gabriela Costa Pontes Luz (059.673.866-88); Gabriela Dantas Carvalho (037.224.873-07); Gabriela Lima Menegaz (096.462.006-56); Gabriela Lopes Vasconcellos de Andrade (047.562.715-61); Geiza Graciele de Jesus Teixeira (079.874.436-70); Georgiana Castro dos Santos Lisboa (647.622.033-00); Geraldo Daniel Ribeiro Nogueira (077.865.616-09); Gerane Celly Dias Bezerra Silva (023.415.874-37); Gerardson Macedo e Silva Souza (912.314.265-00); Gil Maciel Rocha de Abreu (575.372.244-04); Gilvan Farias da Silva (011.996.305-19); Gisele Tavares Goncalves (031.450.736-13); Gloria Narjara Santos da Silva (832.433.130-15); Grace Kelly Silva Sobral Souza (601.782.113-03); Gracielle Oliveira Mota Dias (027.014.635-05); Graziela Pinto de Freitas (087.708.554-47); Guilherme Hilario Lima (027.312.791-84); Guilherme Maffa Feitoza (105.285.136-30); Guilherme Marques Andrade (013.843.986-94); Guilherme Souza Menezes (081.840.084-65); Gustavo Carrijo Guimaraes (123.071.796-07); Gustavo Martins Salgado (015.094.831-01); Gustavo Silvestre do Amaral Costa (033.676.281-07); Halinna Larissa Cruz Correia de Carvalho Buonocore (026.731.943-63); Hanayana Brandao Guimaraes Fontes Lima (007.687.145-24); Heber Silveira Coimbra (767.723.650-20); Heitor Marques Marangoni (028.790.123-84); Helder Ferreira do Vale (212.750.138-13); Helena Muller de Souza Nunes (266.686.700-59); Hendrio Freitas de Souza Costa (051.837.251-01); Henrique Antunes Almeida (094.449.316-50); Henrique Antunes Almeida (094.449.316-50); Henrique Antunes Cunha Junior (625.856.738-04); Henrique Bezerra de Souza (027.815.393-33); Henrique Campos de Oliveira (010.971.065-78); Henrique Vitorino Souza Alves (059.605.796-26); Herbert Gomes da Silva (007.539.925-31); Hezrom da Conceicao Nogueira (036.264.983-95); Higor Luis Silva (108.323.296-73); Higor Luis Silva (108.323.296-73); Iago Icaro Murad Moura (012.941.982-62); Iago de Jesus Abrantes Bandeira (609.431.723-81); Icaro Bandeira Rios (013.095.731-31); Igor Moraes Rodrigues (033.945.690-60); Ingrid Sampaio Souza (016.487.505-08); Ingrid Souza Vieira da Silva (103.950.636-47); Ingrid de Campos Albuquerque (033.939.013-11); Isabella Nogueira Santana (426.424.088-33); Isabella Pearce de Carvalho Monteiro (650.028.573-53); Ishangly Juana da Silva (081.541.866-32); Isis Daniella Carvalho Silva (047.210.384-96); Islame Felipe da Costa Fernandes (087.508.454-03); Ivanilson Sousa da Costa (038.531.593-70); Ivo Mateus Pinatti (368.955.168-40); Jackeline de Freitas Nunes (869.939.503-59); Jailton de Azevedo Silva Junior (008.165.685-88); Jamille da Costa Pereira (028.022.035-92); Jaqueline Rosa Cardoso Barbosa (035.393.895-55); Jeane dos Santos Ferreira (918.700.975-72); Jefferson Martins Viel (399.668.988-83); Jessica Antonia Cardoso Mendes (046.215.053-43); Jessica Farias dos Santos (070.975.335-79); Jessica Ramos Silva (048.528.653-02); Jessica Rayse de Melo Silva (092.019.796-57); Jessica dos Santos Anjo (105.274.396-06); Jessika Rodrigues Alvares (092.211.226-62); Jesus Leite Nery de Lima (003.162.783-86); Jhessica Ivanilde Silva Gomes (604.140.153-63); Jhonathan Erik Sousa Filgueiras (043.548.283-16); Jhonatta Willyan Miato Assuncao (112.633.256-96); Joana Machado de Carvalho Abrahao (880.295.065-20); Joao Batista Coelho Junior (021.608.013-48); Joao Carlos Ricco Placido da Silva (341.093.058-29); Joao Damasio da Silva Neto (036.189.301-94); Joao Gabriel Mariano Ferreira (021.892.641-38); Joao Luiz de Carvalho Santos (037.329.185-05); Joao Paulo Bastos Silva (024.358.723-64); Joao Paulo Henrique Ribeiro (064.288.526-59); Joao Paulo Saraiva Pires (039.594.403-16); Joao Victor Teixeira Medeiros (615.654.623-51); Joao Vitor Santana Almeida (026.444.455-82); Joel Artur Rodrigues Dias (003.358.632-21); Joel Victor Reis Lisboa (698.915.161-72); Joelma Veras da Silva (645.959.273-04); Joelson de Sousa Morais (013.220.993-40); Joice Fernanda Pinheiro (606.269.603-98); Joktan Alves da Silva Junior (057.767.974-03); Jorge Almeida Uzeda (332.478.625-87); Jorge Augusto da Silva Pedreira (822.362.915-15); Jorge Cleber Pereira da Silva (603.914.813-63); Jose Ferreira da Silva Neto (034.757.203-02); Jose Guilherme Ferreira de Castro Virgens (048.283.865-56); Jose Luismar Lemos Guedes (063.057.274-73); Jose Renes Pinheiro (314.460.350-34); Jose Roberto Carvalho da Silva (038.744.343-62); Joseanne Aparecida Maramaldo Levi (718.343.463-04); Joselia Alencar Lima (432.344.883-04); Josiane Branco Plantz (132.878.457-64); Josy Dayanny Alves Souza (063.957.766-06); Joyce Gomes da Paixao (703.424.011-65); Julia Tannus de Souza (119.109.396-41); Juliana Bezerra Martins (098.387.454-99); Juliana Santos de Freitas (071.891.306-08);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Juliana de Faria Linhares (116.637.196-40); Juliana de Sousa Figueredo (041.067.743-48); Juliano Nunes Costa (058.809.464-10); Juliene Soares Silva (084.859.116-01); Jullizze Maia Borges (124.952.517-90); Juniel Vieira de Sousa (063.078.543-08); Jurandi Barrozo da Silva Junior (049.406.081-66); Kamila Guedes Siqueira (100.030.936-38); Karina Cristina Rabelo Simoes (045.076.863-50); Karine Brito Beck da Silva (033.460.885-61); Karine de Almeida Santos (016.345.366-73); Karlyene Sousa da Rocha (030.916.223-80); Karyne Gleyce Zemf Oliveira (036.922.233-40); Kassilene Marinho Bispo (012.331.021-09); Keila Regina Matos Cantanhede (432.348.013-04); Klicya Silva de Castro (053.484.993-82); Lais Maria Gomes de Brito Ventura (043.910.865-90); Lais Silveira Gusmao (031.405.975-09); Landerssoni Vargas Costa Paz (720.350.561-87); Lara Franny Moreira Nascimento (109.288.816-01); Lara Gomes do Nascimento Morais (015.530.156-06); Larissa Bordalo de Figueiredo Pinto (004.319.343-98); Larissa Melo Chaves (025.745.302-41); Larissa Silva Soares de Lima (019.219.966-84); Laura Cristina Tibiletti Balieiro (081.801.956-51); Laura Cristina dos Santos Martins (045.928.926-82); Laura Rosa Carvalho Dias (662.850.973-72); Laura Virginia Tinoco Farias (047.650.403-13); Layane Alencar Costa Nascimento Sousa (008.692.651-99); Lays Dalya Gama Lima (027.243.503-16); Leandro Ferreira do Carmo (082.467.437-59); Leandro Reis Costa Santos (040.628.783-05); Leandro Sousa Alves (103.089.456-62); Leandro da Silva Neves (052.399.103-75); Leandro de Moura Franca (008.949.505-50); Leidiane Caroline Lauthartte (843.757.282-72); Lenine Guevara Oliveira e Salvador (077.043.896-29); Leonardo Amorim Marini (392.972.228-38); Leonardo Baraldi Labegalini (484.697.628-93); Leonardo Franca Cordeiro (826.677.995-34); Leonardo Melo Name Ribeiro (015.849.241-28); Leonardo Rocha Rodrigues (611.487.803-51); Leonardo Rosa Ribeiro da Silva (027.297.863-92); Leonardo Yuri Kasputis Zanini (433.506.818-24); Leonardo de Oliveira Souza (051.439.873-69); Leticia Araujo Rodrigues (132.126.946-37); Leticia Cristina Ribeiro (116.846.726-86); Leticia Freitas Guimaraes (099.649.096-59); Leticia Martins Okada (109.841.706-26); Leticia Rodrigues Ricardo (120.578.467-50); Leticia Sanchez Ferreira (089.587.016-92); Leticia Silva Moura (112.884.126-65); Licemary Guimaraes Lessa (777.457.015-20); Lidiane Aparecida Alves (077.273.476-39); Lidiane Carlos Ramos (066.301.616-96); Lidiane da Silva Rego (052.223.803-35); Lisiane Lopes da Conceicao (080.962.346-33); Lisiane Vieira Alves (600.322.183-62); Livia Bacelar de Jesus (022.142.605-10); Livia Barcelos Almeida Manzan (056.723.476-22); Livia Borba Agostinho (060.094.006-35); Livia Borges Souza Magalhaes (027.241.195-76); Livia de Paula Peres (076.499.266-05); Liz Novais Pinheiro (031.659.475-03); Lorena Souza Saab (015.647.385-23); Lorrany Fontenele Moraes da Silva (056.368.203-56); Lourdes Maria Campos Correa (086.623.836-02); Luana Bezerra de Souza (026.264.753-27); Luana Cardoso Cabral (016.174.406-04); Luana Escocio Abreu (084.575.083-69); Luana Leandro Gois (027.687.725-00); Luana Martins Cantanhede (027.373.693-04); Lucas Fagundes Vaz (007.373.751-83); Lucas Franco Correa Schalcher (026.164.133-61); Lucas Guimaraes Cota (095.903.656-39); Lucas Henrique Ferreira Pereira (115.541.996-03); Lucas Marques Santos (031.315.035-48); Lucas Renan Feitosa Alvim (049.355.285-59); Lucas Wilian Goncalves de Souza (045.888.291-73); Lucas de Moraes Martins Pereira (026.116.542-98); Luccas Potenza Neri (442.631.948-02); Luciana Alves de Medeiros (112.584.746-89); Luciana Auxiliadora de Souza Lopes (256.580.518-78); Luciana Paula Vasconcelos (093.486.366-00); Luciano Cavalcante de Jesus Franca (047.377.613-89); Lucio Costa Girotto (419.861.398-24); Lucrecia Pereira Silva (638.037.473-68); Ludmila de Faro Valverde (019.445.065-19); Luis Fernando Freitas de Sousa (028.388.162-33); Luis Filipe Oliveira Gomes (057.193.655-59); Luis Henrique Dutra Mendes (876.546.953-49); Luiz Bizerra de Aguiar (002.371.245-72); Luiz Fernando Afra Brito (106.562.076-47); Luiz Henrique de Almeida Neiva (037.583.855-47); Luiz Paulo de Melo Costa (061.187.016-95); Luiza Nunes Pinheiro (105.198.436-06); Luma Rocha Carvalho (055.039.453-28); Luziane de Sousa Feitosa (946.310.773-87); Mahedy Araujo Bastos Passos (371.960.812-34); Mailane Lima de Sousa Dourado (055.348.783-39); Marcella Moreira Lemos (070.772.246-27); Marcelo Costa Andrade (946.987.083-20); Marcelo Matos Pinho da Silveira (026.455.273-37); Marcelo Paranhos Silva (056.230.246-88); Marcely Silva Araujo (031.757.933-98); Marcia Beatriz Oliveira de Sousa (279.737.193-34); Marcia Fernanda Pereira Goncalves (913.695.173-00); Marco Aurelio Costa Pontes (103.842.476-36); Marco Aurelio Rodrigues Nunes (085.986.756-01); Marco de Lemos Barros (067.922.206-55); Marcos Antonio Custodio Neto da Silva (043.388.093-70); Marcos Erlandeson Alves da Silva (038.246.563-61); Marcos Jose Custodio Neto da Silva (035.036.983-61);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Marcos Martins da Costa (086.397.676-02); Marcos Vinicius Comparoni (441.927.838-27); Marcus Henrique de Oliveira Goncalves (055.930.901-57); Marcus Vinicius Augustus Fernandes Rocha Bernardo (010.995.161-10); Marcus Vinicius Furtado da Silva Oliveira (100.185.236-25); Marcus Vinicius Leite Nogueira (024.259.653-35); Marcus Vinicius Lessa de Lima (081.636.946-10); Marcus Vinicius Sousa (015.576.632-54); Marcus Willame Lopes Carvalho (033.441.493-85); Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira (510.569.177-68); Maria Aparecida Alves Honorato (043.940.124-06); Maria Carolina do Amaral Couto (442.270.698-58); Maria Fernanda Vasquez Valencia (011.909.579-30); Maria Gislene Carvalho Fonseca (006.355.223-06); Maria Salete Lermen Sulzbach (268.051.620-68); Maria das Gracas Bispo Cardoso (502.729.185-04); Maria de Fatima Mantovani (317.866.349-53); Mariana Barbosa Sodre (062.387.095-96); Mariana Cardoso Marra (081.486.306-07); Mariana Rabelo Gomes (016.938.185-40); Mariana de Fatima Campos Franca (104.797.846-63); Mariane Teixeira Dantas Farias (813.845.485-72); Marilda Sena Pereira Zuza (394.714.036-34); Marlice Aparecida da Fonseca Jesuino (043.617.286-07); Marlon Jacob Honorato (080.905.466-33); Matheus Aguiar Cardoso (608.435.843-86); Matheus Henrique dos Santos Pitta (044.765.161-73); Matheus Jun de Paula Fugita (891.284.512-87); Matheus Sacco Gomes (012.468.250-23); Matheus Souza Mendes Menezes (445.047.478-39); Matheus de Arruda Campos Mondadore (432.135.338-66); Maura Tarciany Coutinho Cajazeiras de Oliveira (997.036.373-53); Mauro Borges Lemos (316.720.516-49); Mayane Cristina Pereira Marques (050.635.923-92); Mayara Viana de Oliveira Ramos (026.846.093-06); Maykom de Lira Barbosa (814.432.932-53); Mayra da Silva Marques (826.832.125-34); Maysa Leite Serra dos Santos (466.572.823-20); Maysa Mayara Costa de Oliveira (037.289.623-50); Melina Batista Leal (007.174.253-04); Melissa Marra Cesario (062.435.796-11); Mery Jouse de Almeida Holanda (011.446.723-41); Michael Andrade Maedo (230.899.658-79); Michele de Oliveira Machado (073.398.336-76); Michelle Soares Moura Machado (099.537.276-43); Milena Ramos de Sa (043.757.733-32); Milena Suemi Irie (009.421.909-55); Millani Souza de Almeida Lessa (046.137.335-10); Moises de Araujo Santos Jacinto (608.338.763-92); Monayara Cristine Cadima Araujo (069.920.106-38); Murilo Botelho Silveira (962.692.432-20); Mylla Spirandelli da Costa (098.689.406-05); Nahieh Toscano Miranda (421.616.618-09); Naiana Dias dos Santos (062.413.895-05); Nara Santos Araujo (007.505.795-60); Natalia Batista Pecanha (116.688.407-40); Natalia Berne Pinheiro (026.823.720-40); Natalia Gomes Pereira (018.693.301-02); Natalia Rosa e Souza Caldeira (021.491.541-70); Nathalia Bernardes Cintra (129.526.616-42); Nathalia dos Santos Wicpolt (011.708.920-60); Nayra Rodrigues de Vasconcelos Calixto (027.029.903-39); Naysa Christine Serra Silva (810.383.803-91); Nelson Donizete Ferreira Junior (033.884.191-16); Newton de Medeiros Vidal (989.746.880-34); Nitalo Andre Farias Machado (053.735.993-10); Odeony Paulo dos Santos (036.116.351-70); Otavio Augusto Ruiz Paccola Vieira (409.559.128-57); Otavio Santos Costa (274.031.278-46); Otavio de Macedo Menezes (025.753.830-56); Paola Fernanda Junqueira Baroza (297.069.598-74); Paterson Franco Costa (028.386.785-07); Patricia Alves Silva (650.627.283-04); Patricia Carla de Melo Martins (162.211.868-54); Patricia Duarte (076.969.477-29); Patricia Emanuelle Nascimento (784.034.561-15); Patricia Pereira Borges (087.910.696-45); Patricio Gomes Leite (076.759.124-03); Paula Francinete Barros Bezerra (014.282.243-43); Paula Veronica Campos Jorge Santos (014.442.453-33); Paula Vitoria Costa Gontijo (057.116.123-52); Paulino Jose do Bomfim Junior (027.795.681-19); Paulo Henrique Pereira de Lemos Junior (021.030.320-47); Paulo Henrique Rates (105.185.126-22); Paulo Vitor Teodoro de Souza (078.563.256-58); Pedro Afonso Barth (013.351.680-60); Pedro Alaim Martins Garcia Junior (781.586.565-87); Pedro Augusto de Oliveira Morais (028.241.101-12); Pedro Baptista Fernandes (893.993.742-20); Pedro Cunha Carneiro (103.428.976-40); Pedro Fernandes Santos (018.178.382-70); Pedro Ivo Cavalcante Botelho (051.584.341-58); Poliana da Silva Ferro (002.173.553-07); Poliana dos Santos (045.487.614-97); Polyana Amorim Chagas (008.310.413-58); Priscila Bernardes Silva (089.633.736-73); Priscila Cabral Almeida (094.319.477-65); Priscilla Cordolino Sobral (025.836.255-35); Qeren Hapuk Rodrigues Ferreira Fernandes (041.704.135-71); Radah Lourenco da Silva (133.457.455-34); Rafael Augusto da Silva (091.486.516-13); Rafael Correia de Sousa da Silva (842.252.705-72); Rafael Costa Sousa Azevedo (076.410.853-00); Rafael Couto Cardoso (070.418.245-94); Rafael Ferreira Braga (549.204.502-49); Rafael Graebin Vogelmann (010.419.610-65); Rafael Guimaraes de Santana Caires (057.792.935-62); Rafael Henrique Silva Barros (010.613.633-09); Rafael Martins Mendes (072.690.786-37); Rafael Ribeiro Maya (849.304.113-00); Rafael Santos Camara

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(058.771.985-05); Rafael Short Ferreira (024.013.365-08); Rafaela Silva Rabelo (003.009.661-80); Rafaely Nascimento Lima (048.701.135-03); Raimunda Paula Silva Sousa (665.212.973-68); Raimundo Nonato Batista Salazar (002.341.873-79); Raimundo de Assuncao Sousa Neto (032.920.743-12); Raisa Reis dos Santos (032.833.545-29); Raiza Dias de Freitas (050.846.805-17); Ramon Victor Belmonte Fontes (038.380.015-32); Raoni Pais Siqueira (097.623.356-86); Raphael Guilherme D Angelis Brandao (099.178.446-43); Raphael Melo de Amorim (011.820.245-64); Raquel Lopes Ribeiro de Souza (988.616.385-20); Rayanne Maria Cunha Silveira (056.679.083-10); Raymara Mendes de Lima (027.517.403-40); Rayony Alves Oliveira (058.684.693-05); Regina Maria Gomes (075.692.066-30); Regina Maria Gomes (075.692.066-30); Reisla Delis Silva de Almeida (117.435.966-85); Renata Ferreira Kamla (181.164.658-13); Renata Santana da Silva Barbosa (016.477.975-27); Renata de Freitas Silva (069.148.946-71); Renata de Freitas Silva (069.148.946-71); Renata de Miranda Esquivel (014.040.365-55); Renato Sonchini Goncalves (333.446.138-63); Ricardo Batista da Silva (080.144.456-00); Ricardo de Normandes Valadares (027.982.133-63); Rita de Cassia Gomes Fonseca (120.570.796-43); Roberta Bastos Costa (087.990.547-60); Roberta Cristina Silva Moreira (104.672.676-50); Roberta Leal Hias Teruel (060.413.406-18); Rodrigo Argenton Freire (365.846.638-33); Rodrigo Ericeira Valente da Silva (645.023.683-34); Rodrigo Mendonca Cardoso Pestana (030.808.363-67); Rodrigo Rodrigues Cambraia de Miranda (034.937.786-35); Rodrigo Theophilo Folhes (079.205.887-90); Rodrigo Winck Lopes (769.208.360-68); Romelia Santos de Araujo Silva (040.471.735-76); Romualdo Anselmo dos Santos (510.453.625-49); Ronaldo Almeida Lidorio Junior (019.601.242-26); Ronaldo Barros Sodre (056.339.393-95); Rosana de Jesus Santos Martins Coutinho (038.379.373-48); Rubenil da Silva Oliveira (916.111.723-49); Rudgheri Marques Martins Fontes (105.325.136-06); Samuel Barbosa Camargo (040.857.945-58); Samuel Cleto Soares Nametala (096.642.996-69); Samuel Nunes Furtado (146.754.766-27); Sandra Cerqueira Pereira Prudencio (490.060.455-00); Sara Jaqueline Santos da Silva (004.162.512-93); Sarah Faria Monteiro Mazzini Costa (091.167.016-58); Sarah Fontenelle Santos (023.934.703-01); Saulo Musse Dib (033.688.575-09); Savio Silva Santana (035.220.155-09); Sebastian Perichon Stanley (704.638.471-13); Segismar Lima Pereira Junior (066.965.863-42); Sergio Marcos de Morais (024.966.466-66); Sibele Santos Fernandes (012.446.070-45); Silvana Marcia Pinheiro Santos Coelho (284.942.025-53); Silvio Ereno Quincozes (026.905.260-77); Silvio Wesley Rezende Bernal (048.301.075-88); Sirlei Lemes (460.917.006-00); Sofia de Oliveira Cardoso (013.093.563-86); Sonia Maria Guedes Gondim (284.023.916-72); Sophia Cardoso Rocha (797.998.335-15); Suellen Magalhaes Dias Oliveira (081.701.076-95); Suellen Nogueira Linares Lima (344.480.998-06); Tais Duarte Silva (091.613.156-48); Tais Pinheiro Borges da Silva (021.961.835-63); Talita Carvalho Faria (050.164.916-66); Tamires Barradas Cavalcante (042.072.043-00); Tatiana Felix da Matta (017.000.275-65); Tatiane Bento da Costa (045.678.089-08); Tatiane Costa Meira (035.109.745-73); Tatiani Rabelo Lapa Santos (076.875.216-76); Tayanna Santos de Jesus Sbrana (050.461.213-10); Taynara Cruvinel Maruyama (113.476.046-93); Thais Coutinho de Souza Silva (060.486.856-10); Thais Moura Martins dos Santos (080.543.646-44); Thais Sales Lemos da Cunha (097.763.886-39); Thais do Amaral Machado (062.154.899-56); Thaisa Drielle Louzeiro Privado (016.784.083-52); Thales Lima Oliveira (059.084.296-00); Thaynara Quixabeira Oliveira (071.931.246-92); Theciana Silva Silveira (030.519.723-12); Theciana Silva Silveira (030.519.723-12); Thiago Gomes Lopes (606.292.513-55); Thiago Ribeiro Teles dos Santos (059.692.076-83); Thiago da Rocha Vasconcelos (045.440.873-09); Thulio Jorge Silva Guzman (989.584.702-59); Tulio Cesar Cesario (044.814.786-67); Tulio Vales Deslandes Ferreira (098.340.836-02); Tullio da Silva Gomes (092.841.606-26); Valdeene Vieira Santos (055.999.535-05); Vander Camargos Pinto Costa (014.516.126-99); Vanessa Ragone Azevedo (117.403.876-43); Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (418.179.155-68); Vanessa Soeiro Carneiro (014.933.733-74); Vanessa Vieira de Padua (700.352.221-74); Veronica Gomes Nascimento (024.897.175-10); Vicktor Henrique Ferreira Soares (045.017.651-78); Victor Davi Rosa e Silva de Oliveira (054.374.731-09); Victor Hugo Rodrigues Borges (550.524.103-44); Victor Magalhaes Gonzaga (111.600.486-06); Victor Mendes Ribeiro (442.490.418-08); Victor Moreira Cunha (064.623.025-50); Vinicius Dimitri de Goes Teles Martins (967.435.222-87); Vinicius Farias Miorelli (005.869.120-02); Virginia Cunha Barros (086.584.646-44); Vitor Dias Neto (349.144.508-60); Vitor Fonseca Machado Beling Dias (112.028.876-27); Vitor Hugo Souza Moraes (063.498.553-10); Vitor

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Martins Ribeiro (611.185.093-82); Vitor Silva Rodrigues (975.692.591-49); Walajhone Oliveira Pereira (017.944.383-60); Walbert Ribeiro Moreira Junior (408.120.493-49); Wanderson Silva de Jesus (023.753.405-31); Washington Carlos da Silva Mendes (039.107.663-90); Wellington Bezerra Meireles Gomide (815.508.123-00); Wilber Santana da Silva (030.954.113-16); Wild Freitas da Silva Santos (018.884.825-83); William Emanuel Silva Santos Viana (028.342.755-80); Willian Barbosa Filho (630.830.603-78); Wilton de Jesus dos Santos (012.812.615-99); Yagho de Souza Simoes (054.750.255-92); Yanne Novais Kyriakidis (095.903.646-67); Yasmin de Jesus Passinho Mendes Sodre (604.870.643-05).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto); Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 405/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.580/2023-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Everaldo Fernando de Abreu Silva (036.243.574-09); Kelly Fernanda Seara da Silva (039.703.174-28); Marcio Cavalcante de Melo (076.811.754-23); Rosa Lucia Lima da Silva Correia (028.571.074-55); Thalles Felipe Barbosa Laurentino (095.364.564-94).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 406/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.423/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Amelia da Penha Mendes Batista (045.054.503-25); Nezilda Galvao Pinheiro Sousa (599.901.472-72).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 407/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.779/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cristina Medved Vieira (289.221.239-15); Maria Lemir Pegorini Shigunov (040.994.679-61).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 408/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “e”, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir do término do prazo incialmente concedido, o prazo para atendimento às determinações contidas no Acórdão 10.891/2023-TCU-2ª Câmara (peça 8).

1. Processo TC-007.534/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Aida Nunez Chaves Teixeira Mendes (277.034.017-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 409/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU, em:

a) destacar dos presentes autos o ato de pensão instituída por Aluízio Licínio de Miranda Barbosa, em favor de Ann Charlotte Licínio de Miranda Barbosa (peça 4), autuando-o em processo apartado para que seja realizada a análise sugerida pelo Ministério Público junto ao TCU no parecer de peça 13; e

b) considerar legais e conceder registro aos demais atos de concessão constantes do processo.

1. Processo TC-014.216/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Ann Charlotte Licínio de Miranda Barbosa (257.827.386-34); Ivone Lacerda Bitencourt (657.847.586-91); Marcela Silviano Brandao Ahouagi (160.455.996-91); Marinete Martins dos Reis (048.119.566-13).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 410/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.785/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leda Ribas Sayao Fernandes (052.022.887-19).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 411/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.796/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Ruth Belfort Mendonca (067.445.243-72); Carmem Regina de Oliveira Zanetta (454.027.529-15); Lucinete de Oliveira Costa (226.035.492-00); Nilzete Soares Borges (569.480.186-53); Sueli Pinto Lemos (052.636.807-16).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 412/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.798/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Cleunice Teixeira de Siqueira (189.763.446-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 413/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.853/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Gloria Marcy Bastos Fonzar (041.155.798-03); Maria Clara de Souza Pinheiro (090.787.032-53); Maria Dulce Duarte de Oliveira (397.427.253-49); Rosalina de Oliveira Campos (453.472.986-34); Severina Maria da Silva Souza (461.318.844-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 414/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.877/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alcidilea de Santana Fortunato (892.076.707-63); Cecilia Getrudes Bordignon da Silva (075.984.599-91); Darismar Linhares Viana Oliveira (075.745.683-91); Elysio Trivellato Lanna (280.044.696-04); Malaquias Vieira Batista (004.608.694-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 415/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.881/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francinete Lima da Silva (474.734.954-53); Marcia Helena de Oliveira Martiniano (016.301.788-37); Marcos Antonio Martins de Azevedo (389.625.197-04); Militao Pereira da Silva (179.933.857-68); Thereza Candido Hero (761.550.561-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 416/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.931/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Eliete de Albuquerque Falcao (130.965.594-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 417/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.936/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Aparecida Floriano da Silva (097.035.174-71).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 418/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.950/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Anadelia Landgraf Camargo (050.809.048-28); Edilene Leao da Silva Machado (075.659.707-27); Eliana Maria dos Santos (387.019.447-20); Luis Americo da Costa Israel (878.076.617-04); Raimundo Carmo de Araujo (089.463.706-10).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 419/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.968/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Antonio de Jesus Rodrigues (019.299.412-34); Leonor Garcia Trassi (934.543.769-04); Marinalva das Gracas dos Santos (328.049.209-25).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 420/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.972/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Raulinda Verbinen (657.630.259-20).
1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 421/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.007/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Cordelia de Melo Lucena (208.406.754-53); Rejane de Oliveira Cardoso Miquelino (377.178.554-53); Teresinha Soares Teixeira (144.852.304-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 422/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.021/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ivonilce Ferreira Gaspar das Merces (268.208.973-91); Maria Amalia da Silva Sobral (502.614.954-53); Maria Salvadora Leite da Silva (611.119.021-00); Odete Rodrigues da Silva (068.072.671-34); Sebastiao Castro Cruz (012.373.570-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 423/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.053/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aurora Gomes Telles de Menezes (435.623.537-15); Fernando Coutinho Streck (149.040.059-10); Francelina Flora da Silva Almeida (409.242.971-15); Gisele Streck (044.667.939-99); Heinrich Alessandre Galeano Coutinho (087.766.169-32); Maria Jose Marques Venancio (267.008.401-04); Nilda Vieira Gonzalez (101.002.327-60).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 424/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.059/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jesse Palhares de Oliveira (004.424.884-91); Tereza Firmino da Silva (063.036.664-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 425/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.070/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Gizelda Alves da Silva (002.779.337-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 426/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.080/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Wilma Elias da Silva Alves (195.084.926-00).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 427/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.111/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliane Moraes de Arruda (490.091.921-72); Josina Rosa de Oliveira (075.290.327-63); Luzia Ribeiro do Nascimento Souza (723.616.623-53); Neucira de Oliveira Bezerra (273.395.303-63); Sineia Monteiro da Silva Santos (674.408.782-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 428/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.175/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Izabel Araujo Gregoldo (055.339.612-91); Aparecida Darc Venancio de Oliveira (322.651.406-78); Dalva Stela Mendonca de Franca (014.553.167-84); Margarida Barbosa dos Santos (459.041.037-00); Maria do Socorro Neris (703.768.593-34).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 429/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.189/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria das Gracas Salviano Ferreira (652.016.634-00); Maria do Carmo Lima (575.775.524-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 430/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.205/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria do Socorro Santos de Albuquerque (215.346.592-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 431/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.217/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Joana Ataides da Silva Filho (012.378.646-07); Marina Conrado dos Reis (927.019.576-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 432/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.305/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ivonne Francisca Roesch Hoeltgebaum (081.924.809-68); Nautilia Barbosa Mousinho (504.381.234-68); Neiva de Rossi Melo (106.826.048-36).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 433/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.532/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Izaura de Melo Vieira (321.899.582-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 434/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.544/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aurineide Felix de Castro (836.698.684-53); Josefa Lindalva Mauricio (346.161.014-34); Leonardo Pontes Curtinhas (061.520.687-54); Sonia Pontes Curtinhas (073.602.467-09).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 435/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.622/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Julieta Batista dos Santos (442.933.991-00); Marta Berger dos Santos (532.268.287-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 436/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.647/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria de Lourdes Cardeal de Padua (874.355.196-34).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Mineração.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 437/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.664/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Virgolino Teixeira (074.961.087-58); Rose Mari Virgolino Teixeira (211.390.757-72).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro Ii.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 438/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.678/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Paulo Roberto Dias Cruz (021.169.926-80).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 439/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.690/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Oliveira Sousa (305.091.143-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 440/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.708/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Deise Matos do Amparo (350.748.175-87).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 441/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.759/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Amelia Doralina de Paiva (197.711.266-87); Ana Lucia de Oliveira (702.420.897-04); Francisca Gomes de Oliveira (797.700.021-00); Walace Toledo de Paiva (908.307.926-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 442/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.775/2023-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Joao Rodrigues Alves (106.362.002-30).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 443/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.787/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Angela Maria de Lima Farias (093.810.007-60).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 444/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.797/2023-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angela Simao de Araujo (923.415.436-34); Angela Simao de Araujo (923.415.436-34).
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 445/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.809/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maricelia Barreto Dias (826.270.025-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 446/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.825/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angela Maria Sales da Silva Costa (383.791.201-91); Edna Maria Mantini Eberle (334.437.776-00); Elaine Guimaraes Oliveira (560.754.056-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 447/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.062/2023-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Nadia Cristina Salau Brollo (028.836.029-05).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 448/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

considerar legal(is), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.622/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Irece de Santana Matos (014.922.827-90).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 449/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de reforma emitido pelo Comando da Marinha em favor de Gelson Marcelino Dias.

Considerando que o interessado em questão, que ocupava na ativa a graduação de 2º Sargento, foi reformado inicialmente por idade (Sisac 10637508-07-1999-001219-7) tendo como base a graduação de 1º Sargento;

Considerando que, posteriormente, o interessado foi novamente reformado, desta feita por incapacidade/invalidez, situação que lhe proporcionou nova majoração indevida de proventos para o posto de 2º tenente, sem que exista autorização legal para tanto;

Considerando que a referida situação (alteração da reforma inicial) fere o entendimento firmado a partir da prolação do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, por meio da qual o TCU passou a entender que não há previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

Considerando, entretanto, que a reforma por invalidez foi concedida por força de decisão judicial exarada nos autos da Ação Ordinária 0012045-18.2010.4.02.5101 (17ª Vara Federal do Rio de Janeiro), já transitada em jugado em 11/7/2019;

Considerando que a referida decisão judicial também determinou que o posto a servir de base para os proventos de reforma deve ser o de 2º Tenente;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à correção dos proventos de reforma e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando que, no caso dos autos, incide o comando constante do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023:

Art. 7º Ao apreciar os atos sujeitos a registro, o Tribunal:

(...)

II - considerará ilegais e, excepcionalmente, ordenará o registro dos atos em que tenha sido identificada irregularidade insuscetível de correção pelo órgão ou entidade de origem, em face da existência de decisão judicial apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da AudPessoal e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de reforma emitido em favor de Gelson Marcelino Dias (058.310.327-87), ordenando o respectivo registro, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

b) esclarecer ao Comando da Marinha que o ato de concessão de reforma emitido em favor do interessado, ainda que considerado ilegal pelo TCU, subsiste e se encontra registrado, já que a majoração

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

de proventos para o posto de 2º Tenente está amparada por decisão judicial transitada em julgado, não se fazendo necessário, portanto, cadastrar novo ato;

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-005.840/2023-6 (REFORMA)

1.1. Interessado: Gelson Marcelino Dias (058.310.327-87).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 450/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de atos de reforma emitidos pelo Comando da Aeronáutica, submetidos para fins de registro à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando que, segundo o ato de peça 7, o beneficiário Denivaldo Oliveira de Meireles (010.191.044-49) foi beneficiado com remuneração correspondente àquela de dois postos acima daquele ocupado na atividade (um quando da passagem para a reserva remunerada e outro quando da reforma);

Considerando que esta situação está em desacordo com a atual jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler;

Considerando que os demais atos constantes do processo estão em condições de serem apreciados pela legalidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

a) destacar dos presentes autos, autuando-o em processo apartado, o ato de reforma de Denivaldo Oliveira de Meireles (010.191.044-49) (peça 7), para que seja analisado à luz da atual jurisprudência do TCU; e

b) considerar legais, para fins de registro, os demais atos de concessão constantes dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.479/2023-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Andre Luiz da Silva Martinez (008.812.557-26); Augusto Cavalcante Pacheco (411.339.738-41); Denivaldo Oliveira de Meireles (010.191.044-49); Giovanni Campos Vicentini (044.221.196-13); Luciano Malaquias da Silva (829.741.876-68).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 451/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e ao responsável.

1. Processo TC-005.269/2023-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jovelino Jose Baldissera (037.866.330-53).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Viadutos/RS.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 452/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e à responsável.

1. Processo TC-008.650/2023-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Lindinalva Ferreira Silva (183.680.855-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Novo Airão/AM.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 453/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente Tomada de Contas Especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

1. Processo TC-015.060/2023-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Adenildo Braulino dos Santos (782.542.647-91).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 454/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de proposta formulada pela Secretaria de Apoio à Gestão de Processos a fim de que se efetue a revisão de ofício do Acórdão 4.629/2021-TCU-2ª Câmara (peça 51), de modo a tornar insubsistente a sanção imputada, no item 9.4, à empresa Ceraze & Lima Ltda.

Considerando que a empresa Ceraze & Lima Ltda. foi extinta em 4/7/2019 (peça 156), antes, portanto, de ser proferida a decisão condenatória;

Considerando que a multa então cominada não pode persistir, por tratar-se de sanção que possui natureza personalíssima, nos termos do art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal de 1988;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, por analogia, de acordo com os pareceres emitidos nos autos,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

em rever de ofício o Acórdão 4.629/2021-TCU-2ª Câmara, tornando insubsistente o subitem 9.4 em relação à empresa Ceraze & Lima Ltda. (01.755.398/0001-39), em razão de sua extinção antes do trânsito em julgado da decisão condenatória.

1. Processo TC-019.972/2020-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ceraze & Lima Ltda (01.755.398/0001-39); Juscelino Ceraze (109.308.438-35); Sebastiao de Souza Lima (040.360.338-24).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 455/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e aos responsáveis.

1. Processo TC-023.565/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Américo Weiner Miranda Naiff (028.928.712-04); Antônio Maria Ferreira Mendes (041.690.692-34); Bertoldo Silva Costa (416.815.419-04); Carlos Serra (023.352.202-68); Claudio Uchoa Amoras (631.878.922-72); Haroldo Vitor de Azevedo Santos (019.511.572-49); Jorge Emanoel Amanajás Cardoso (209.933.232-00); Jorge Mauricio Machado da Silva (086.786.772-87); José Ronaldo Mota Rachid (208.590.232-49); Juliano Del Castilo Silva (624.960.262-34); Nelson Américo de Morais (182.224.392-00); Sebastião Rosa Máximo (185.514.322-49); Sérgio Roberto Rodrigues de La Rocque (091.877.902-20).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Amapá.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

1.6. Representação legal: Wander Machado de Souza (OAB/DF 44.252).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 456/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente Tomada de Contas Especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e ao responsável.

1. Processo TC-030.098/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: João Gladston de Paula Reis Sá (276.199.071-49).

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Cezarina - GO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 457/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente Tomada de Contas Especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável.

1. Processo TC-031.755/2022-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Teilhard Rodrigues Barros (064.272.928-03).

1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 458/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente Tomada de Contas Especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao responsável.

1. Processo TC-031.756/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Leandro Michael de Oliveira (707.901.591-04).

1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 459/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez constatada a ocorrência da prescrição; e

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos responsáveis.

1. Processo TC-032.324/2023-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Evaldo Costa Gomes (206.132.104-68); Fabian Dutra Silva (438.874.814-53).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa/PB.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 460/2024 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 10913/2023-TCU-2ª Câmara (peça 38), por meio do qual esta Corte de Contas não conheceu do pedido de reexame interposto pela empresa EBN Comércio, Importação e Exportação Ltda., por ausência de legitimidade e interesse recursal.

Considerando que, nos termos do art. 287, § 1º, do Regimento Interno do TCU, os embargos de declaração podem ser opostos pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal;

Considerando que os embargos opostos não atendem aos requisitos de admissibilidade, por estar caracterizada a falta de legitimidade para recorrer, haja vista não ter sido a embargante reconhecida como parte interessada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso III, e 287, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer dos embargos de declaração, por ausência de legitimidade recursal;

b) dar ciência da presente deliberação à embargante.

1. Processo TC-022.905/2023-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: EBN Comércio, Importação e Exportação Ltda. (21.111.808/0001-16).

1.2. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.

1.3. Órgão: Comando Logístico - Colog.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.7. Unidade Técnica: não atuou.

1.8. Representação legal: Michel Saliba Oliveira (OAB/DF 24.694) e outros.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 461/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-032.943/2023-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Estreito - MA.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 462/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-040.276/2023-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Prefeitura Municipal de Manari/PE (01.626.099/0001-02).

1.2. Órgão: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 463/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Banco do Brasil S.A. e ao representante;

c) retirar a aposição de sigilo das peças 2, 3 e 4 dos presentes autos, consoante disposto nos arts. 3º, inciso I, e 7º da Lei 12.527/2011;

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-040.477/2023-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Banco do Brasil S/A.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 464/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra As Secas, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão e manutenção nos proventos da rubrica VPNI do art. 14 da Lei 12.716/2012, que, nos termos do mesmo dispositivo legal, deveria ter sido absorvida em função dos reajustes ou acréscimos remuneratórios posteriores;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 474/2022-2ª Câmara (relator: Ministro substituto Marcos Bemquerer), 18.598/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 18.171/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 7.672/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 2.531/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler, por relação), 4.483/2019-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 6.459/2013-1ª Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), entre outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-005.613/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Albertino Pessoa Cabral (273.529.003-49).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.7.2 determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1 faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

1.7.2.2 emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2.3 dê ciência deste Acórdão ao interessado, informando que, no caso de interposição de recursos contra a presente deliberação, a eventual negativa de provimento implicará a devolução dos valores indevidamente percebidos durante o efeito suspensivo;

1.7.2.4 no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.7.3 dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 465/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.037/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raumildo Nunes da Costa (095.717.102-10).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 466/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.130/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Azevedo de Souza (047.461.042-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 467/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.222/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cesar Augusto Klafke (550.168.390-34).
1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 468/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.231/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adao Dilkin (468.111.170-87); Alberto Eduardo Rosario Marota (472.805.907-30); Rogerio de Moura Tavares (503.582.277-04); Rosangela Moura Dourado (678.776.998-91); Vanderley Nogueira (506.714.997-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 469/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.320/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nailor Miranda dos Santos (096.537.591-91).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 470/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.324/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Gomes Tavares da Silva (114.630.901-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 471/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.337/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Andre Neto (153.354.373-91); Maria Antonia da Silva (111.626.511-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 472/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.397/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Joao Carlos de Borba (360.484.378-20); Jorge Kazuo Oshima (781.128.778-15); Jose Airton Vidote (851.182.498-72); Marco Antônio Abdo (051.595.298-29); Paola Squadroni (019.630.758-97).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 473/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.503/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudete Criscuolo Cardoso de Menezes (345.181.008-59); Lauri Evaristo Beber (288.029.509-20); Marly da Graca Coelho Guimaraes (076.100.413-00); Neide Maria Andrade Soares Magaldi (779.606.966-91); Vera Lucia Pessoa Mendes (780.757.508-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 474/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.550/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cristina Montebrune Hagen (529.843.896-20); Elisabeth Vieira Barbosa (239.344.419-04); Henrique Alberto Ottajano Junior (652.647.468-34); Juceli de Mello Leal (852.331.457-15); Renato Santo Pietro (055.452.328-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 475/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, ressalvado que conforme expresso no art. 260, § 4º, do Regimento Interno do Tribunal de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Contas da União, in verbis: § 4º. Os atos que, a despeito de apresentarem algum tipo de inconsistência em sua versão submetida ao exame do Tribunal, não estiverem dando ensejo, no momento de sua apreciação, a pagamentos irregulares, serão considerados legais, para fins de registro, devendo ser consignada no julgamento a ressalva em relação à falha que deixou de existir, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.617/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco das Chagas Rodrigues Sobrinho (042.367.183-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 476/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.272/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Osmano Batista Flor (131.472.184-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 477/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.277/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Malba Vieira Torres (168.805.604-15); Maria Cristina Soares Paniago (032.368.788-19); Renata Antonia Cerqueira Morais (348.108.114-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 478/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.286/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celeide Maria de Carvalho Ferreira (146.695.105-25); Hisashi Yoshioka (655.456.648-15); Jose Barbosa da Silva (146.242.812-68); Juarez Souza Andrade (038.474.702-72); Vanir Paes de Andrade (305.328.254-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 479/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.302/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ariete Duarte Folle (301.846.900-30); Gentil Cereza (437.989.349-91); Itamar Gomes da Silva (525.997.527-87); Jose Juracy Ferreira de Oliveira (066.690.182-15); Maria Lia Mendonca Hauers (348.486.147-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 480/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.339/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: James Gallinati Heim (238.886.790-87); Nestor Antonio Heredia Zarate (515.099.466-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 481/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.466/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clovis Renato Silva Arruda (304.151.440-00); Josabete Santos Barbosa (258.616.973-53); Jose Jordao Filho (155.323.211-91); Luiz Rogerio Correa Clemente (050.859.505-34); Maria Germinia Baldez Braga (101.546.551-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 482/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.584/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angela Maria Milagres Correa de Almeida (381.613.896-91); Ariosvaldo Damasceno Barriga (080.628.032-87); Francisca Rocha de Melo (098.465.572-72); Maria do Socorro Batista dos Santos (077.794.022-15); Ronald Belo Ferreira (055.199.501-72).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 483/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.725/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Manuel Norberto Valente Cantao (163.758.152-15); Maria Alexandrina da Cruz Pena (226.573.392-04); Maria Janice Mendes Coutinho (186.294.312-53); Raimunda Neves da Silva (067.969.232-00); Santina Boness (225.277.452-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 484/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.882/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dirce Maria Drummond Xavier (864.853.857-20); Jorge Augusto Bezerra (533.477.147-68); Sandra Lucia Pacheco de Almeida Costa Souza (003.527.927-36).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 485/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.904/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Arno Roque Selle (299.863.701-91); Devanir Aparecido Dias (271.724.061-68); Jose Wilson de Couto Araujo (421.518.134-87); Manoel Santana da Motta (224.820.671-20); Rosangela Conceicao da Silva Machado (743.787.917-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 486/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.924/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Ribeiro (298.035.191-15); Jose Carlos da Silva (054.073.598-12); Jose Manoel Webster (001.140.018-80).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 487/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.936/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jonas Bezerra de Abreu (078.171.182-72); Luis Augusto Modesto Sampaio (166.794.072-49); Paulo Sergio Bueno (068.600.718-26); Vicente Papassidero Neto (062.321.048-70); Welington Mapurunga Torres (272.899.073-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 488/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.957/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcio Vieira Guimaraes (236.262.086-72); Marilea Melo Pereira (610.078.547-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 489/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-037.968/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elvira Sais da Silva Martins (018.355.028-57); Marta Elisabete dos Santos (065.695.358-62); Rita Isabel Capinam Sancao (035.182.718-81); Rosangela Amorim (028.280.748-97); Sandra Giancoli Vitelo (104.315.378-01).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 490/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.048/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Carlos Crisostomo Ribeiro (255.628.271-15); Lenir Gomes Monteiro (337.991.131-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 491/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.057/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Bruno Medeiros Cavalcanti de Queiroz (230.204.154-20); Edson Fernandes Cunha (269.830.871-00); Mario Vieira Cunha (398.715.179-04); Otavio da Costa Filho (314.392.761-53); Ronaldo Pires da Silva (743.542.727-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 492/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.074/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Adriana Roso Lorenzoni (497.083.760-00); Ana Paula Cavalcante Alencar da Silva (302.540.512-00); Jorge Alberto de Magalhaes Barauna (743.230.087-91); Nelcimar Alves Dutra (399.487.491-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 493/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.160/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agrimar Edimeuto dos Santos (265.707.851-68); Claudia Ruriko Ishida Decol dos Santos (571.327.559-00); Dirceu Santos (076.379.228-47); Maria da Luz Soares da Silva (309.928.932-91); Simone Martins Cirilo de Paula (410.937.396-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 494/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.172/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adalberto Pegoraro (494.573.300-72); Jose Americo de Barros Gomes (010.373.017-65); Luciano Francisco do Nascimento (105.758.068-69); Mailton Queiroz (565.488.504-91); Tatiana Giacomet Ferreira (627.479.160-49).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 495/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.214/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elvira Luiza Silva Figueiredo (103.144.905-15); Fernando Massatoshi Ariyoshi (053.503.978-69); Jose Aparecido Epifanio dos Santos (045.363.448-61); Maria Cristina Figueiredo Sobreira (313.332.571-04); Patricia Asfora Frej (591.153.944-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 496/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.233/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria da Graca Ferraz (600.061.887-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 497/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.249/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Raimundo Nonato Pereira (034.674.302-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 498/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.261/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcone Jose da Rocha (053.966.384-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 499/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.266/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Koichi Noguchi (039.823.848-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 500/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.282/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leticia Maria da Silva Rosa (145.351.301-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 501/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.336/2023-5 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Luciana Pereira da Silva (661.229.029-34); Luiz Ernesto Merkle (491.674.999-53); Sergio Moribe (448.990.769-91); Thulio Cicero Guimaraes Pereira (802.336.608-44).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 502/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.407/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Daisy Rivas Mendes (414.404.630-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 503/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.425/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sebastiao Garcia Gimenes (250.505.241-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 504/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.461/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos Gomes de Lima (195.602.735-15); Rosemary Souza Rozas (173.132.285-20).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 505/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.495/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Bersot Stefanon (679.611.937-15); Synthio Vieira de Almeida (903.320.917-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 506/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.502/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Javan Miranda dos Santos (265.491.661-87); Lucienne Gomes Pereira (588.816.706-15).
1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 507/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.520/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ivanildo Belarmino de Souza (268.830.581-68); Olavo Antonio de Oliveira (339.391.446-49).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 508/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.535/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vicente Filomeno de Toledo (034.288.198-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 509/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.543/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Maria de Carvalho Filho (396.151.626-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 510/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.566/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marcia Oberderfer Consoli (718.229.849-04); Olga Harumi Saito (652.222.299-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 511/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.586/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hugo Alves (201.571.691-20).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 512/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.593/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Nivaldo Ortolani (016.507.728-07); Jose Carlos Marucci (036.840.928-78); Julio Leite Cardoso (686.513.258-00); Marcus Ferreira da Conceicao (731.402.877-04).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 513/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.607/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aleuda Pereira Castro (243.799.993-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 514/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de pensões civis instituídas por Neuza Soares dos Santos (CPF: 003.539.258-45) e José Alceu Oliveira da Silva (CPF: 593.464.778-49), ex-servidores do Ministério da Saúde, encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da art. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, os atos foram submetidos, para fim de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal. Os atos foram cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma do art. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que, em consulta à base de dados da Receita Federal, consta a informação de falecimento do beneficiário José Rodrigues dos Santos (CPF: 911.529.928-72) em 19/1/2023. Ademais, corroborando esse registro, o último contracheque do beneficiário disponível no Siape é de janeiro/2023 (peça 4). Desse modo, a teor do contido no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, propõe-se considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão da pensão civil instituída pela ex-servidora Neuza Soares dos Santos (CPF: 003.539.258- 45), haja vista o exaurimento de seus efeitos financeiros.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato inicial de concessão da pensão civil instituída pela ex-servidora Neuza Soares dos Santos (CPF: 003.539.258- 45); e

b) considerar legal, para fim de registro, o ato inicial de concessão da pensão civil instituída pelo ex-servidor José Alceu Oliveira da Silva (CPF: 593.464.778-49), informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-001.269/2023-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jose Rodrigues dos Santos (911.529.928-72); Vera Maria da Luz Silva (083.010.208-65).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 515/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.634/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aparecida Faustina Machado (096.919.158-80); Elaine Barbosa Pinto (428.294.107-34); Kelen Regina Rodrigues Silva (498.215.632-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 516/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.659/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Neuza Lima Macedo (122.578.183-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 517/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.804/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ana Vitoria de Oliveira Marques (157.088.837-07).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 518/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-034.843/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisco Moreira (755.028.448-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 519/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.865/2023-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Benedito Picanco de Lima (039.822.542-72); Francisco Alves da Silva (035.702.312-91); Iolanda Soares Ribeiro (146.404.064-87); Jurema Alvarez de Souza Martins (269.515.257-49); Matheus Silva Ribeiro (111.326.494-20); Odete Teresinha Hirt (199.723.932-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 520/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.890/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria de Jesus Sampaio (121.463.663-20); Maria do Socorro Rodrigues (560.070.783-53); Rute Martins Teles (524.046.093-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 521/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.906/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Elenize Lima (139.710.182-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 522/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.918/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ilda Correa Costa (924.341.856-49); Jaqueline Manuela Rosa (533.065.638-97); Julia de Souza Vieira (715.828.439-53); Lindalva Inacio da Silva Lima (912.619.294-20); Marlene Monteiro Alves Barbosa (197.615.385-91); Melissa Cristina Barros Rosa (533.065.878-00); Rita de Cassia Barros (285.717.358-08).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 523/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.929/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aparecida Bernardina Teles de Souza (234.892.511-72); Julia Siriano de Melo (701.692.941-88); Larissa Warzocha Fernandes Cruvinel (705.910.401-15); Leticia Warzocha Cruvinel de Melo (054.951.971-86); Pedro Warzocha Cruvinel de Melo (069.323.011-80).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 524/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.949/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Lucas de Freitas Rodrigues (086.361.401-96); Mariana Aparecida da Silva Moreira (127.855.916-74); Mateus Jose da Silva Moreira (127.856.156-03); Neide Moreira de Andrade (630.336.747-04); Rozeli Teresinha Daneliu Zeraick (406.601.097-00); Therezinha Campos Ferreira Moreira (601.367.406-00); Valeria Aparecida da Silva Moreira (751.572.846-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 525/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-035.975/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Feliciana Aparecida da Silva Loula (996.386.818-53); Norma Kimiyo Sato (633.242.708-63).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 526/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.074/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Andrea Furtado Pereira (053.191.176-47); Edna Goncalves do Couto (669.973.567-53); Giselia Guache da Silva (791.014.105-04); Mirtes Leles Teixeira (536.562.536-68); Nilda Maria do Nascimento (015.422.531-28).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 527/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.163/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dircelia da Silva Castro (883.251.997-68); Irene Ferreira de Oliveira (048.311.751-02); Irenice Ferreira da Silva (025.701.807-77); Sebastiana de Paula Ribeiro (035.602.006-10); Vanilde Aurea de Carvalho e Sousa (184.615.223-20).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 528/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.238/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Andre Martins Farias (021.226.292-07).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 529/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.287/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Georgina Aparecida Silva (904.650.086-15); Lavina Tavares de Oliveira (779.346.606-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 530/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-036.292/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Mery Araujo Madeira (435.714.923-15); Julia Conceicao Figueira (382.950.597-34); Luciana Gomes Quintela (182.232.222-72); Natan de Melo Alves (021.834.692-18); Noemi Silveira Poppe de Figueiredo (298.297.127-53).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 531/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.634/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Aparecida de Almeida Carvalho (011.782.741-01).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 532/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.650/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriana Batista Guerra de Abreu (070.208.276-75); Angelo Matheus Geraldo Moraes Zilli (121.951.109-96); Joao Bosco Rabelo Pimenta (023.696.217-53); Maria Helena Travesso Vecchio (965.210.828-68); Maria Teresa Visalli da Costa Silva (437.661.029-15); Sarah Galperin Teitelbaum (070.168.590-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 533/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.661/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Arlene Pinto dos Santos (308.980.992-34); Paulisterio Menezes de Almeida (533.668.752-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 534/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.679/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Roberto Carvalho de Almeida (892.184.937-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 535/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.686/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Apparecida Prado Valle (023.231.681-34); Olga Sa Rego Martinho da Rocha (119.834.847-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 536/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.697/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lucia Maria Chaves Elias (582.702.136-91).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 537/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.731/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria do Socorro Oliveira Barroso (969.342.473-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 538/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.766/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Raphael Alencar Campos (488.075.751-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 539/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.788/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Iara Quintela Pietrukowicz (008.884.387-45); Sebastiao Francisco (135.175.387-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 540/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.801/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Benedita Mendes Dias (081.993.508-57).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 541/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.813/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Zilda Carlas Defreyn (540.558.909-82).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 542/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-038.820/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Elizabete Gomes de Lima (011.613.107-11).
1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 543/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de prestação de contas ordinária da CBTU/AL, apartada da prestação de contas consolidada da CBTU relativa ao exercício de 2006 (TC 018.694/2007-7), em razão de irregularidades identificadas naquela Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL, conforme Acórdão 1.948/2010-TCU-1ª Câmara;

Considerando que, após os pronunciamentos de mérito inseridos nos autos, tendo havido a redistribuição do processo à minha relatoria (termo de distribuição de 3/2/2022, peça 227), sobreveio a Resolução-TCU 344/2022, que regulamenta a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e ressarcitória no âmbito do TCU, motivo pelo qual determinei apurar possível ocorrência da prescrição no caso presente à luz do novel normativo;

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica e o Ministério Público (peças 233-236) entenderam ter havido tanto a ocorrência da prescrição principal quanto a intercorrente, pelo que pugnaram pelo arquivamento dos autos;

Considerando que, de fato, o processo não apresentou andamento apto a interromper ou suspender o prazo prescricional desde 23/1/2018 (data da última instrução de mérito), tendo ocorrido, portanto, a prescrição intercorrente já em 23/1/2021, conforme art. 8º, caput, da Resolução TCU 344/2022; e

Considerando que a "ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo", desde que não tenha havido o trânsito em julgado do acórdão condenatório antes da publicação da Resolução TCU 344/2022 nem a remessa das peças processuais pertinentes aos órgãos competentes para a cobrança judicial da dívida (arts. 10 e 18 da Resolução TCU 344/2022), condições presentes no caso concreto;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em arquivar o processo com fundamento nos arts. 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022.

1. Processo TC-012.778/2010-9 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Apensos: 015.022/2009-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adeilson Teixeira Bezerra (494.355.744-91); Bmp do Brasil Comercio de Pecas Eireli (07.156.727/0001-01); Clodomir Batista de Albuquerque (377.900.644-87); Command Informática Ltda (06.011.298/0001-11); Damião Fernandes da Silva (140.143.604-82); Empremac Empresa de Manutenção e Construção Ltda - Me (70.029.202/0001-41); Haylton Lima Silva Junior (787.301.394-49); José Lúcio Marcelino de Jesus (287.087.844-34); José Queiroz de Oliveira (140.494.905-44); Pratica Engenharia e Construções Ltda (01.722.421/0001-99); Salinas Construções e Projetos Ltda (05.559.104/0001-54); Silva & Cavalcante Ltda - Me (03.924.817/0001-44); Terceirizadora Santa Clara Ltda - Me (04.963.564/0001-80); Valber Paulo da Silva (470.063.584-34).

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Cbtu de Maceió.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

1.7. Representação legal: Cosmo Fernandes da Silva (5.131/OAB-AL), representando Damião Fernandes da Silva; Carlos Roberto Lima Marques da Silva (5.820/OAB-AL), representando José Queiroz de Oliveira; Fabrycya Parlla Rodrigues Lucas (5798/OAB-AL), representando Silva & Cavalcante Ltda - Me; Marcos Caldas Martins Chagas (56.526/OAB-MG), Fernando Antonio Fraga Ferreira (56.549/OAB-MG) e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Raquel Cristine Mendes Ramos, Tiago Gomes de Souza e outros, representando Superintendência Regional da Cbtu de Maceió; Gabriel Rosolino (317846/OAB-SP), Gabriel Perin Jacóe (320000/OAB-SP) e outros, representando Bmp do Brasil Comercio de Pecas Eireli; Maristella Barbosa de Sampaio (724/OAB-AL), Carlos Henrique Barbosa de Sampaio (1626/OAB-AL) e outros, representando Valber Paulo da Silva.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 544/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Universidade Federal de Rondônia em desfavor de José Januário de Oliveira Amaral (Reitor no período de 2/2/2007 a 1/12/2011), Rosangela de Oliveira Ferreira (executora do convênio), Waldemarina Vieira de Melo (diretora) e Fundação Rio Madeira (convenente), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do Convênio Siafi 622395, firmado em dezembro/2006, o qual teve por objeto a "execução do Projeto de Apoio à Pesquisa para o Desenvolvimento Social no Estado de Rondônia";

Considerando que transcorreu prazo superior a cinco anos entre 29/12/2009 (referente à efetiva prestação de contas do convênio, peça 29, p. 5) e 17/3/2015 (referente ao primeiro marco interruptivo verificado nos autos, consistente na prolação do Acórdão 1025/2015-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Vital do Rêgo, por meio do qual o Colegiado determinou à Fundação Universidade Federal de Rondônia a adoção de providências conducentes a apurar as informações atinentes ao Convênio Siafi 622395);

Considerando que "prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento" (art. 2º da Resolução TCU 344/2022);

Considerando que a "ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo", desde que não tenha havido o trânsito em julgado do acórdão condenatório antes da publicação da Resolução TCU 344/2022 nem a remessa das peças processuais pertinentes aos órgãos competentes para a cobrança judicial da dívida (arts. 10 e 18 da Resolução TCU 344/2022), condições presentes no caso concreto; e

Considerando os pareceres exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 67-69) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 70),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) arquivar o processo com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022; e

b) comunicar a prolação do presente Acórdão à Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Processo TC-003.765/2022-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Rio Madeira (00.619.461/0001-47); José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34); Rosangela de Oliveira Ferreira (361.224.246-68); Waldemarina Vieira de Melo (009.256.832-72).

1.2. Entidades: Fundação Universidade Federal de Rondônia e Fundação Rio Madeira.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 545/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Olinaldo Barbosa da Silva (Prefeito no período de 1/1/2013 a 31/12/2016), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Aveiro (PA) no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2015;

Considerando que transcorreu prazo superior a três anos entre 6/7/2018 (notificação do responsável publicada no Diário Oficial da União, peça 14) e 26/7/2021 (referente à emissão Parecer 2448/2021 - reanálise da prestação de contas, peça 9, p. 7-10);

Considerando que "Incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho" (art. 8º, caput, da Resolução TCU 344/2022);

Considerando que a "ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo", desde que não tenha havido o trânsito em julgado do acórdão condenatório antes da publicação da Resolução TCU 344/2022 nem a remessa das peças processuais

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

pertinentes aos órgãos competentes para a cobrança judicial da dívida (arts. 10 e 18 da Resolução TCU 344/2022), condições presentes no caso concreto; e

Considerando os pareceres exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 33-34) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 35),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) arquivar o processo com fundamento nos arts. 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022; e

b) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1. Processo TC-004.667/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Olinaldo Barbosa da Silva (152.880.642-53).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Aveiro (PA).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 546/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em desfavor de Paulo Cézar Simões Silva (Prefeito no período de 1/1/2009 a 31/12/2012), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Alagoinhas (BA) no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), no exercício de 2011;

Considerando que transcorreu prazo superior a cinco anos entre 8/11/2012 (recibo da prestação de contas via SiGPC, peça 7, p. 15) e 6/2/2018 (referente ao primeiro marco interruptivo verificado nos autos, consistente na disponibilização do Relatório de Fiscalização 201700798, peça 9);

Considerando que "prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento" (art. 2º da Resolução TCU 344/2022);

Considerando que a "ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo", desde que não tenha havido o trânsito em julgado do acórdão condenatório antes da publicação da Resolução TCU 344/2022 nem a remessa das peças processuais pertinentes aos órgãos competentes para a cobrança judicial da dívida (arts. 10 e 18 da Resolução TCU 344/2022), condições presentes no caso concreto; e

Considerando os pareceres exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 64-66) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 67),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) arquivar o processo com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022; e

b) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1. Processo TC-005.054/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Paulo Cezar Simoes Silva (106.413.435-15); T.l Comercial Locações e Serviços Eireli (07.647.128/0001-90).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Alagoinhas (BA).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Ricardo Marcolin (8426/OAB-BA), representando Paulo Cezar Simoes Silva.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 547/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em desfavor de Simeão Garcia do Nascimento (Prefeito no período de 1/1/2013 a 31/12/2016), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Tonantins (AM) no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2014;

Considerando que transcorreu prazo superior a cinco anos entre 17/12/2015 (emissão da Nota Técnica 7371, que concluiu pela notificação das autoridades municipais para adoção de providências relativas à prestação de contas do convênio, peça 5) e 13/6/2022 (referente à emissão da Nota Técnica 1387, a qual concluiu por outra notificação dos responsáveis para sanear pendências da prestação de contas, peça 9);

Considerando que "prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento" (art. 2º da Resolução TCU 344/2022);

Considerando que a "ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo", desde que não tenha havido o trânsito em julgado do acórdão condenatório antes da publicação da Resolução TCU 344/2022 nem a remessa das peças processuais pertinentes aos órgãos competentes para a cobrança judicial da dívida (arts. 10 e 18 da Resolução TCU 344/2022), condições presentes no caso concreto; e

Considerando os pareceres exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 33-35) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 36),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) arquivar o processo com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022; e

b) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

1. Processo TC-005.246/2023-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Simeão Garcia do Nascimento (384.797.372-04).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Tonantins (AM).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 548/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em desfavor de Fernando de Almeida Coimbra (Prefeito no período de 1/1/2009 a 31/12/2012), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Recreio (MG) no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2012;

Considerando que transcorreu prazo superior a cinco anos entre 16/11/2015 (emissão da Nota Técnica 5368/2015, que concluiu pela notificação das autoridades municipais para adoção de providências relativas à prestação de contas do convênio, peça 10, p. 2) e 24/6/2021 (referente à emissão da Nota Técnica 1415/2021, a qual concluiu por outra notificação dos responsáveis para sanear pendências da prestação de contas, peça 15, p. 8);

Considerando que "prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento" (art. 2º da Resolução TCU 344/2022);

Considerando que a "ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo", desde que não tenha havido o trânsito em julgado do acórdão condenatório antes da publicação da Resolução TCU 344/2022 nem a remessa das peças processuais pertinentes aos órgãos competentes para a cobrança judicial da dívida (arts. 10 e 18 da Resolução TCU 344/2022), condições presentes no caso concreto; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Considerando os pareceres exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 69-71) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 72),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) arquivar o processo com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022; e

b) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

1. Processo TC-005.261/2023-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Fernando de Almeida Coimbra (043.403.377-49).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Recreio (MG).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Nilton Oliveira Bonifacio (69252/OAB-MG), Manoel Jose de Freitas Castelo Branco (105199/OAB-MG) e outros, representando Fernando de Almeida Coimbra.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 549/2024 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em desfavor de André Ferreira dos Santos (dirigente da pessoa jurídica convenente) e da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (convenente), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos públicos repassados por meio do Convênio 63/2007, cujo objeto consistiu no instrumento descrito como "Fomento capacitar agricultores familiares e técnicos em cooperativismo, associativismo e produção de oleaginosas";

Considerando que transcorreu prazo superior a cinco anos entre 31/7/2013 (referente ao recebimento do Ofício 621/2013/SPOA/MDA, que notificou a entidade convenente do término do prazo para apresentação da prestação de contas final do convênio, peças 18-19) e 23/8/2021 (referente à emissão do Parecer 71/2021/COAPROJ/CGINFRA/DEPSAF/SAF/MAPA, o qual concluiu pela não execução do objeto do convênio, peça 25);

Considerando que "prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento" (art. 2º da Resolução TCU 344/2022);

Considerando que a "ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo", desde que não tenha havido o trânsito em julgado do acórdão condenatório antes da publicação da Resolução TCU 344/2022 nem a remessa das peças processuais pertinentes aos órgãos competentes para a cobrança judicial da dívida (arts. 10 e 18 da Resolução TCU 344/2022), condições presentes no caso concreto; e

Considerando os pareceres exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (peças 38-40) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 41),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, em:

a) arquivar o processo com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução/TCU 344/2022; e

b) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

1. Processo TC-031.323/2022-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: André Ferreira dos Santos (948.464.050-87); União das Associações Comunitárias do Interior de Cangucu (RS) (91.991.109/0001-93).

1.2. Órgãos: Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Gabinete do Ministro (extinto).

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 550/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.221/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Edelweiss Mouco (082.316.128-58).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 551/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.112/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sonia Maria do Nascimento Oliveira (099.312.364-34).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 552/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.298/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gabriel Fajardo Barbosa (334.371.816-53); Joao Pedro Mendes (220.223.336-91); Maria Fatima de Araujo Almeida (203.739.886-72); Maria Leticia Rocha Pimenta (264.539.166-49); Maria Terezinha Carvalho Bustamante (501.449.606-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 553/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.881/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudio Silveira (322.010.950-00); Justino Luis Assumpção Crespo Ribeiro (338.233.910-20); Sergio Moacir Pereira Fontana (288.974.710-72); Tilson Renato Cunha Saraya (371.432.550-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 554/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.902/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alonso dos Santos Marques (368.978.925-72); Florivaldo Rodrigues de Oliveira (389.672.275-15); Francisco Aglesio Aguiar (091.629.925-20); Ricardo Ribeiro Arouca (153.118.645-91); Rubens Carlos Xavier Nascimento (190.947.525-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 555/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.918/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco das Chagas Mendes de Siqueira (492.961.167-91); Marcus Vinicius Barroso (861.212.517-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 556/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.930/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessados: Fabio Pereira Leitão (637.964.737-68); Isac dos Santos Neto (305.287.044-00); Marcos Rodrigues de Mello (086.612.498-56); Renato Vieira Oliveira (580.328.436-04); Ricardo Andrade Puga (634.962.247-20).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 557/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.935/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Caio Duarte de Sousa (508.686.596-49); Francisco Jose Passarello Reis (673.091.197-20); Jose Pacelli Santos (427.015.466-72); Lucio Flavio Caldeira de Resende (490.902.596-00); Romulo Jose Rodrigues Barreto (351.634.614-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 558/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.960/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Roberto Carvalho Antunes Filho (577.433.987-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 559/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.185/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Rodrigues (453.069.906-49); Edinis da Silva (520.136.856-53); Luciano Teixeira da Vitoria (725.804.377-20); Maria Helena Miguel de Oliveira Dutra (044.313.596-72); Sergio Pereira dos Santos (292.856.316-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 560/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.235/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Veronica Jochem (183.738.879-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 561/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.390/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Savio Macambira dos Santos (179.781.903-82); Ricardo Ferreira da Fonseca (622.736.397-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 562/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.428/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Jeanne Maria Gois de Pinho de Mendonca (318.766.501-25); Maria Sonia Chiabai (209.769.841-72); Patricia Maria Carreiro Goncalves (244.350.401-82).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 563/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.435/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eliane Meri Boamorte (580.681.129-87); Elzira Paterno (633.803.239-34); Milton Carlos Mariotti (002.632.108-47); Silmar de Fatima Arnold (491.078.609-00); Tarcisio Ribas da Cunha (393.999.909-15).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 564/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.297/2023-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abel de Souza Morangueira Filho (042.262.489-61); Airton Pablo Pinheiro Fonseca (702.519.014-40); Alberico Rocha Lima Neto (026.352.811-14); Aldemar Henrique da Silva (129.555.614-60); Alessandro Broering Fagundes (062.959.239-09); Alessandro Garca Rodrigues (084.494.072-06); Alexandre Soares Freire (391.080.498-58); Allan Willian Oliveira Soares (052.489.092-79); Andre Carlos Lima Dionizio (131.698.624-13); Andre Jose Nicodemos da Encarnacao (714.892.754-44); Andre Karlos Pastre (080.427.119-48); Andre Luiz Carvalho de Rezende Silva (409.527.578-26); Andre Luiz dos Santos Lima (070.642.357-73); Andre Molinari Rodrigues (180.031.067-61); Antolier Gabriel Santos Sousa (049.606.422-38); Antonio Augusto Machado Teles Filho (046.802.955-97); Antonio Jose Menezes Lopes (089.077.963-51); Aristides Lucas Maciel Reis (700.138.271-03); Arthur Bruno Ferrari (113.516.576-90); Arthur Ferreira da Cruz (104.277.856-69); Arthur Nevins Castro Bravo (389.777.558-16); Arthur Santos Carvalho (103.399.667-00); Arthur da Hora Santos de Jesus (865.053.895-98); Arthur de Souza Siqueira (703.275.661-16); Augusto Marianno Ferreira Santos (051.904.775-33); Augusto Vinicius Teixeira Malaquias de Jesus Pacheco (059.691.051-71); Bernardo Kappaun Caula (150.555.627-90); Bernardo Moser Vieira (105.005.639-69); Bernardo Wasconcellos Thiara (863.676.625-70); Bruno Calazans Lima (049.959.685-47); Bruno Hellmann Claudino (049.236.291-26); Bruno Pereira Prestes (040.239.972-26); Bruno Soares Barreto (136.163.527-46); Bruno Terto Apolonio (066.864.621-79); Bruno da Rosa Duarte (026.116.410-48); Bruno da Silva Quaresma (031.612.672-14); Bruno dos Santos Gonzales (035.042.002-51); Caio Eduardo Pinho de Souza (032.950.702-88); Caio Rodrigues Bedani (475.116.068-06); Camylla Muniz Moraes (139.741.837-01); Carlos Eduardo Lenz da Silva (012.304.040-07); Carlos Miguel Silva Paiva (018.700.311-48); Cassio Gabriel Santa Brigida Sales (075.992.272-10); Cesar Augusto Martins Aires (091.853.064-44); Ciro Quinan Frazao (058.087.541-51); Dagoberto Vieira Alcantud Filho (391.800.748-04); Daniel Gontijo Sousa Silva (038.555.521-00); Daniel Sousa Carvalho (705.034.711-60); Davi Ataide Fontes Coimbra (603.952.483-96); Diego Vinicius Ramalho Antunes (051.642.421-17); Diego da Cruz Brandao Nunes (026.848.311-65); Diogo Felipe da Silva Cardoso (550.063.702-97); Diogo Oliveira Lameira (975.157.102-25); Edgard Araujo Crespo (057.870.777-25); Edson Neves da Silva (090.325.807-28); Eduardo Bezerra Kengen (148.393.287-73); Eduardo Brandao dos Anjos (121.205.214-50); Eduardo Ferreira Lima (029.028.372-83); Eduardo Pintanel Valdez (053.293.840-28); Eduardo Ryan Monteiro Reboucas (619.943.623-75); Eduardo da Silva de Aguiar (015.526.142-80); Eldo Luiz Souza de Oliveira Junior (705.745.132-64); Elimar Santos de Souza (042.778.900-16); Elton Silva

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

Rodrigues (036.642.220-08); Elvis Sousa Almeida (066.306.155-57); Enzzo Matheus Serique Pinheiro (703.667.632-96); Everaldo Lucas Oliveira da Silva (704.544.024-30); Fabiano Pereira Rocha da Costa (420.967.478-80); Fabio da Silva Costa (370.823.268-23); Felipe Aguiar Parente (025.741.322-70); Felipe Augusto Freitas Camara (104.014.624-47); Felipe Cardoso Lima Molinari (130.313.146-38); Felipe Gaspar (375.704.678-17); Felipe Jose Peratelli Ederli (445.924.198-63); Felipe Oliveira Vieira Neto (053.441.785-06); Felipe Studart da Costa Moreira (165.721.617-90); Felipe do Nascimento Berger (028.269.422-63); Felipe do Nascimento Pacheco (139.183.139-05); Fernando Prietto Pinto (031.585.260-77); Fernando de Castro Costa (020.259.250-26); Fillype Goncalves da Cunha (185.519.847-99); Flauberth Dickson Duarte Barroso (145.128.324-59); Francisco Gustavo Leles Moreira (067.509.982-08); Frederico de Pina Vaz Monteiro (702.244.011-57); Gabriel Araujo da Silva (704.305.222-07); Gabriel Barbosa Doria (463.532.468-03); Gabriel Jardim da Motta Correa Pinto (023.024.132-88); Gabriel Laquis Barbar (050.165.861-01); Gabriel Madureira Siqueira Cesar (486.161.918-10); Gabriel Monaco Leitzke (056.919.200-57); Gabriel Monici Vieira (055.420.161-54); Gabriel Pedreira Muniz (039.579.045-01); Gabriel Suaiden Santos (035.384.841-71); Gabriel Vargas Soares (076.779.431-10); Gabriel de Almeida Rios (040.843.401-54); Geraldo Soares de Medeiros Neto (004.213.882-50); Geraldo dos Santos Neto (093.688.585-86); Gilson Antonio da Silva (426.852.988-86); Giovanni Pereira Pio (026.465.751-90); Giovanni Silveira Greghi (095.316.979-06); Guilherme Coelho Franca (063.195.795-28); Guilherme Coutinho Gamon (106.657.367-03); Guilherme Duarte Pupim (065.852.799-13); Guilherme Ferreira Gatti (417.941.188-10); Guilherme Henrique Silva Pinto Filho (131.104.797-29); Guilherme Miguel Bohrer Barreto (195.175.037-33); Guilherme Platt Bordin (061.531.449-00); Guilherme Silva Ferreira (183.508.597-09); Guilherme Socoowski Hernandes Gotz das Neves (040.696.010-07); Gustavo Borges Bernucci (472.202.338-76); Gustavo Canary Cieglinsky (850.748.530-87); Gustavo Dantas da Silva Emiliano (052.752.061-60); Gustavo Liberato David Lima (031.945.201-80); Gustavo Luiz Amaral Peixoto (053.960.750-90); Gustavo Santos Guimaraes (861.537.525-94); Gustavo Teodoro Nicacio de Lima (432.677.278-63); Gustavo da Rosa Lemos (056.028.130-71); Hechiley Maraya Silva da Silva (857.514.210-00); Heitor Bernnard Ferreira Santos (129.774.009-23); Henrique Leao de Almeida (036.292.082-66); Henry Caua Amaral Gusmao de Campos (186.728.457-06); Herbert Leao da Silva Santos (036.880.425-90); Iago Westphal (104.591.299-96); Igor Assis das Neves (863.173.585-08); Igor Gomes Gurgel (008.172.831-02); Igor Jurandy Santos Oliveira Neto (018.152.625-59); Igor Vitor Soares de Almeida (134.225.554-20); Isaac David de Souza (085.548.241-99); Isabela Barreto Tolentino (368.360.738-65); Isaias Silva Matos (061.843.033-41); Isaias da Silva Olegario dos Santos (184.441.767-02); Ismael Santos Dima Gomes (085.516.215-56); Italo Bezerra Lobao (611.425.203-90); Italo Pauliram Candeia Caetano (059.300.281-41); Iuri Reis da Silveira Nascimento (164.902.367-70); Jadir Goncalves Batista (335.518.978-24); Jamile Santos dos Santos (143.901.607-02); Jansen Coli Calil Nascimento Almeida de Oliveira (083.252.257-00); Jardel Viana dos Santos (113.845.849-00); Jasiel Santos Dias (103.688.995-51); Jeovan Cezare Correia (084.440.879-47); Jhonatan Lucas Ferreira Borges (543.964.412-15); Jhonnatan Elias Pinheiro de Azevedo (031.646.662-09); Joao Gabriel do Nascimento Pinto (160.501.137-18); Joao Guilherme Chagas Santos (093.546.935-47); Joao Guilherme Saenz Carneiro (418.252.358-05); Joao Marcio Maciel da Silva Junior (142.981.177-31); Joao Pedro Manea Gomes (168.421.747-40); Joao Rafael Alencar de Sousa (702.800.501-19); Joao Victor Camargo Caldeira (860.378.575-98); Joao Victor Cotrim Rezende (027.517.381-09); Joao Victor de Oliveira Borba (096.813.185-95); Joao Vitor Brito Mendes (087.577.785-66); Joao Vitor Ramos Santos (186.959.607-22); Joao Vitor da Motta Amorim Odorico (054.293.781-60); Joao Vitor da Silva Santos (146.064.574-06); Joel Brunelli da Silva (402.292.278-80); Joel da Silva Craveiro (052.250.442-63); Johnaltan Ivon Neves (081.942.769-18); Johnatas de Souza Dias (157.188.707-56); Jonas Haitson Dini (426.501.128-40); Jonathan de Souza Menezes (110.385.667-70); Jonathas Rodrigues de Sousa Silva (077.501.561-00); Jose Araujo de Figueiredo Neto (012.093.772-76); Jose Augusto Ribeiro da Silva Neto (094.067.523-44); Jose Davy dos Santos de Oliveira (065.886.852-70); Jose Eduardo de Goes Antunes (269.860.908-70); Jose Elieudo de Oliveira da Conceicao Junior (017.318.632-76); Jose Lailson Moreira da Silva (709.270.464-23); Jose Rolando de Abreu Festa (015.254.197-73); Jose Tiago Cordeiro Luiz (706.704.834-60); Jose de Jesus dos Santos Alves (000.768.332-40); Josiel Lopes de Lima (348.770.598-22); Juan Luca Menezes de Mello (858.377.805-13); Juan Lucena de Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(053.834.130-06); Juan Pablo Dias Franco (709.183.214-09); Juan de Oliveira dos Santos (125.192.337-29); Julio Cesar Gomes Pedrosa (127.994.954-60); Julio Cesar de Lima Monteiro (131.236.917-56); Julio Gabriel Andres Mallmann (047.193.260-48); Kaique Ramos Rezende (861.753.955-06); Kaua Ziegler Cristino (042.330.900-57); Kauan Coelho de Araujo (076.837.055-86); Kauan Felipe Albuquerque Rufino (133.290.614-13); Kayro Isnart Moraes Duarte (037.937.620-25); Kelly de Paula Cunha (069.255.926-47); Kemerson Thiago Matos de Souza (023.528.432-78); Kennedy da Silva Chaves (026.977.192-10); Kevi Brasil da Fonseca (037.920.512-22); Kevin Seidi Kito (448.903.498-98); Lais de Oliveira Assis (087.350.536-07); Leandro Melo Alves (022.624.920-42); Leonardo Cesar de Abreu Goncalves (190.683.537-30); Leonardo Dantas de Moura (041.214.262-74); Leonardo Martins (037.912.420-32); Leonardo Pereira Vaz Breve (489.902.378-23); Leonardo Quirino da Silva Reis (021.695.322-77); Leonardo Rios Carteado (052.637.975-83); Leonardo Souza Lima Noqueli (437.307.868-81); Leonardo de Matos Santana (110.537.285-57); Leonidas Gomes de Andrade (106.475.807-05); Liedes da Costa Cruz (037.338.840-35); Luan Caetano Xavier Rodrigues (097.034.764-22); Luca Alves Nascimento (037.507.305-12); Lucas Abner Costa Marques (028.444.642-46); Lucas Amorim Santos (054.547.965-73); Lucas Carvalho Ogasawara (395.828.708-50); Lucas Fortaleza Oliveira (008.120.442-66); Lucas Ruan Rodrigues Barbosa (121.843.054-05); Lucas da Silva Pereira (049.597.170-76); Luciano Jorge Heil Junior (088.413.799-60); Ludwig Silva Torres (057.116.183-93); Luis Fernando Castrillon Abdala (028.252.401-09); Luis Renato Bego Machado (315.181.198-16); Luiz Felipe Silveira Gehres (032.734.950-65); Luiz Fernando Palermo de Oliveira (127.407.147-00); Mahmud Carvalho Auad (711.579.534-76); Manoel Fernando dos Santos Goncalves (060.014.252-30); Manoel Macirio Oliveira Lima (008.226.082-60); Manoel Messias do Amaral (270.876.508-66); Marcelo Sousa Barbosa (044.161.763-84); Marcelus Paulo Cruz da Silva (150.385.597-00); Marcio Alexandre Marques dos Santos (086.176.977-50); Marco Alvarez Correa (292.606.348-22); Marcos Henrique Silvado Baldim Tristao (102.646.436-66); Marcos Vinicius Lisboa Peres (160.131.657-77); Mateus Kalel Estacio Lemos (041.967.191-98); Mateus dos Santos Silva Oliveira (085.604.855-03); Matheus Chaves Caldas (036.476.802-90); Matheus Dinelly Ribeiro dos Reis (008.770.152-95); Matheus Evangelista Siqueira (701.961.031-50); Matheus Ferreira Alves (601.805.040-45); Matheus Garcez Vieira Guimaraes (021.795.775-75); Matheus Mota e Britto (074.736.525-32); Matheus Novaes de Carvalho (017.208.972-71); Matheus Nunes Soares Piedade (880.490.940-49); Matheus Silva Gattass (025.776.041-57); Matheus Souza de Oliveira (064.801.772-90); Matheus Vieira Batista (202.465.667-60); Matheus Vinicius Soares dos Santos (003.072.832-08); Matheus Xavier de Freitas (214.432.757-27); Matheus dos Santos Sanches (043.418.911-11); Mathews da Silva Olegario dos Santos (184.441.467-14); Maylon Rudney de Sousa Ferreira (054.795.491-38); Micael Gomes Rocha (073.842.751-99); Michel Alves Ribeiro (061.993.140-00); Mickael de Freitas Obelar (144.711.267-92); Miguel Angelo Mota de Almeida Maia (068.063.965-93); Miguel Costa Leite Acunha (078.292.881-19); Miguel Rodrigues Vilar (037.054.841-84); Moises Gabriel Ferreira dos Santos (066.838.325-95); Moises Messias Rosa Lemos (169.569.807-03); Moises Rian Sacramento Nery Conceicao (097.520.525-09); Monique Norberto Leite (184.666.117-03); Murilo Olivieri e Jorge (045.543.481-64); Natanael Costa de Souza (058.572.120-30); Natanael Francisco de Oliveira Neto (113.325.684-83); Nathanael Martins Silva (019.440.871-09); Neemias Vidal Correa (497.620.367-00); Nickson Robert de Sousa (125.913.286-25); Nicolas Gibson Tomas da Silva (527.766.758-01); Nicolas Xavier da Vara (019.196.970-20); Nicollas Nahan Lopes da Costa Soares (185.117.537-70); Oswaldo Lopes Dagnaisser Neto (015.911.752-67); Otavio Sorgatto da Silva (086.639.799-08); Pablo Ferreira da Cruz (122.735.219-01); Pablo Oliveira Abadi (084.000.579-29); Patricia Duarte (076.969.477-29); Paulo Cesar Goulart Neto (131.051.889-08); Paulo Cesar Santos da Cruz (137.473.994-44); Paulo Cezar Tavares Silva (142.434.096-92); Pedro Caue Souza e Silva (701.473.464-44); Pedro Henrique Araujo Reis (034.951.581-62); Pedro Henrique Borges de Oliveira (051.708.315-95); Pedro Henrique Muniz Gois (111.275.195-57); Pedro Henrique Vasconcelos de Sousa (086.064.163-55); Pedro Lento Paredes Argotte (042.643.831-02); Pedro Leonel Sousa Correa (067.959.992-46); Pedro Paulo Santos Areias Vianna (859.345.525-54); Pedro Paulo de Oliveira Nunes (022.103.531-14); Pedro Pituba de Araujo (053.149.741-00); Pedro Preve Costa de Souza (103.943.189-51); Pedro Victor Matos Moreno da Silva (060.479.071-64); Pedro Vinicius Almeida Lira (016.764.544-70); Peterson Liborio de Jesus Rocha

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

(455.836.358-35); Philippe de Souza Claerbout (076.435.501-58); Rafael Correa dos Santos (034.804.520-43); Rafael Ferreira Almeida (117.009.157-11); Rafael Jose da Silva (104.197.379-95); Rafael Maia Coutinho (026.071.262-07); Rafael Nunes da Silva Rodrigues (045.866.295-09); Rafael Santana Santos (093.714.745-13); Rafael Tavares de Carvalho (406.208.528-36); Raimundo Pessoa de Lima Neto (056.088.763-93); Raimundo Ray Soares Paer (092.542.583-42); Ramon Luiz de Amorim (120.003.839-80); Rangell dos Santos Guerra Machado (045.149.521-76); Raquel da Silva Pinna (192.512.917-99); Renan Pereira Soares (160.470.627-92); Renato Muniz Franco (051.654.896-47); Renato Paixao Dantas Junior (024.262.492-85); Rian Felipe Santa Barbara Lima (072.521.115-63); Ricardo Gurgel do Nascimento (221.770.098-71); Robson Felipe Viana da Silva (150.500.377-60); Robson Felix da Silva Junior (201.719.347-09); Rodinei Baldoino Pereira (117.246.609-26); Rodnei Oliveira dos Santos (700.873.994-07); Rodolfo Lourenco Mazari (327.863.538-82); Rodrigo Araujo de Menezes (007.086.613-94); Rodrigo Iga (104.182.119-06); Rodrigo Ramos Rosa (058.849.766-58); Rodrigo Sant Anna da Silva (140.340.197-78); Romulo Moraes da Silva (031.760.202-01); Romulo Silva da Cunha (128.571.447-41); Rosyellma Sousa de Oliveira (703.888.111-61); Ruan Kaue Bezerra Cavalcante (077.587.114-13); Rubenns Tavares da Silva (026.063.203-10); Rudinei Carlos Mezacasa Junior (096.626.499-13); Ryan Moreira Cuenca Oliveira (117.123.639-56); Salomao Jose Freitas Bonilha (474.423.688-08); Samuel Medeiros Ramires (059.953.870-81); Samuel Medeiros Santos (068.448.275-47); Sandro Piazzi Davila (227.680.028-36); Sergio Henrique Machado da Conceicao (056.508.125-00); Silas Nunes Viana Junior (057.115.421-25); Sillas Pedroso da Silva (465.400.968-01); Stanley Queiroz Fortes Neto (033.222.882-77); Stephany Goncalves Rocha (415.129.338-80); Sylvio Luiz Pacheco Junior (086.062.357-25); Tales Cabral Moncalvarga (419.909.028-20); Thais da Costa Neves (150.236.297-08); Thalles Santos Pereira (005.324.722-17); Thayana Mayrink Lessa de Sousa (142.479.497-80); Thiago Antonio Lima de Oliveira (703.289.531-05); Thiago Rodrigo Ferreira Alves (161.952.987-43); Thiago Rodrigo Rocha Sena dos Santos (005.071.582-88); Thiago Torres Nasser (055.700.461-60); Thiago Yuji Lemes Hamawaki (078.737.476-89); Thony Vinicius Goncalves dos Santos (094.952.755-63); Tiago Lima Vecchi (023.109.051-00); Tierry Allan Macedo Araujo (032.188.821-92); Victor Bastos Lemos (044.428.411-79); Victor Emanuel Pontes Correia (052.014.803-73); Victor de Lyra (150.847.147-99); Vinicios Moreira Queiroz (053.214.510-01); Vinicius Augusto Silva Vieira (141.664.596-94); Vinicius Lima Monteiro (113.993.197-01); Vinicius Patrick Alves Freitas (439.640.238-41); Vinicius Rodrigues Cruz (056.881.740-05); Vinicius Silva Garcia (035.270.290-79); Vinicius Vasconcelos Bilia (430.531.698-60); Vinicius de Almeida Rodrigues Silva e Souza (005.255.772-38); Vinicius de Melo Monteiro (134.384.017-11); Vitor Antonio Batista Bom Fim (444.271.358-89); Vitor Bertolassi Hidalgo (455.450.178-79); Vitor Cordeiro de Matos (066.290.025-12); Vitor Vieira Sant Ana (057.798.899-96); Waltair Leonardo dos Santos (170.865.817-39); Washington Mateus Ferreira de Mattos (173.762.017-00); Wesley Ferreira de Souza Rangel (199.183.757-79); Willen Lemos da Silva (707.217.784-10); William Coura da Silva Brandao (094.200.835-94); William Goncalves Almeida (051.804.390-86); Wilson Cunha do Norte Junior (706.174.602-56); Ygor Rabelo Viana (718.874.204-95); Yohan Washington de Oliveira (463.436.088-85).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 565/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.951/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.1. Interessadas: Aracy de Oliveira Teodoro (806.973.307-10); Lidia de Lima Ferreira (921.777.007-87); Maria Correia de Santana (021.821.604-18); Millena Pereira da Silva (179.516.107-80); Oscar Marques dos Santos (073.503.927-53); Valeria Aparecida Pereira da Silva (044.453.297-89).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 566/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-035.966/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Alencar Sanches de Araujo (112.835.646-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 567/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-035.978/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Elizete Santos Araujo (657.262.196-00); Marilia da Conceição Gomes da Silva (094.332.873-04); Percilia de Oliveira Moraes (788.051.206-34); Rosa de Lima Mendonca Resende (051.512.806-60); Rosele Rodrigues Temer (542.635.146-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 568/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-035.980/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Aldeniza Ferreira de Sousa (356.406.503-20); Maria da Conceicao Silva Lopes (490.630.063-49); Maria do Amparo da Silva Soares (195.690.256-20); Marlene Barros de Britto (290.063.921-20); Rosemary Gomes Rafael (112.202.103-82); Sonia Maria do Rego Monteiro Pinheiro (010.977.763-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 569/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.050/2023-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Alvina Goncalves Ishikawa (105.070.861-04); Ivone Lopes Pinto de Oliveira (059.381.776-18); Lindarcy Lina de Oliveira Moura (521.948.251-34); Paula Brezinscki Torrao (079.184.337-85); Zuleide Guaringue Pacheco de Oliveira (030.009.769-73).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 570/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.746/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Marlene Silva Oliveira (112.154.848-28).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 571/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.824/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Elisabeth Maria Viera (320.582.760-00); Isolete Marlacy de Matos Bueno (345.438.720-53); Leonor dos Santos (212.335.357-49); Maria Eliete Nogueira Cobra Varajao (258.702.508-70); Mieko Shimada (036.508.878-19).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.

ACÓRDÃO Nº 572/2024 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 9º da Resolução/TCU 353/2023, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.073/2023-3 (REFORMA)
1.1. Interessado: Arivaldo Nery Gomes (272.491.407-44).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 17 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 26 de janeiro de 2024.

VITAL DO RÊGO
Presidente

(Publicado no DOU Edição nº 20 de 29/01/2024, Seção 1, p. 96)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75320728.